



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**  
**CAMPUS CHAPECÓ**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - LICENCIATURA**

**RAYNEKEN CASANOVA SANTOS**

**A DINÂMICA GEOGRÁFICA DAS MIGRAÇÕES INTERNAS NO OESTE DE  
SANTA CATARINA: UMA ANÁLISE DO PERÍODO PÓS-2000**

**CHAPECÓ**  
**2019**

**RAYNEKEN CASANOVA SANTOS**

**A DINÂMICA GEOGRÁFICA DAS MIGRAÇÕES INTERNAS OESTE DE  
SANTA CATARINA: UMA ANÁLISE DO PERÍODO PÓS-2000**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação  
apresentado ao Curso de Geografia –  
Licenciatura da Universidade Federal da  
Fronteira Sul, *campus* Chapecó, como requisito  
para obtenção do título de Licenciada em  
Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Ederson Nascimento

**CHAPECÓ**

**2019**

**Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**

Santos, Rayneken Casanova  
A DINÂMICA GEOGRÁFICA DAS MIGRAÇÕES INTERNAS  
OESTE DE  
SANTA CATARINA:: uma análise do período pós-2000 /  
Rayneken Casanova Santos. -- 2019.  
91 f.:il.

Orientador: Ederson Nascimento.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -  
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de  
Geografia•Licenciatura, Chapecó, SC , 2019.

1. Migrações. 2. Oeste Catarinense. 3. Dinâmica territorial.  
I. Nascimento, Ederson, orient. II. Universidade Federal da  
Fronteira Sul. III. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

RAYNEKEN CASANOVA SANTOS

A DINÂMICA GEOGRÁFICA DAS MIGRAÇÕES INTERNAS NO OESTE DE  
SANTA CATARINA: UMA ANÁLISE DO PERÍODO PÓS-2000

Trabalho de conclusão do curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciada em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Prof. Dr. Ederson Nascimento

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:

06, 08, 2019

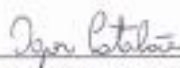
BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Ederson Nascimento (UFFS/CHAPECÓ)



Prof. Dr. Éverton de Moraes Kozenieski (UFFS/ERECHIM)



Prof. Dr. Igor de França Catalão (UFFS/CHAPECÓ)

*À minha mãe, pelo seu exemplo de coragem e fé em todos os momentos de sua vida. Por me ensinar que nada na vida é impossível e que sempre devemos continuar mesmo que as coisas pareçam impossíveis*

## AGRADECIMENTOS

Na trajetória da vida, muitos são responsáveis de forma direta ou indireta para que se continue a luta pelo que se idealiza, desde os que deixamos esperando enquanto se muda a rota provisoriamente, até aqueles que são encontrados nessa nova rota. A realização deste trabalho só foi possível graças à colaboração direta de muitas pessoas. Manifesto minha gratidão a todas elas e de forma particular a Deus, por me cuidar, e ter contemplado com força e coragem, em todos os momentos da graduação, desde trabalhos e provas, até agora no trabalho de conclusão do curso. Gostaria de agradecer a todos que estiveram comigo, neste trabalho e também durante a graduação. À minha família, em especial, à minha mãe Janete, que desde pequena me ensinou a importância dos estudos e sempre incentivou a chegar nesse momento, apesar de todas as dificuldades foi presente e me auxiliou de todas as formas possíveis. Ao meu noivo, Cleber, que sempre me apoiou, acompanhou, auxiliou, ouviu diversas vezes esse texto para saber se estava bom, mesmo muitas vezes não compreendendo o que estava sendo lido, ou por estar cansado depois de um dia longo de trabalho. Às minhas irmãs pelo apoio e carinho em todos os momentos. E todos os membros da minha família que torceram por mim e me ajudaram de alguma maneira. A todos os professores que já tive em minha vida, desde o fundamental à graduação, que de alguma forma contribuíram com a minha formação, mas, em especial, ao Prof. Dr. Ederson Nascimento, por me auxiliar nesse trabalho, por ouvir todas as minhas angústias e sempre contribuir com importantes reflexões, por me ensinar o universo da Geografia da População e por me fazer entender a importância de estudar e entender os fluxos migratórios, principalmente, na nossa região. Aos meus colegas de graduação, em especial, Débora, Soleandro, Nadialine e Fabiane, por compartilharem desde o começo as mesmas angústias, medos, alegrias e sucessos, por serem mais que colegas, serem amigos leais. Enfim, gostaria de agradecer a todos, que de alguma forma me auxiliaram e contribuíram durante a graduação, a minha eterna gratidão a todos.

Esse é o grande mistério das cidades: elas crescem e se modificam, guardando, porém, sua alma profunda apesar das transformações do seu conteúdo demográfico, econômico e da diversificação de suas pedras (SANTOS, 1999, p. 4)

## RESUMO

O ato de migrar é algo que tem sido verificado há muito tempo e que faz parte da existência humana, pois desde os primórdios até os momentos atuais as pessoas migram. Na mesorregião oeste catarinense, o fenômeno migratório é verificado especialmente através das chamadas migrações internas, deslocamentos populacionais internos ao país (intra e inter-regionais), os quais contribuíram para o desenvolvimento territorial da referida região. Procura-se, no presente estudo, analisar a dinâmica geográfica das migrações internas na mesorregião oeste catarinense, tendo como referência temporal a década de 2000 através de uma análise quantitativa exploratória explicativa, com uso documental e censitário dos anos 2000 e 2010. Essas análises mostram que a dinâmica geográfica da região esteve ligada ao contexto urbano e industrial. Esse contexto influenciou de forma direta e indireta os fluxos migratórios internos, principalmente, no que se refere ao período pós 2000.

**Palavras-chave:** Migrações internas. Dinâmica territorial. Urbanização. Oeste Catarinense.



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1-</b> Localização da mesorregião Oeste Catarinense .....	15
<b>Figura 2-</b> Principais correntes migratórias nas décadas de 1930 e 1940* .....	32
<b>Figura 3-</b> Principais Fluxos Migratórios de 1950 a 1960* .....	34
<b>Figura 4 -</b> Fluxos Migratórios em 1970 e 1980.....	36
<b>Figura 5 -</b> Fluxos Migratórios em 1990.....	39
<b>Figura 6 -</b> Mesorregiões geográficas de Santa Catarina. ....	45
<b>Figura 7-</b> Mapa da Região da Guerra do Contestado. ....	51
<b>Figura 8 -</b> Variação percentual da população nos municípios do Oeste Catarinense de 1991 a 2010 .....	66
<b>Figura 9 -</b> Variação da urbanização da mesorregião do oeste catarinense de 2000 a 2010 .....	69
<b>Figura 10 -</b> Percentuais de população urbana na Mesorregião Oeste Catarinense em 2010. ....	70
<b>Figura 11 -</b> Taxas de população do gênero masculino, nos municípios do Oeste de Santa Catarina em 2010.....	77

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1-</b> População Residente, por situação de domicílio Brasil- 1940/1960.....	33
<b>Gráfico 2-</b> População Residente, por situação de domicílio Brasil- 1940/1980.....	38
<b>Gráfico 3 -</b> População Residente, por situação de domicílio Brasil- 1940/2010.....	40
<b>Gráfico 4 –</b> Participação das Grandes Regiões na População Total de SC (1991-2000-2001).....	57
<b>Gráfico 5 -</b> Evolução Populacional no Oeste Catarinense de 1991 até 2010 .....	65
<b>Gráfico 6 -</b> Grau de Urbanização da Mesorregião oeste catarinense em 2000 e 2010..	66
<b>Gráfico 7 -</b> Taxa de Urbanização da Mesorregião do Oeste Catarinense em 2010.....	67
<b>Gráfico 8 -</b> População Residente da Mesorregião do Oeste Catarinense por Local de Nascimento em 2010 .....	73
<b>Gráfico 9 -</b> População Urbana e Rural na mesorregião Oeste Catarinense em 2000 e 2010 .....	74
<b>Gráfico 10 -</b> População Urbana e Rural por Idade na Mesorregião Oeste Catarinense em 2010 .....	75
<b>Gráfico 11 -</b> População Residente Rural Masculina por idade na mesorregião oeste catarinense em 2010 .....	75
<b>Gráfico 12 -</b> População Urbana Feminina e Masculina por idade na mesorregião oeste catarinense em 2010 .....	76

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Volumes de imigração, emigração e trocas migratórias - Unidades da Federação, 2001-2009 .....	41
<b>Tabela 2</b> - População por Situação de Domicílio e Grau de Urbanização em Santa Catarina (1970 – 2000) .....	42
<b>Tabela 3</b> - Números de Municípios por habitantes em 2000. ....	42
<b>Tabela 4</b> - Movimento Migratório de Santa Catarina – 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010 .....	43
<b>Tabela 5</b> - Estimativas Demográficas do Estado de Santa Catarina 1712-1920 .....	48
<b>Tabela 6</b> - Municípios criados em Santa Catarina até 1920 e habitantes em 1900 e 1920 .....	52
<b>Tabela 7</b> - Grau de Urbanização e Taxa Anual de Crescimento (%): Brasil e Santa Catarina - 1960/2000 .....	57
<b>Tabela 8</b> - População sobre os Municípios .....	58
<b>Tabela 9</b> - População residente no Oeste Catarinense e no estado de Santa Catarina - 1920-2000 .....	59
<b>Tabela 10</b> - Os dez municípios mais populosos do Oeste Catarinense – 1970-2000 ....	60

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Colonizadoras no oeste catarinense: sede e respectivas áreas de atuação ..	49
<b>Quadro 2</b> - Microrregiões geográficas da mesorregião Oeste Catarinense e respectivos municípios .....	58

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>CAPÍTULO 1 - MIGRAÇÕES E GEOGRAFIA: REFLEXÕES TEÓRICO- CONCEITUAIS</b> .....	18
1.1 DEFININDO AS MIGRAÇÕES .....	18
1.2 CLASSIFICAÇÃO DOS FENÔMENOS MIGRATÓRIOS: O TEMPO E O ESPAÇO COMO VARIÁVEIS FUNDAMENTAIS .....	22
<b>CAPÍTULO 2 - AS MIGRAÇÕES INTERNAS NA DINÂMICA TERRITORIAL NO BRASIL</b> .....	29
<b>CAPÍTULO 3 - OESTE DE SANTA CATARINA: BASES HISTÓRICO- GEOGRÁFICAS DA DINÂMICA MIGRATÓRIA</b> .....	45
3.1 DOS PRIMÓRDIOS À COLONIZAÇÃO .....	45
3.2 O PERÍODO PÓS-1960: AGROINDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO..	55
<b>CAPÍTULO 4 – CARACTERIZAÇÃO DAS MIGRAÇÕES INTERNAS NO OESTE CATARINENSE: O PERÍODO PÓS-2000</b> .....	62
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	79
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	81

## INTRODUÇÃO

As migrações sempre marcaram a humanidade. Desde sua origem na superfície terrestre até o presente momento, houve repetidos processos de deslocamentos e de fixação dos povos em diversas regiões do planeta (DEZAN, 2007). Os seres humanos frequentemente se movimentam, seja por instinto, anseio de conhecer e examinar o oculto, por necessidades desencadeadas por condições políticas, econômicas, sociais, religiosas, conflituosas, ou, ainda, pela combinação de dois ou mais desses aspectos. A palavra migração é originária do Latim *migrare*, que significa “mover-se de um lugar para outro”. Logo, o movimento de deslocar-se expressa-se em diversos tempos e espaços da história humana e pelos mais diversos contextos. Logo, os fluxos migratórios são evidências das relações humanas e sociais no espaço geográfico, uma forma de estratégia e de adaptação do ser humano.

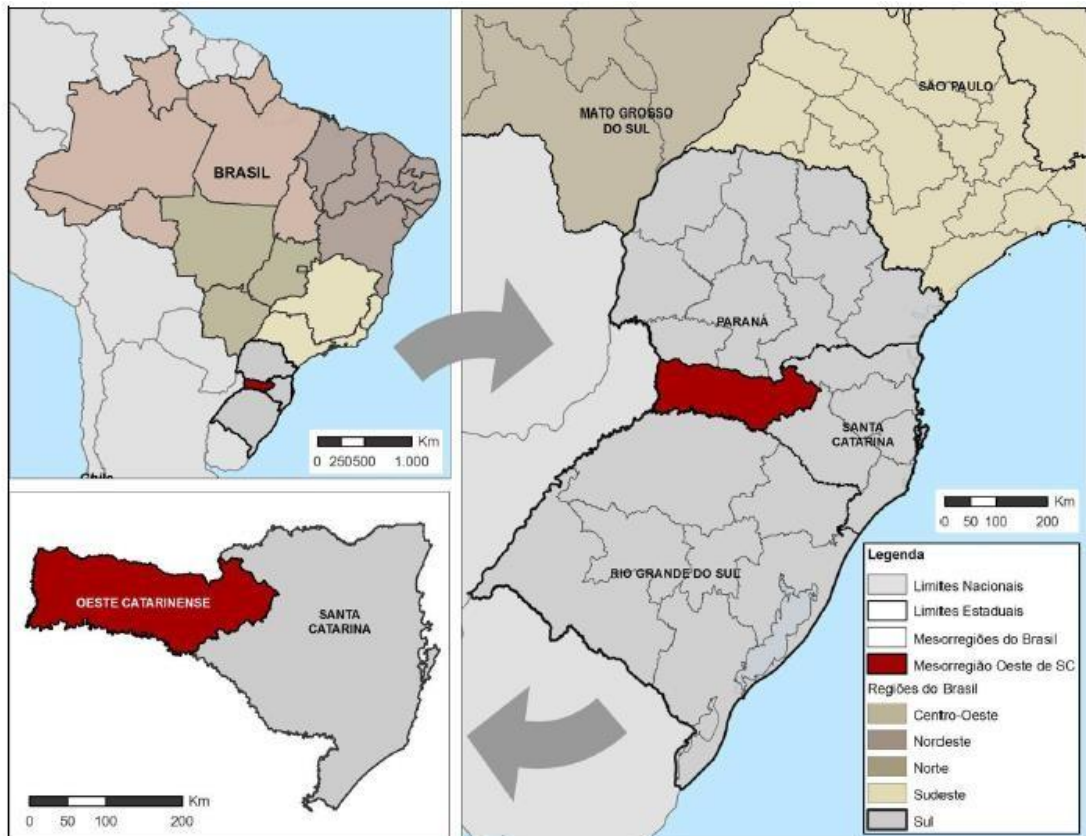
Assim, no avançar dos tempos, surgiram diversos processos migratórios de níveis e significados distintos, sendo alguns de importantes proporções, os quais influíram notadamente na transformação histórica do gênero humano (DEZAN, 2007). Sendo assim, os estudos geográficos sobre migrações envolvem uma perspectiva geográfica e histórica ampla. Os fenômenos de povoamento não poderiam ser compreendidos sem as migrações (DAMIANI, 2009). Os deslocamentos são mais do que mover-se de uma região para outra, são verdadeiras produções e modificações do espaço geográfico. Segundo Santos (1996, p. 63)

formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era natureza selvagem, formada por objetos naturais. Que ao logo da sua história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina.

Dessa forma, compreende-se que o espaço geográfico se estrutura em uma dinâmica territorial, a qual está estreitamente ligada as divisões feitas no espaço que continuamente são condicionadas por múltiplos aspectos, sobretudo, os econômicos e sociais. Essas dimensões podem ser formadas e condicionadas nas mais diferentes formas e com distintas abordagens, que ao longo dos anos foram se modificando no espaço e pelas relações humanas. Assim, percebe-se que o papel da dinâmica demográfica na produção do espaço geográfico condiciona a dinâmica populacional, influenciando em suas bases históricas demográficas da região, seus saldos migratórios municipais e seus condicionantes.

Logo, o recorte espacial da presente pesquisa prioriza a mesorregião geográfica Oeste Catarinense (Figura 1)<sup>1</sup>. Esta região é composta por 118 municípios e limita-se a oeste, com a República Argentina; ao sul, com o estado do Rio Grande do Sul; ao norte com estado do Paraná.

**Figura 1-** Localização da mesorregião Oeste Catarinense



Fonte: MAIA; RANDOLPH; BIGATON (2018)

A mesorregião Oeste Catarinense, possui uma economia com alto índice agroindustrial que através do modelo de industrialização acarretou áreas de concentração das atividades econômicas, formando importantes desigualdades regionais, especialmente quando observadas num conjunto de forte migração campo-cidade em correlação a uma intensa urbanização. Essas condições levaram a uma concentração da população nas regiões mais dinâmicas, conhecidas como capitais regionais, enquanto as cidades locais perderam sua

<sup>1</sup>Em 2017 o IBGE estabeleceu uma nova divisão de regional, com a criação das chamadas “Regiões Geográficas Imediatas” e “Regiões Geográficas Intermediárias”, este último um recorte escalar semelhante, grosso modo, às mesorregiões geográficas. Nessa nova divisão, parte da Mesorregião Oeste Catarinense passa a ser designada como Região Geográfica Intermediária de Chapecó. Entretanto, devido à literatura e à organização das bases de dados sociodemográficos e econômicos disponíveis, que priorizam a organização territorial do país em meso e microrregiões geográficas, irei utilizar, para a análise do oeste catarinense, a área da Mesorregião Oeste Catarinense, que foi definido pelo IBGE em 1990.

população. Portanto, na mesorregião oeste catarinense os espaços de atração e repulsão produziram relevantes condições para o desenvolvimento da dinâmica territorial e estruturação do espaço geográfico, uma vez que, os processos de formação do território do Oeste Catarinense foram marcados por inúmeros descolamentos populacionais, que possibilitaram a ocupação, exploração e configuração do regional. Logo, essa pesquisa justifica-se, pelas migrações explicarem as distribuições populacionais dessa região e suas perspectivas para os próximos anos.

Desse modo, a pesquisa tem como objetivo geral entender a dinâmica geográfica das migrações internas nos municípios que constituem a mesorregião do oeste catarinense a partir das análises sócio demográficas no período pós-2000. Para que esse objetivo fosse materializado, elencaram-se os seguintes objetivos específicos: Caracterizar as bases histórico-geográficas da dinâmica territorial e suas relações com a mobilidade populacional nos contextos regional e nacional; Identificar os saldos migratórios dos municípios entre 2000 e 2010, a fim de identificar as áreas de atração de migrantes, bem como as porções do território regional com estagnação e decréscimo populacional; Relacionar as principais condicionantes das migrações internas no território regional no período pós-2000.

Com base nestes objetivos, desenvolveu-se uma pesquisa de cunho quantitativa exploratória explicativa documental. Desse modo, inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico de caráter teórico e também exploratório acerca das migrações internas, estudando contribuições de autores como Milton Santos, Dora Martins, Jorge Durand, Jacqueline Beaujeu Garnier, José Marcos Pinto da Cunha, João Peixoto, Nelson Ari Cardoso, Rosa Moura, Paulo Eduardo Teixeira, Rosana Baeninger e Paul Singer, além de pesquisas de instituições (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Observatório das Migrações de Santa Catarina – UDESC, dentre outros. A leitura dessas publicações originou fichamentos que posteriormente foram utilizados na produção da pesquisa final

Além dos principais autores e instituições que dissertam sobre migrações foi realizada uma pesquisa sobre as dinâmicas territoriais internas na mesorregião do oeste catarinense utilizando de autores como, Camila Fujita, Junior Peluso, Rosa Salete Alba, Carlos José Espíndola, Noeli Pertile, Pedro Assumpção Alves, Lauro Francisco Mattei, Janaina Santos, entre outros. A partir do levantamento bibliográfico realizou-se uma análise documental dos relatórios dos Censos Demográficos feitos no período pós 2000 que estão dispostos no website do IBGE. Adjunto com a análise dos censos, foram analisados os relatórios feitos pelo Governo de Santa Catarina sobre cada município da Mesorregião do oeste catarinense, informações que estão disponíveis no website do Governo de Santa de Catarina. Os dados



populacionais levantados foram analisados geoestatisticamente no software Microsoft Excel®, para a produção de tabelas e gráficos. Ademais, foram produzidos mapas temáticos com uso do software ArcGIS®, com o fim de auxiliar a visualização da distribuição espacial dos componentes migratórios no território.

Partindo das análises e levantamento, denota-se que compreender a dinâmica geográfica das migrações internas nos municípios que formam a mesorregião do oeste catarinense a partir das reflexões sociodemográficas no circuito pós 2000 é importantíssimo uma vez que ajuda a compreender o desenvolvimento e a dinâmica territorial dessa região. Ademais, auxilia nos planejamentos municipais, uma vez que contribui para o aumento dos fatores de atração.

Portanto, para melhor entendimento da pesquisa, daqui em diante o texto estrutura-se em 4 capítulos, a saber: **Migrações e geografia: reflexões teórico-conceituais; As migrações internas na dinâmica territorial no Brasil; Oeste de Santa Catarina: bases histórico-geográficas da dinâmica migratória e Caracterização das migrações internas no oeste catarinense: o período pós-2000.** O primeiro capítulo refere-se a um levantamento teórico e conceitual a respeito do que são as migrações e de como seu significado alterou-se ao longo dos anos. No segundo capítulo, disserta-se sobre a dinâmica que ocorreu no território brasileiro ao longo dos anos, e seus reflexos econômicos e sociais nas migrações. No terceiro capítulo desenvolve-se um breve resumo das bases históricas e geográficas do oeste de Santa Catarina ao longo dos anos. O quarto capítulo refere-se às análises migratórias internas que aconteceram na mesorregião oeste catarinense no período pós 2000.

## **CAPÍTULO 1 - MIGRAÇÕES E GEOGRAFIA: REFLEXÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS**

### **1.1 DEFININDO AS MIGRAÇÕES**

A mobilidade espacial da população sempre esteve presente nas suas mais diversas simetrias, dessa forma, continuamente orientou e orienta a humanidade em todas as frações do globo nos mais distintos períodos históricos. Segundo Rezende (2005, p. 25), “as migrações já se encontravam na pauta de estratégias de sobrevivência dos seres humanos muito antes destes mesmos terem consciência de sua existência”. Dessa forma, segundo Campos (2015, p. 275), “migrar sempre foi uma das estratégias de sobrevivência mais importante para a humanidade, frente a eventos de causa natural”.

A mobilidade espacial populacional refere-se ao termo geral da corrente migratória e associa-se a todo tipo de deslocamento em um território, a toda distância, com todo tempo duração ou grau de permanência (PHILIP OGDEN, 2000). Logo, compreende-se que a mobilidade espacial é um elemento crucial para caracterizar o desenvolvimento e a constituição dos indivíduos em um determinado território.

Assim, ao longo dos anos os deslocamentos modificaram-se e qualificaram-se com novos papéis, deixando de ser apenas relacionados às guerras, mudanças climáticas ou desastres naturais, e passando também a orientar-se com critérios de disponibilidade de trabalho e renda na conjuntura das cidades modernas (trabalho, condições de infraestruturas públicas e privadas), critérios orientados ao cenário mundial moderno da globalização e do capitalismo (PEREIRA, 2006).

Desse modo, os motivos que levam as pessoas a migrarem desde a antiguidade até a modernidade estão relacionados à busca por melhores possibilidades, sejam elas de vida, saúde, estudo, bem como à fuga da estagnação econômica e da condição de pobreza ou de perseguições sejam elas políticas, religiosas, sexuais, culturais e étnicas, de transformações ou catástrofes naturais, da falta de alimentos, das questões armadas, das ameaças à sobrevivência (VENTURA, 2015). No Brasil esses deslocamentos acontecem por vários motivos, porém, as razões econômicas são na maioria das vezes determinantes, principalmente, por referirem-se à necessidade de premissas dignas de subsistência (SOUZA, 2014). Enquanto, em outros países do mundo, as migrações vinculam-se também a questões políticas, em especial, por corresponder à impraticabilidade do exercício de suas liberdades, ou melhor, é quando a

autonomia, a justiça – e seus desdobramentos – permanece impedida de ser exercitada, como é o caso de muitos países do Oriente Médio (CHUEIRI; CÂMARA, 2010).

Dessa forma, definir o que venha a ser o processo migratório, torna-se complexo e heterogêneo, uma vez que, envolve múltiplos processos internos e externos.

A migração é um processo complexo em suas características, mensuração, causas e efeitos. O estudo da migração é relevante não só para a compreensão dos seus determinantes políticos, sociais e econômicos, como também para o conhecimento dos efeitos que ocorrem em várias esferas [...] e, em termos da estrutura da sociedade, por seu caráter bilateral, a migração provoca modificações na distribuição, na dinâmica e na composição da população, interferindo na vida econômica, política e social das comunidades de partida e de chegada dos imigrantes. O estudo da migração representa um grande desafio, e somente pesquisas específicas permitem apreender esse componente em uma dimensão mais ampla (CASTIGLIONI, 2009, p. 39).

Ocorre colocar que, essa complexidade e heterogeneidade se faz, principalmente, por “a discussão da migração tem um caráter estratégico no desvendamento da relação entre a dinâmica populacional e o processo de acumulação de capital, para além da concepção de crescimento natural – a do excesso de nascimentos sobre mortes” (DAMIANI, 2001, p. 39). Partindo dessa hipótese, Philip Ogden (2000, p. 369, tradução nossa) estabelece migração como a “mudança de residência, permanente ou semipermanente, de um indivíduo”, enquanto, a Organização Internacional para as Migrações – OIM (2009, p. 40), considera migração como um

processo de atravessamento de uma fronteira internacional ou de um Estado. É um movimento populacional que compreende qualquer deslocação de pessoas, independentemente da extensão, da composição ou das causas; inclui a migração de refugiados, pessoas deslocadas, pessoas desenraizadas e migrantes econômicos.

Entretanto, para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), migração é uma forma de mobilidade espacial entre uma unidade geográfica e outra, envolvendo mudança permanente de residência. Contudo, convém apontar que “a maioria das definições faz referência a um conjunto de aspetos que consideram as migrações como a deslocação de seres humanos no espaço e tempo que, percorrendo pequenas ou grandes distâncias, no decorrer de um curto ou longo período de tempo, mudam de residência” (NOLASCO, 2016, p. 3).

Dessa forma, compreende-se a existência de uma heterogeneidade de conceitos e definições sobre os deslocamentos populacionais. Em razão de estabelecer uma teoria homogênea, Ernest George Ravenstein (1852-1913) estruturou a primeira teoria geral da migração que pretendia abranger todos os princípios e elementos do fenômeno migratório

(agentes, razões e princípios). Assim, o geógrafo e cartógrafo inglês durante o final do século XIX, publicou múltiplos textos estabelecidos como as “leis das migrações”. Sobretudo, o geógrafo constituiu sete leis, que podem ser resumidas do seguinte modo

1) os deslocamentos se dão em direção aos centros manufatureiros e comerciais; 2) a maior parte dos migrantes procede de áreas próximas; 3) os naturais de cidades (ou vilas) emigram relativamente menos do que os de naturais das áreas rurais; 4) a melhoria dos meios de transporte e de locomoção induz o aumento das migrações; 5) a cada corrente migratória se opõe uma contracorrente; 6) observa-se predominância de fatores econômicos dentre as causas migratórias; e 7) há predominância de mulheres nas correntes de pequeno percurso (KLEIN, 2010, p. 4).

A formulação das “leis” baseou-se nas estatísticas oficiais do recenseamento demográfico britânico de 1881 e dos fluxos internacionais europeus e norte-americanos. Logo, a teoria das “leis das migrações” foi de extrema importância, uma vez que, Ravenstein percebeu que não existia aleatoriedade nas opções geográficas da população, mas sim, uma predominância do fator econômico. Portanto, é considerado um dos autores clássicos no estudo sistemático das migrações, porém, segundo Campos (2015, p. 190): “embora não seja o único de seu tempo a estudar o tema, foi um dos autores que abordou de maneira direta a seletividade das migrações”. Ocorre dizer que, depois de Ernest George Ravenstein (1852-1913) outros autores se debruçaram em estudar e analisar as migrações, tanto nas ciências humanas quanto nas ciências exatas e biológicas, principalmente, porque o de migrar está agregado a um processo social e histórico profundo e complexo que compõe e estabelece numerosas alterações no espaço geográfico (GONÇALVES, 2001). Em relação ao espaço geográfico, Santos (2000, p. 63) propõe que ele “é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como quadro único no qual a história se dá”. Portanto, o fenômeno migratório advém por meio de condicionantes diversos como condições históricas, a globalização, laços sociais, a amplificação da técnica, o sistema econômico, social e político (LEE, 1980; SINGER, 1980; SALIM, 1992).

Portanto, o resultado da análise das migrações é concebido pelas mais distintas ciências, com o conjunto das variadas concepções, correntes, enfoques e metodologias, portanto, para a quantificação do fenômeno requer compreender qual será a área de pesquisa. Como afirma Mattei e Henriques (2013, p. 69) a “a migração é um fenômeno estudado de uma forma muito heterogênea, sendo diversos os enfoques que se tem dado ao processo de deslocamento populacional, especialmente nos campos da Antropologia, Demografia, Economia, Sociologia, História e Geografia”.

Na geografia as migrações demonstram as assimetrias das relações socioeconômicas vigentes no espaço geográfico, expondo as alteridades das relações capitalistas vinculadas ao sistema de globalização neoliberal, seja por incorporar a dimensão espacial do processo de forma orgânica, ou seja, como parte essencial do fenômeno. Ademais se partimos do pressuposto de entender as migrações através das categorias geográficas como território, espaço, região e lugar compreendemos as dinâmicas sociais, econômicas, políticas, culturais e demográficas do espaço, uma vez que, “o estudo da Geografia possibilita a leitura do mundo, incorporando o estudo do território como fundamental em um determinado tempo e espaço” (CALLAI, 2003, p. 77).

Dessa forma, refletir sobre a ótica das abordagens e enfoques migratórios, se faz de extrema importância, uma vez que, discorrer sobre migração é altamente complexo, sobretudo por estar agregado a distintas especificidades, em particular nas discussões relacionadas às migrações internas, afinal de contas, cada região tem seu perfil próprio, sua cultura, seus patrimônios naturais, sua economia, suas políticas e suas dificuldades, influído diretamente ou não no processo. Dessa forma,

[...] a migração não é apenas a passagem de uma localidade geográfica a outra, mas consiste na transição do sujeito, sozinho ou em grupo, de uma sociedade a outra. Nesse plano, o sujeito não é apenas uma unidade física, um número ou um objeto, mas é alguém que se vincula, pelas suas relações com os outros, a uma sociedade determinada. Do mesmo modo, participa de uma cultura que fornece como referência normas de comportamento apoiadas num sistema de valores. As relações de que participa na sua sociedade original são estabelecidas com base nesses componentes culturais, em graus variáveis, interiorizados na sua personalidade (MARTINS, 1973, p. 19).

Levando em consideração os aspectos mencionados, conclui-se que os “grandes deslocamentos humanos, frequentemente, antecedem ou resultam de modificações profundas, seja por motivos socioeconômicos, políticos ou culturais” (SANTOS, 2009, p. 2), tal conduta impulsionou e recebeu uma distinta significação simultaneamente ao fortalecimento dos processos, quer na escala macro ou micro, ou seja, redirecionar de um logradouro para outro ou mudar de estado, país ou continente, em múltiplas modalidades e tipologia, acompanhando a humanidade em todos os tempos de sua história. A cogitar do princípio dos tempos, que os seres humanos obtiveram na migração uma prerrogativa de subsistência de si e dos seus, no entanto, ao longo dos anos os propósitos e os meios de se deslocar modificaram-se, “acompanhando, assim as mudanças nos processos produtivos e as visões de mundo” (BRUMES, 2010, p. 24).

Logo, faz-se necessário entender que, existe uma ampla e complexa bibliografia sobre o que venha a ser as migrações nas mais distintas áreas, entretanto, a definição de Ravenstein se fez importantíssima, uma vez que, o mesmo em sua teoria afirmou que as migrações não são meros acasos, elas possuem seletividade. Através das leis pode-se compreender que existe uma regulação das migrações em essencial, pelo fator econômico. Para Ravenstein, as razões econômicas e financeiras, são o motor principal dos deslocamentos, contudo esse discurso aplica-se em diversas partes do mundo, inclusive a mesorregião do oeste catarinense, porém, em muitos outros regiões do globo, os motivos e as causas da mobilidade populacional se fazem por outros aspectos e princípios, como guerras, discursos de ódio e perseguições.

Em síntese, podemos definir o fenômeno das migrações, como um revelador das assimetrias espaciais e populacionais. Dessa forma, fazem com que o indivíduo se desloque por todo o território na busca de melhores condições, sejam elas no âmbito social, cultural, político, religioso, étnico, econômico, entre outros, que, na maioria das vezes são negadas ou negligenciadas no seu território de origem. Assim, se faz necessário desenvolver uma escala que forneça um critério essencial para a classificação seja de tempo (temporário / permanente), distância (longa / curta), tipo de decisão (voluntária / forçada), e causas (econômica / social).

## 1.2 CLASSIFICAÇÃO DOS FENÔMENOS MIGRATÓRIOS: O TEMPO E O ESPAÇO COMO VARIÁVEIS FUNDAMENTAIS

Se estabelecer uma definição para as migrações não é algo simples, classificá-las também não é, uma vez que os fluxos migratórios decorrem de uma multiplicidade de possibilidades que originam e/ou acentuam os deslocamentos. Como afirma Peixoto (1998, p. 23)

Se considerarmos as diferentes circunstâncias de partida e de chegada, as causalidades, motivações e consequências envolvidas, haverá tantas formas de migrações quantos os indivíduos e as estratégias utilizadas. Se aceitarmos a facilidade - ou a necessidade - de agrupar tipos homogêneos, obteremos algumas das formulações habituais sobre o tema, com a descrição de um conjunto, mais ou menos agregado, de tipos migratórios.

Em vista disso, faz se necessário estabelecer um “modelo” de análise que contemple as múltiplas possibilidades em suas especificidades mais palpáveis. Henry P. Fairchild (1925) foi um dos mais relevantes estudiosos a alegar uma distribuição para os fluxos migratórios.

Fairchild (1925) identificou os movimentos migratórios mundiais em quatro principais modelos: invasão conquista, colonização e imigração. Conforme Fairchild (1925 apud NOLASCO, 2016, p. 6),

os quatro tipos de mobilidade: invasão, exemplificada com a invasão visigodo durante o império romano; conquista, cuja mobilidade resulta da iniciativa de povos com cultura superior; colonização, na qual os países mais fortes descobrem e submetem povos mais débeis; imigração, com a deslocação pacífica de indivíduos entre países que têm aproximadamente o mesmo desenvolvimento civilizacional. Segundo o Fairchild, as causas para estes distintos movimentos migratórios têm que ser muito poderosas, porque a tendência do ser humano é permanecer no local ao qual pertence.<sup>2</sup>

Depois de Fairchild (1925) surgiram outros autores que buscaram construir mais modelos de organização. Um deles foi William Petersen, que em 1958 refutou alguns princípios definidos por Fairchild. Petersen procurou constituir uma classificação geral das migrações, ademais sua hipótese de classificação é a tentativa mais conhecida de uma aproximação sistemática a tipos migratórios. Nessa organização, Petersen (1958 apud NOLASCO, 2016, p. 6), aponta duas grandes estruturas para categorizar as migrações

o primeiro corresponde às forças que determinam a propensão para emigrar, nomeadamente a pressão ecológica, as políticas migratórias, aspirações individuais e o âmbito social; o segundo corresponde à intencionalidade por parte do sujeito migrante, podendo assumir uma atitude conservadora quando se propõe recuperar ou manter determinadas condições de vida, ou uma atitude inovadora quando há um propósito de melhoria com a decisão de migrar. Do cruzamento destes dois eixos, Petersen propõe cinco tipos de migrações: primitiva, suscitada por condições ecológicas; forçada, determinada pelo Estado ou outra instituição social; impelida, os indivíduos têm parcialmente a faculdade de decidir sobre o ato migratório; livre, dependente da vontade dos indivíduos, mas reduzida em dimensão; massiva, quando a vontade migratória se expressa numa conduta coletiva.

Partindo das hipóteses desenvolvidas por Fairchild (1925) e Petersen (1958) o fenômeno migratório obteve diferentes concepções, entretanto, devido as mudanças das dinâmicas migratórias ao longo dos anos se fez essencial novas teorias que qualifiquem esse fenômeno. Uma dessas proposições é de João Peixoto (1998), que buscou organizar as migrações levando em conta dez formas de migrações:

a) tipo de limites territoriais atravessados, que permitem determinar se as migrações são internas ou internacionais; b) duração ou periodicidade do movimento, que diferenciam as migrações numa escala cronológica que vai das temporárias às definitivas; c) grau de voluntariedade da migração, que categoriza as migrações

---

<sup>2</sup>Está citação foi utilizada pela sua importância para os estudos da migração nesse período, porém, ressalta-se que atualmente ela não se adequa mais, principalmente, por conter termos preconceituosos como “cultura superior”.

como “livres”, isto é, sem constrangimentos, ou “forçadas” onde há coação para que a mobilidade aconteça; d) motivações que estão na base da migração, sejam de caráter laboral, político, ambiental, entre outros; e) condição perante o trabalho de migrante ou a consideração sobre a atividade ou inatividade; f) tipo de atividade econômica desempenhada, onde se faz referência ao setor de atividade do migrante; g) estatuto profissional do migrante, ou situação na profissão; h) nível de instrução ou qualificação profissional, que distingue entre trabalhadores indiferenciados ou qualificados; i) estatuto administrativo do migrante, que em conformidade com a forma como migrou pode encontrar-se em situação legal ou ilegal; j) lugar da migração no percurso individual, em que cada migrante se pode encontrar numa migração “primária”, “secundária”, de “retorno”, ou ainda em “migrações múltiplas” (PEIXOTO, 1998, p. 26-27).

Além da classificação de Peixoto (1998) convém salientar o modelo da Comissão Mundial Sobre Migrações Internacionais CMMI (2005, p. 7), que apresenta alguns modelos referentes aos processos migratórios, especialmente os temporários; permanentes; legais; irregulares; espontâneas; forçadas; trabalhadores indiferenciados; especialistas altamente qualificados; reagrupamento familiar; mobilidade estudantil; migrantes em trânsito; migrantes retornados, entre outros.

Por meio da organização definida por Peixoto (1998) e da CMMI (2005), optamos neste trabalho por delimitar e classificar o desenvolvimento migratório em quatro variáveis básicas definidas pelos princípios de espaço e tempo. Espaço e tempo são critérios globais em quase todos os conceitos migratórios, especialmente nas migrações internas, tema desta produção. Esses dois critérios constituem-se como centros coaxiais das práticas migratórias, como indica Nolasco (2016, p. 9):

O cruzamento das variáveis espaço e tempo com as várias camadas da espessura social dão origem a inúmeros tipos de migrações. Tendo em consideração a dimensão espacial, estaremos a referir-nos a migrações internas, se a mobilidade ocorrer dentro de um mesmo Estado, e a migrações internacionais se a mobilidade implicar a transposição de fronteiras políticas e administrativas de países.

Logo, espaço e tempo têm uma influência conjunta em relação a migrações, e não meramente nas implicações que a mobilidade exige. Da mesma forma nos processos micro e macro que explicitam os fluxos migratórios, seja pela legalidade da migração, na maneira que ocorre a tomada de decisão de migrar, no caráter socioprofissional de quem migra, nos avanços individuais de quem sai do seu país, dentre outras formas e condições sociais das migrações acontecerem (NOLASCO, 2016). A primeira variável diz respeito ao período em que o migrante se estabelece, referindo-se ao tempo de permanência do(s) sujeito(s) no local. Nesta variável, atribuímos duas subdivisões, a migração definitiva e migração temporária.

A migração definitiva engloba os deslocamentos campo-cidade, cidade-campo, campo-campo e intercidades. As migrações campo-cidade são promovidas sobretudo por



parte dos indivíduos da zona rural que deixam o campo (zona rural) em busca de melhores condições de vida nas cidades (zonas urbanas) (CASAGRANDE; SOUZA, 2012). O exercício desse tipo de migração está associado a inúmeros fatores, mas no Brasil sua razão teve propriedades especificamente relacionadas à diferentes dinâmicas socioespaciais vinculadas a relações capitalistas modernas na produção agropecuária que estão diretamente relacionadas à urbanização, à industrialização, à concentração fundiária e, principalmente, à mecanização e modernização do campo.

Como afirmam Oliveira, Fleck e Becker (2011, s.p.),

A política de modernização da agricultura juntamente com a integração ao mercado fez com que se reorientassem os sistemas produtivos, beneficiando os grandes produtores e restringindo o pequeno agricultor. Uma das consequências desse pressuposto foi o implacável êxodo rural.

Ademais, enfatiza-se, que os jovens agrários da atualidade não têm mais o entusiasmo em permanecer nos espaços caracteristicamente rurais, proporcionando haver posteriormente uma renúncia do campo (EVANGELISTA; CARVALHO, 2001).

Porém, as migrações cidade-campo se referem ao movimento dos indivíduos ou famílias que se deslocam das cidades para a zona rural, sendo que este não é o processo inverso do êxodo rural, não só pelo contexto envolvente, mas também pelos trajetos resultantes dos movimentos da população. A saída da cidade para o meio rural, é muito menos linear em termos de destino e nem todos o fazem como os que anteriormente migraram no sentido contrário. É um processo oposto em várias componentes, mas não no seu todo.

Consequentemente estabelece-se que esse movimento não é simples, em vista de que a “[...] tendência migratória não é tão linear como o êxodo rural, em que a população se move de variadíssimos pontos do meio rural para as grandes cidades” (RIBEIRO, 2013, p. 16). No Brasil o movimento migratório tem ganhado cada vez mais relevância na medida em que se busca atender as mais distintas demandas, sejam elas sociais, culturais, políticas e econômicas. A migração campo-campo e entre cidades remete ao indivíduo ao deslocamento dentro do território nacional, como por exemplo, de uma cidade para outra ou de uma zona rural para outra.

Em contrapartida, na migração temporária encontram-se as seguintes subdivisões: a migração pendular, sazonal e nomadismo. A migração pendular pode ser descrita como “[...] o movimento dos indivíduos que residem em determinada cidade ou município, porém, por algum motivo, necessitam cumprir suas atividades de trabalho em um local diferente” (SOUZA, 2010, p. 36).

Na mesma proporção que na migração sazonal é o indivíduo que continua no local por um determinado período, seja por poucos meses ou anos, sua ocorrência está ligada “[...] mais do que nunca, [...] por conta do fator econômico: a busca por emprego, por melhores salários, por melhores condições de vida” (CORREIA; ALENCAR, 2013, p. 5). O fenômeno sazonal frequentemente realiza-se nas áreas de grandes colheitas agrícolas - como, por exemplo, cana de açúcar, laranja, soja, café, algodão, milho, maçã, uva, trigo, fumo, dentre outras -, as quais demandam expressiva quantidade de mão-de-obra temporária. Um exemplo disso ocorre no oeste catarinense, que nos últimos anos tem recebido intensos fluxos vinculados a obras de infraestrutura, como hidrelétricas, pontes, fábricas e rodovias. Os migrantes sazonais deparam-se nas regiões de destinos com condições que são muitas vezes são incompatíveis em suas regiões de origem. Como confirma Correia e Alencar (2013, p. 10),

a mobilidade territorial é fruto do desenraizamento social e econômico que os migrantes sofrem em seus locais de origem. Esses trabalhadores além de ser expropriados de suas terras e privados de condições básicas de subsistência junto de suas famílias.

Entretanto, evidencia-se que esse movimento migratório

deixa de ser um simples deslocamento populacional motivado por fatores de repulsão e atração e passa a atender à lógica do capital, do lucro e da superexploração do trabalho. O migrante deixa de ser um indivíduo e passa a ser mão de obra, força de trabalho, qualificada ou não” (CORREIA; ALENCAR, 2013, p. 13).

Consequentemente deduz-se que o processo da expropriação do capital tem influenciado no fenômeno da migração sazonal. De acordo com David Harvey, o modo de produção capitalista

É um processo, e não uma coisa. É um processo de reprodução da vida social por meio da produção de mercadorias em que todas as pessoas do mundo capitalista avançado estão profundamente implicadas. Suas regras internalizadas de operação são concebidas de maneira a garantir que ele seja um modo dinâmico e revolucionário de organização social que transforma incansável e incessantemente a sociedade em que está inserido. O processo mascara e fetichiza, alcança crescimento mediante a destruição criativa, cria novos desejos e necessidades, explora a capacidade do trabalho e do desejo humanos, transforma espaços e acelera o ritmo de vida. Ele gera problemas de superacumulação para os quais há apenas um número limitado de soluções possíveis. Por intermédio desses mecanismos, o capitalismo cria sua própria geografia histórica distintiva (HARVEY, 1992, p. 307).

Desse modo, as relações de dominação e hierarquização no tecido social, relações estas que são capitalistas: de exploração da força de trabalho para a produção de riqueza, faz

com que esse modelo de migração transcorra, em virtude dos seus desdobramentos sobre o espaço geográfico. Justamente por estabelecer e concretizar um processo de produção de mercadorias e serviços. “Por isso, dizemos que a migração é um fenômeno histórico e social.” (SANTOS, 1994, p. 7).

A última variante em referência ao tempo de permanência é o nomadismo. O nomadismo pode ser observado como o primeiro tipo de migração humana, que detinha como natureza, a mudança das sociedades primitivas, nas quais, por não explorarem e não deterem domínio do processo agrícola partia em busca de subsistência e de abrigo quando não dispunham mais dos agentes de subsistência no lugar em que estavam. (FRANKEN, 2009 apud ASSIS et al., 2013). Entretanto, atualmente o nomadismo pode ser caracterizado pelo povo cigano.

A segunda variável representa a própria configuração da migração, ou seja, quais foram os fatores que constituíram ou participaram para que o(s) sujeito(s) fizesse(m) o deslocamento. Nesse caso destacamos as migrações forçadas, que são aquelas feitas pelos indivíduos que tiveram de abandonar seus países devido a conflitos, fome, extermínio, miséria, dentre outros. À medida que, nas migrações espontâneas e planejadas os indivíduos pretendem ou desejam partir de um determinado lugar para outro por causas pessoais, como descontentamento político, econômico ou religioso.

A terceira variável refere-se ao conceito da legalidade da migração. Nessa variável se analisa a migração legal e a migração clandestina, sendo que esses dois conceitos tratam-se da legalidade ou ilegalidade dos indivíduos em um determinado local, constituindo-se que o imigrante legal é aquele que entra num determinado país / território com autorização para nele permanecer e exercer as funções desejadas. O imigrante ilegal é aquele que entra no país de forma ilícita e ali permanece sem qualquer forma de documentação e autorização.

A quarta variável pertence ao espaço de mudança, remetendo-se a saber, se o sujeito migrou dentro do seu país ou para outro país. Nessa variável, sublinhamos as migrações internacionais, inter-regionais intrarregionais, sendo que as migrações internacionais se atribuem ao movimento de saída dos indivíduos de um país para outro.

O Instituto de Migrações Internacionais (2009) define as migrações inter-regionais e intrarregionais como um movimento de indivíduos de uma região do país para outra. Sendo que nas migrações inter-regionais o deslocamento acontece de um estado para outro e a migração intrarregionais o deslocamento advém dentro do mesmo estado com o objetivo ou o efeito de estabelecer nova residência, sendo que essa migração pode ser temporária ou

permanente. No oeste catarinense pode se dizer que todas as variáveis estiveram presentes, porém, no período pós- 2000 as migrações intrarregionais ganharam destaque.

Portanto, pode se concluir que, existem diversas formas de migrações e que podem ser organizadas nas mais diferentes escalas e nos mais diversos períodos de tempo, entretanto, a conjuntura espacial e populacional brasileira se reorganiza através da estrutura econômica que obteve como pilar a urbanização e a industrialização, como não poderia ser diferente, o oeste catarinense também bebeu desta fonte, uma vez que, as atividades desenvolvidas e o processo histórico social da região estão constantemente dependentes da configuração socioespacial brasileira. Dessa forma, faz se necessário entender o processo de urbanização e industrialização brasileira que estão fortemente ligados ao processo migratório interno no oeste catarinense.

## **CAPÍTULO 2 - AS MIGRAÇÕES INTERNAS NA DINÂMICA TERRITORIAL NO BRASIL**

Os fluxos migratórios internos brasileiros encontram-se relacionados a diversos condicionantes, mas em especial aos “desequilíbrios econômicos regionais [...] que levam ao surgimento das trajetórias migratórias [...] em busca de melhoria de inserção no mercado de trabalho e de condições de vida” (BIAGIONI, s/d, p. 6) - disparidades que interferiram na atual configuração socioespacial brasileira. Compete considerar que estes desequilíbrios são derivativos das transformações de paradigmas na conjuntura nacional, como o êxodo rural, mecanização e modernização do campo, industrialização e urbanização brasileira. Cada um deles tem influenciado nos distintos processos migratórios, que se organizaram a partir do período colonial, mas que se fomentaram durante o século XX (BAENINGER, 2012).

A contar da chegada dos colonizadores portugueses ao nosso país até o final do século XVII, a maioria dos habitantes brasileiros concentrava-se no litoral nordestino, já que essa região consistia na porção economicamente mais dinâmica do país, especialmente pela monocultura da cana de açúcar. No entanto, essa condição passa a modificar-se com os ciclos econômicos que o país viria a desenvolver. Devido a importantes transformações econômicas e sociais pelas quais o Brasil passou desde sua ocupação estrangeira, aconteceram diversos ciclos econômicos, como o do café, da borracha, da cana de açúcar, e do ouro. Esses ciclos criavam em torno de si atrativos econômicos, que, por consequência, atraíam grandes levas de migrantes. Portanto, “[...] os diferentes ciclos econômicos no Brasil fomentaram o desenvolvimento de eixos territoriais que se consolidaram como áreas urbanizadas no país ao longo das décadas, marcados por uma intensa atratividade populacional” (BRANDT; SILVEIRA, 2015, s.p). Dessa forma, esses ciclos formaram novas dinâmicas no espaço geográfico, que

Para efeitos da análise migratória, o interessante é que cada ciclo - pau-brasil, açúcar, pecuária, mineração, café ou borracha -, ao deslocar o eixo geográfico da atividade exportadora mais dinâmica, também ocupou novos territórios e provocou a aparição de novos núcleos de assentamento (MARTINE, 1990, p. 17)

Ademais, esses deslocamentos criam novas dinâmicas de trabalho, ou seja,

[...] os deslocamentos sucessivos do eixo dinâmico eram acompanhados, ou não, por transferências de população de uma região para outra, ou se as necessidades de mão-de-obra, em cada novo ciclo, eram basicamente supridas por migrações ultramarinas, seja de colonos, seja de escravos e/ou pela captura de populações indígenas (MARTINE, 1990, p. 19).

Baseado nessa dinâmica, o Brasil colonial mantinha basicamente sua economia em produtos manufaturados. No início da colonização portuguesa a cana de açúcar foi um dos principais produtos produzidos na colônia, essencialmente porque as condições climáticas favoreciam esse tipo de cultivo, além da demanda advinda do mercado europeu nesse período (FURTADO; IGLÉSIAS, 1963). Dessa forma, o grande número de terras férteis e a necessidade do rápido retorno financeiro geraram o desenvolvimento de grandes unidades de produção e a demanda de mão-de-obra necessária para essa produção foi suprida com a escravização de contingentes de populações africanas, que eram trazidas em navios em condições desumanas.

Com o passar do tempo, o açúcar entrou em decadência, e se fez necessária uma nova fonte de riqueza na colônia. Assim, no final do século XVII e início do século XVIII surge um novo ciclo econômico, o ciclo da mineração ou ciclo do ouro, que desencadeou intensos fluxos migratórios para as regiões produtoras de minérios. Nesse período, os migrantes, através de expedições conhecidas como entradas ou bandeiras partiam do litoral paulista e baiano para o interior do país na busca dos mais diversos minerais valiosos e pedras preciosas, como ouro, cobre, prata, diamante, esmeralda.

Em meados do século XVII foram encontradas minas de ouro e diamante na Capitania de São Paulo, região que correspondente aos atuais estados de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás. Nesse período, a mineração passa a ser a atividade mais importante da colônia, mudando a capital Salvador para a cidade do Rio de Janeiro com objetivo de controlar o lucro, além disso, desenvolveu cidades e profissões. Entretanto, em meados do século XVIII as minas de ouro se esgotaram, e a maioria da população migrou das regiões ricas em ouro do planalto central para trabalhar nas fazendas de gado, algodão e cana de açúcar do centro-norte e centro-sul da Capitania do Rio de Janeiro. Assim no início do século XX, iniciou outro ciclo importantíssimo para desenvolvimento brasileiro, o ciclo do café (FURTADO; IGLÉSIAS, 1963).

Já na década de 1930 houve um crescimento industrial, que, por sua vez, intensificou a urbanização nos anos seguintes, em especial, nas décadas de 1940 e 1950, dos centros urbanos do Centro Sul, impulsionados pela economia do café (PATARRA, 2003). A industrialização da década de 1930 foi, basicamente, a de bens de consumo corrente (alimentos, bebidas). Inicialmente a atividade estava concentrada na região do Vale do Paraíba, posteriormente passa para o interior do Paraná e de São Paulo (PATARRA, 2003). O cultivo do café e seus derivados durou por mais de um século, devido às ótimas condições geográficas como

regularidade de chuvas e clima adequado para o cultivo do café. Entretanto devido à forte crise dos Estados Unidos da América em 1929 e a superprodução houve uma quebra na economia cafeeira. Dessa forma, percebe-se que os fluxos migratórios internos do país, até meados do século XX, estavam bastante associados à dinâmica dos ciclos econômicos (FURTADO; IGLÉSIAS, 1963). Sendo assim, cada ciclo econômico possibilitou diversos deslocamentos regionais com os mais diversos tipos de mão de obra (PATARRA, 2003).

Podemos compreender que o ciclo do café, associado à conjuntura econômica internacional, possibilitou a “implementação” da indústria brasileira, que iria ser ampliada na década de 1930, com o governo Vargas. Nessa época o Brasil sai de uma economia agroexportadora para o desenvolvimento industrial. Dessa forma, o Brasil passa a produzir bens de consumo não duráveis (calçados, roupas, alimentos etc.) e duráveis (móveis, automóveis, etc.). Para Patarra (2003, p. 17), “o ano de 1930 é um momento de inflexão decisivo, a partir do qual, as relações entre desenvolvimento econômico e distribuição espacial da população passam a interagir num outro patamar”.

Dessa forma, em 1930 tem início tardiamente a “revolução industrial brasileira”, um período de ampliação dos fluxos migratórios internos para regiões centrais, que atualmente corresponde as grandes metrópoles nacionais, como São Paulo e Rio de Janeiro, essas regiões comportavam as primeiras indústrias. Tais deslocamentos aconteceram por alguns aspectos principais como a crise cafeeira em 1930, mecanização e modernização do campo em 1960, e criação de um mercado consumidor e principalmente pela migração campo-cidade nos anos 1980 e 1990, além do estímulo do governo para povoar os “vazios demográficos”<sup>3</sup> do país (a chamada “marcha para o oeste”). Sendo assim,

A partir de 1930, com a crise da economia cafeeira e com a industrialização que se dinamizava, o país assistiu a um movimento populacional de dupla direção: de um lado, a população expulsa do campo dirigiu-se para o interior dos estados, especialmente para o oeste de São Paulo e, posteriormente, para o norte e o oeste do Paraná e de Santa Catarina; de outro lado, houve um deslocamento massivo de população para as cidades, especialmente para o eixo Rio-São Paulo (MARTINE, CARVALHO, 1989 apud BRANDT; SILVEIRA, 2015, s.p).

A partir da década de 1940 o Brasil passou por um importante processo de urbanização e industrialização, impulsionado pelo Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek. Nesse período o governo permitiu a introdução de capital estrangeiro no país,

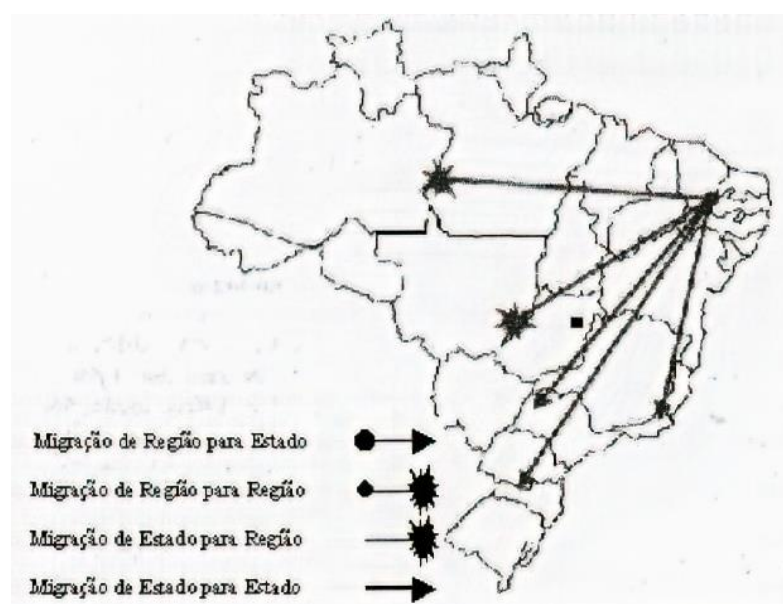
---

<sup>3</sup> Cabe lembrar que “vazios demográficos” remetesse ao discurso apropriado pelo governo para legitimar a ocupação das terras das populações que ali se residiam.

possibilitando um crescimento urbano e industrial e constituindo “um deslocamento populacional gigantesco, num breve espaço de tempo, o que bem qualifica a causa fundamental do acelerado processo de urbanização pelo qual passava a sociedade brasileira” (BRITO, 2009, p. 12). Entretanto, esses grandes fluxos migratórios internos ocorreram sem uma política de organização e planejamento, que, por consequência, geraram grandes disparidades econômicas, sociais ou demográficas, vistas até hoje.

Ocorre ressaltar que deslocamentos da década de 1930 e 1940 encontram-se diretamente ligados ao Estado Novo (1937-1945), vinculados à política implantada pelo governo de Getúlio Vargas que se apropriou de uma política migratória para promover seu projeto ideológico e nacionalista através do programa Marcha para Oeste (PATARRA, 2003). A marcha para Oeste tinha como objetivo promover a integração das regiões norte e centro-oeste com o restante do país que nesse período (1930-1945) detinham pouca densidade demográfica, além disso, o governo também desejava promover o desenvolvimento de uma malha rodoviária que interligasse o interior do Brasil com os principais centros localizados no litoral (PATARRA, 2003), como se reafirma na Figura 2. Nela notamos que os fluxos migratórios aconteceram predominantemente da região Nordeste em direção às regiões Norte, Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

**Figura 2-** Principais correntes migratórias nas décadas de 1930 e 1940\*



\*Ocorre ressaltar que, haviam deslocamentos dentro das regiões, mesmo que, em menor escala.



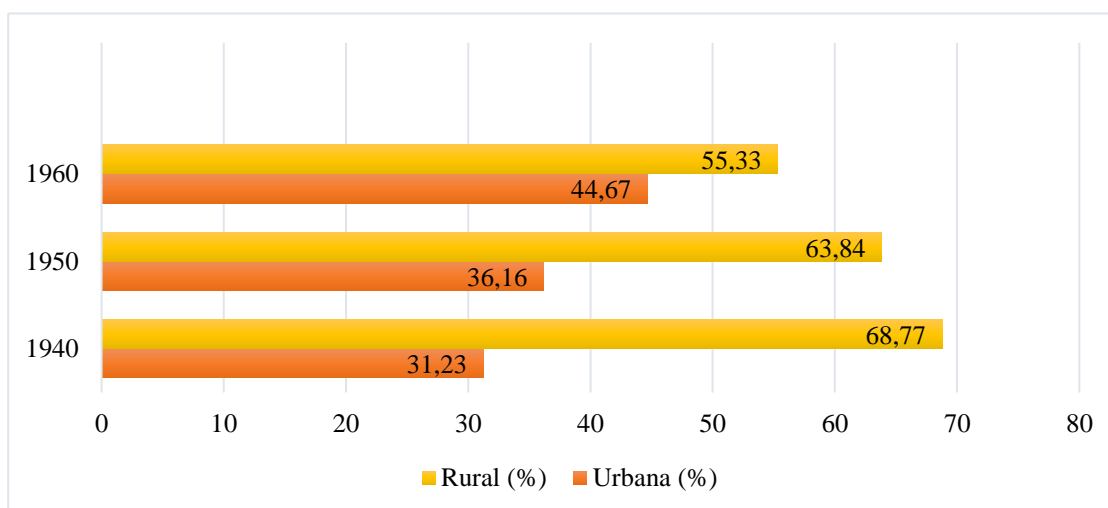
Na década de 1950 os processos de urbanização e industrialização no Brasil se intensificam e se complexificam, em virtude da política desenvolvimentista promovida pelo governo de Juscelino Kubitschek. Este estimula dois importantes setores da economia, o energético e dos transportes, principalmente, pelos grandes avanços tecnológicos, crescimento do mercado de consumo e modernização do campo e das cidades (DEZAN, 2007).

Nos anos de 1950 aumentaram os fluxos de pessoas nas cidades, com aglomerações em diversas partes do Brasil, principalmente na região sudeste, ampliando as migrações campo-cidade. Na década de 1960, a dinâmica migratória é influenciada pelas novas frentes agrícolas, aperfeiçoamentos tecnológicos, ampliação e implantação de redes de comunicações, estabelecendo assim, novas estruturas territoriais. Dessa forma, a conjuntura da migração campo-cidade ganha força e os centros urbanos atingem grandes contingentes populacionais, sobretudo dirigidos para a região do centro-oeste (MARTINE, 1987). Como estabelece Brandt e Silveira (2015, s.p)

As novas condições, permitidas pelo desenvolvimento tecnológico em termos dos avanços nos meios de comunicação e pela implantação de infraestrutura no território nacional, bem como o decorrente incremento da circulação de informações, conduziram o país a um outro patamar de "fluidez do espaço", trazendo possibilidades extremamente ampliadas de mobilidade das populações (IBGE, 1988). Ao mesmo tempo, as profundas mudanças nos aspectos técnicos da produção industrial e agrícola introduziam alternativas locais para as atividades produtivas industriais fora das concentrações metropolitanas.

No Gráfico 1 percebemos a ampliação da população urbana em relação a população rural, que se intensifica ao longo das décadas passando de uma população rural de 68,77% em 1940 para uma população 55,33 em 1960, e por consequência um aumento na migração campo-cidade.

**Gráfico 1-** População Residente, por situação de domicílio Brasil- 1940/1960



Fonte: IBGE (2001). Elaboração da autora.

Dessa forma, verifica-se que na década de 1950 e 1960 houve uma transformação na população brasileira, advinda da transformação econômica, que possibilitou a formação de um novo dinamismo industrial associado à produção de bens intermediários e de bens de consumo duráveis, principalmente pelo desenvolvimento da indústria automobilística, petroquímica, metalúrgica, eletrodomésticos, formando uma ‘nova industrialização’, de caráter monopolista, consolidada por empresas internacionais ou nacionais associadas. Passou também a ocupar novos espaços através de políticas oficiais deliberadas (LOPES 1976 apud PATARRA, 2013).

**Figura 3- Principais Fluxos Migratórios de 1950 a 1960\***



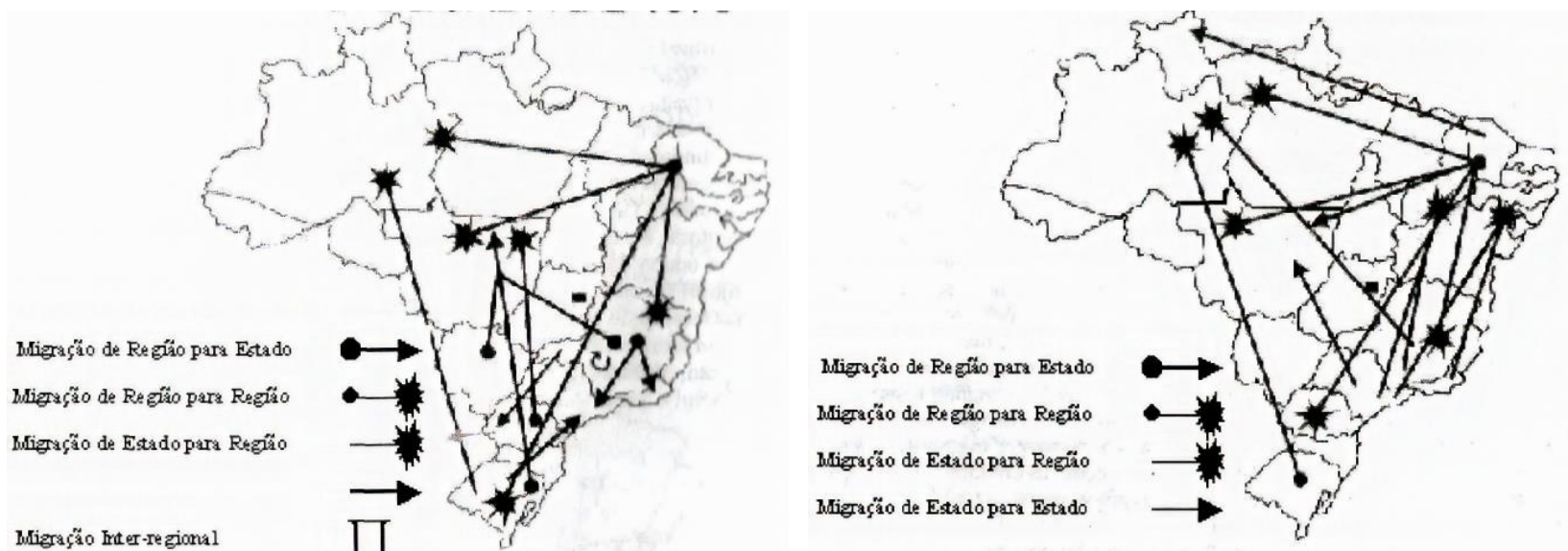
\*Ocorre ressaltar que, havia deslocamentos dentro das regiões, mesmo que, em menor escala.

Fonte: VALE; LIMA; BONFIM 2012

Na Figura 3 constata-se, que na década de 1950 e 1960 houve significativos fluxos da região nordeste para a região norte, motivados pela grande crise econômica, política e social que assolou o sertão, além disso, é nessa época que transcorre a criação e desenvolvimento da zona franca de Manaus. Convém recordar que ao longo dos anos de 1960 o governo estimulou a ocupação da Amazônia com intuito de ocupar e proteger os extremos do país (MARTINE, 1987). Verifica-se também relevantes fluxos para o centro-oeste em função da criação e fundação de Brasília.

As modificações das décadas de 1950 e 1960 influíram diretamente nas décadas de 1970 e 1980, impactando na ampliação da modernização agrícola brasileira, estabelecendo assim o ápice da modernização agrícola, expandindo a migração campo-cidade, e assim acentuando o desenvolvimento urbano e o esvaziamento de regiões agrícolas (BARCELLOS, 1995, p. 297). Na década de 1980 as migrações para as regiões nortes destacam-se pela atividade mineradora (garimpo). Vale ressaltar que “os fluxos contínuos, para a Região Sudeste no Polo Industrial São Paulo/Rio, não deixam de existir, mas percebe-se um fluxo de retorno desta área à Região Nordeste e a Minas Gerais.”

**Figura 4 - Fluxos Migratórios em 1970 e 1980.**



Fonte: VALE; LIMA; BONFIM 2012

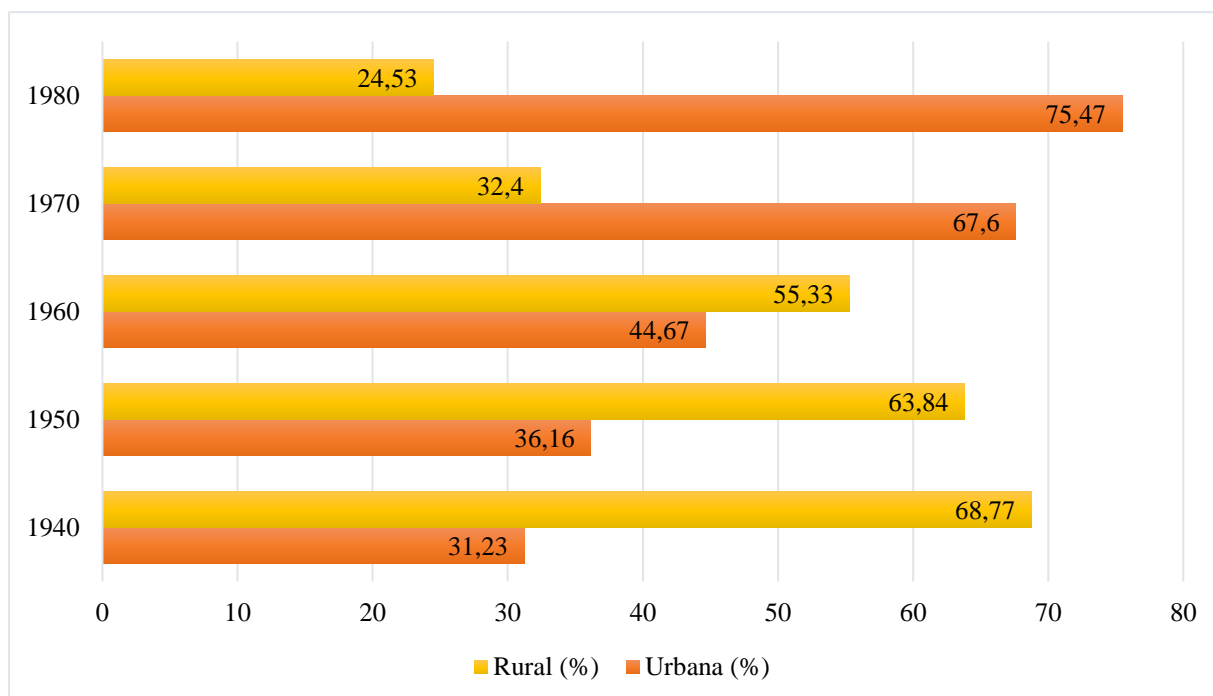
Percebe-se que na década de 1970 os fluxos migratórios deram-se para a região norte e sudeste, provindas, principalmente, das regiões nordeste e sul. A maioria destes migrantes buscavam, a acumulação do setor agroexportador para o urbano-industrial.

Em contra partida na década de 1980, os espaços migratórios, expandem-se, uma vez que, o movimento de retorno ganha força, em particular, para região nordeste e sul, em virtude do desenvolvimento, intensificação e ampliação da urbanização em todo o território, enfraquecimento das fronteiras agrícolas e desconcentração econômica que implicou na modificação da redistribuição das práticas econômicas, em particular as industriais (PACHECO, 1998). Logo, esses processos geraram o movimento de retorno na década de 1980, adjunto com processos migratórios inter-regiões que também aconteciam na mesma escala ou superior aos movimentos de retorno.

Os fluxos internos das décadas 1930-1940, 1950-1960 e 1970 estão associados ao processo de urbanização, industrialização e essencialmente à migração campo-cidade. Dessa forma, “as migrações internas redistribuíam a população do campo para as cidades, entre os estados e entre as diferentes regiões do Brasil, inclusive para as fronteiras agrícolas em expansão, onde as cidades eram o pivô das atividades econômicas” (BRITO, 2009, p. 12). Portanto, visavam as vertentes da industrialização e das fronteiras agrícolas constituindo os eixos da dinâmica da distribuição espacial.

Estima-se que nos últimos 35 anos, 40 milhões de pessoas abandonaram as zonas rurais do país. O Brasil transformou-se, em algumas décadas, de um país predominantemente rural, num país majoritariamente urbano. Cabe lembrar que, na maioria dos casos, os deslocamentos para a cidade foram compulsórios, consequência de uma política agrária que fechou a fronteira agrícola, modernizou o trabalho do campo e concentrou a posse da terra. (MARINUCCI; MILESI, 2002, s.p)

Esse aumento da população nas áreas urbanas pode ser observado, através do Gráfico 2. Nele notamos a constante evolução da população urbana em relação a rural, e por consequência o aumento da migração campo-cidade.

**Gráfico 2-** População Residente, por situação de domicílio Brasil- 1940/1980

**Fonte:** IBGE (2001)

Logo, as migrações internas tiveram um papel importantíssimo na urbanização brasileira, além de serem oriundas de políticas feitas pelo Estado que estiveram diretamente ligadas à dinâmica econômica do país, como afirma Brito (2009, p. 13):

Vale a pena refletir sobre o papel das migrações internas dentro do processo de urbanização. Elas foram decisivas para alinhar e integrar territorialmente a sociedade brasileira, na segunda metade do século XX. Com a expansão dos sistemas de transporte e de comunicação, os migrantes fluíram aceleradamente, contribuindo para a estruturação de um sistema de cidades de dimensão nacional, comandado pelos grandes aglomerados metropolitanos. A presença do Estado, no caso, foi preponderante, tanto nas políticas que condicionavam a alocação espacial dos investimentos públicos e privados, quanto na expansão da fronteira agrícola e mineral.

Todavia, as discrepâncias sociais, que tradicionalmente têm constituído a sociedade e o território brasileiros, tornaram-se ainda mais agudas e se desenharam sobre um Brasil urbano e moderno, fruto da influência de diversos elementos migratórios, salientando o êxodo rural, a urbanização e industrialização tardia e mal planejada, além da inviabilização da pequena propriedade rural (BRITO, 2009). Da mesma forma, para Baeninger (2012, p. 78):



Os movimentos migratórios internos no Brasil, estão fortemente relacionados aos processos de urbanização e de redistribuição espacial da população, marcados pela intensa mobilidade populacional, e inseridos nas distintas etapas econômicas, sociais e políticas experimentadas pelo país ao longo desse período.

Na década de 1990 em diante, o processo de migração interna no Brasil ganha novos significados uma vez que a migração de retorno se intensifica. Nesse período, as distancias do deslocamento diluíram-se, principalmente as provindas para as fronteiras agrícolas, enquanto os fluxos para os estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás e Distrito federal se mantiveram, uma vez que, sempre foram consideradas como polos de atração econômica, política e social, como se verifica na figura 5.

**Figura 5** - Fluxos Migratórios em 1990

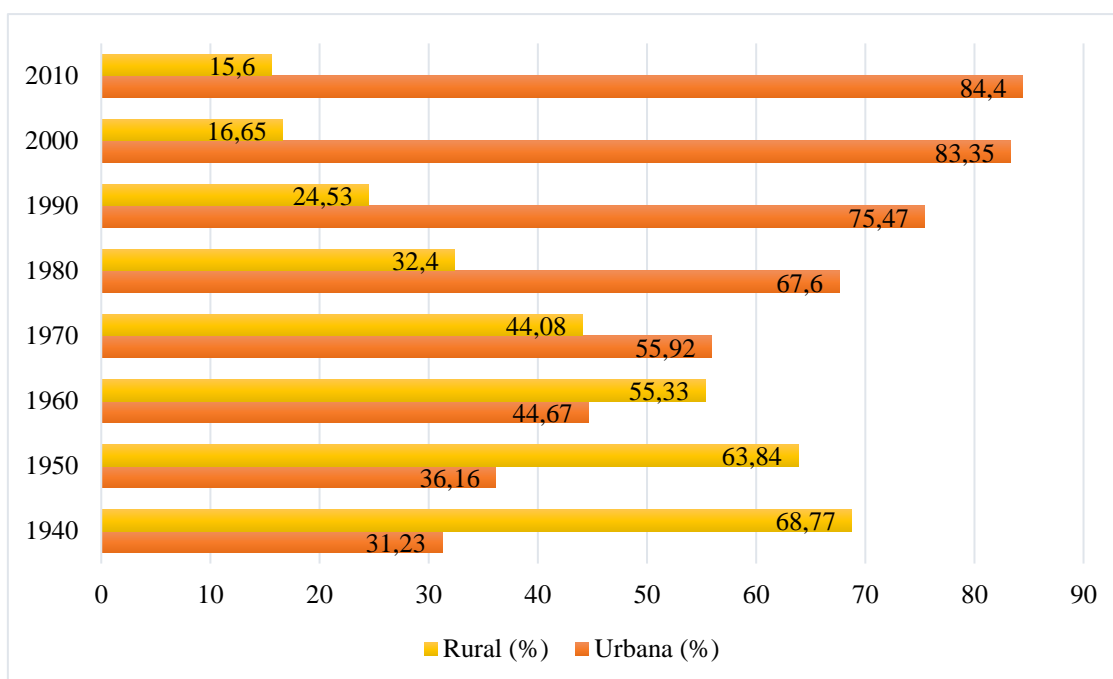


Fonte: GONÇALVES, 2001

Desde a década de 1990, as migrações internas interestaduais perdem força, enquanto que os movimentos intrarregionais se intensificam. Ao longo dos anos 2000, ocorre assim, um movimento reverso: os estados do nordeste e do sul que em outras décadas haviam perdido população passam a apresentar fluxos importantes de entrada, enquanto estados como Rio de Janeiro e São Paulo passam a apresentar uma perda em relação aos fluxos. Para Baeninger (2015, p. 13) “a análise dos movimentos migratórios, em anos recentes indica o reforço da tendência de configuração de novos espaços da migração, agora, no entanto, muito mais relacionados ao âmbito de suas próprias regiões”. Esse fenômeno pode ser avaliado a partir dos dados apresentados adiante na Tabela 1.

Ocorre destacar que, junto com a intensificação dos fluxos migratórios intrarregionais ao longo dos anos 2000 a taxa de urbanização continua sendo intensificada chegando a mais de 81% nos anos 2000, como se constata no Gráfico 3.

**Gráfico 3 - População Residente, por situação de domicílio Brasil- 1940/2010**



Fonte: IBGE (2001).



**Tabela 1-** Volumes de imigração, emigração e trocas migratórias - Unidades da Federação, 2001-2009

UFs e regiões	2001/2006			2003/2008			2004/2009		
	Imigração	Emigração	Trocas	Imigração	Emigração	Trocas	Imigração	Emigração	Trocas
RO	36.000	56.801	-20.801	40.772	47.555	-6.783	34.249	32.206	2.043
AC	17.762	13.154	4.608	12.112	8.552	3.560	13.059	13.026	33
AM	51.792	54.600	-2.808	48.307	40.282	8.025	63.102	35.594	27.508
RR	36.602	7.071	29.531	17.782	8.441	9.341	15.351	14.675	676
PA	198.158	174.718	23.440	156.954	154.535	2.419	118.292	160.200	-41.908
AP	17.823	19.769	-1.946	13.804	29.121	-15.317	19.987	11.073	8.914
TO	67.730	90.055	-22.325	63.545	69.262	-5.717	50.491	82.316	-31.825
<b>N</b>	<b>425.867</b>	<b>416.168</b>	<b>9.699</b>	<b>353.276</b>	<b>357.748</b>	<b>-4.472</b>	<b>314.531</b>	<b>349.090</b>	<b>-34.559</b>
MA	154.041	220.748	-66.707	102.757	155.762	-53.005	125.387	154.859	-29.472
PI	99.490	110.842	-11.352	59.821	63.869	-4.048	74.798	104.822	-30.024
CE	174.343	136.014	38.329	111.564	98.968	12.596	93.740	98.073	-4.333
RN	85.063	54.640	30.423	54.220	41.653	12.567	60.182	37.047	23.135
PB	112.330	137.991	-25.661	56.340	86.270	-29.930	74.291	70.917	3.374
PE	194.317	204.361	-10.044	123.499	133.613	-10.114	100.769	107.334	-6.565
AL	70.769	105.894	-35.125	30.839	66.038	-35.199	43.936	80.757	-36.821
SE	38.472	44.775	-6.303	50.366	36.889	13.477	37.736	36.573	1.163
BA	339.133	306.116	33.017	221.228	296.299	-75.071	203.885	312.211	-108.326
<b>NE</b>	<b>1.267.958</b>	<b>1.321.381</b>	<b>-53.423</b>	<b>810.634</b>	<b>979.361</b>	<b>-168.727</b>	<b>814.724</b>	<b>1.002.593</b>	<b>-187.869</b>
MG	417.502	378.067	39.435	319.885	263.585	56.300	288.373	276.196	12.177
ES	137.501	82.150	55.351	83.903	8.104	25.799	107.421	54.674	52.747
RJ	210.038	251.634	-41.596	193.793	181.624	12.169	141.459	165.522	-24.063
SP	765.469	972.567	-207.098	621.058	640.710	-19.652	535.376	588.652	-53.276
<b>SE</b>	<b>1.350.510</b>	<b>1.684.418</b>	<b>-153.908</b>	<b>1.218.639</b>	<b>1.144.023</b>	<b>74.616</b>	<b>1.072.629</b>	<b>1.085.044</b>	<b>-12.415</b>
PR	262.629	274.548	-11.919	213.816	202.567	11.249	203.613	171.868	31.745
SC	217.714	127.768	89.946	153.209	83.366	69.843	194.033	113.545	80.488
RS	93.457	130.950	-37.493	67.083	107.893	-40.810	90.036	104.016	-13.980
<b>S</b>	<b>573.800</b>	<b>533.266</b>	<b>40.534</b>	<b>434.108</b>	<b>393.826</b>	<b>40.282</b>	<b>487.682</b>	<b>389.429</b>	<b>98.253</b>
MS	120.126	80.308	39.818	70.358	75.524	-5.166	57.900	50.205	7.695
MT	142.130	85.618	56.512	93.458	109.856	-16.398	78.627	90.654	-12.027
GO	245.943	172.383	73.560	246.078	146.775	99.303	264.087	135.031	129.056
DF	157.092	169.876	-12.784	101.190	120.628	-19.438	149.903	138.037	11.866
<b>CO</b>	<b>665.291</b>	<b>508.185</b>	<b>157.106</b>	<b>511.084</b>	<b>452.783</b>	<b>58.301</b>	<b>550.517</b>	<b>413.927</b>	<b>136.590</b>
<b>Total</b>	<b>4.463.418</b>	<b>4.463.418</b>	<b>-</b>	<b>3.327.741</b>	<b>3.327.741</b>	<b>-</b>	<b>3.240.083</b>	<b>3.240.083</b>	<b>-</b>

Fonte: IBGE (2006; 2008; 2009 apud BAENINGER 2011)

Ademais, percebe-se, a partir dos dados da Tabela 2, que o estado de Santa Catarina também acompanhou a taxa de urbanização brasileira, uma vez que nos anos 2000 o estado passa a ter quase 80% de sua população vivendo em áreas urbanas. Dessa forma, fica evidente o alto índice de desruralização da população catarinense ao longo dos anos, refletindo o processo de industrialização que o estado apresentou desde a década de 1970 (MIOTO, 2009).

**Tabela 2 - População por Situação de Domicílio e Grau de Urbanização em Santa Catarina (1970 – 2000)**

<b>População residente</b>	1970	1980	1991	2000
Urbana	1.247.158	2.154.250	3.208.537	4.217.763
Rural	1.654.502	1.474.042	1.333.457	1.140.100
Total	2.901.660	3.628.292	4.541.994	5.357.863
Grau de Urbanização	42,98%	59,37%	70,64%	78,72%
Taxa de Crescimento	1970/1980	1980/1991	1991/2000	2000/2007
Urbana	5,62	3,69	3,09	-
Rural	-1,15	-0,91	-1,73	-
Total	2,26	2,06	1,85	1,31

Fonte: Mioto (2009)

Contudo, a desruralização porque o estado passa ao longo das décadas, estrutura uma dinâmica de concentração de população em determinadas áreas (MIOTO, 2009). Na tabela 3, percebemos que a maior parte da população se concentra em determinados municípios do estado. É pertinente destacar que este processo vem ocorrendo de modo marcante na mesorregião do oeste catarinense, influenciando a atual configuração demográfica desta região. Segundo Mioto (2009, s.p), alguns aspectos, atuaram na configuração da contração da população em determinadas áreas do estado. Além, das “Novas espacialidades como, por exemplo, o processo de metropolização da região da Grande Florianópolis e a consolidação dos aglomerados urbanos de Joinville, Blumenau e Itajaí” (MIOTO, 2009, s.p).

**Tabela 3- Números de Municípios por habitantes em 2000.**

<b>Intervalo</b>	<b>Número de municípios</b>			<b>% habitantes</b>			<b>Taxa de crescimento %</b>		
	1991	2000	2007	1991	2000	2007	91/00	00/07	91/07
300001 a 500000	1	2	2	7,64	14,41	15,06	9,29	1,95	6,01
100001 a 300000	7	8	8	25,26	23,69	24,16	1,13	1,59	1,33
50001 a 100000	8	9	16	11,47	10,97	17,44	1,35	8,24	4,31
20001 a 50000	34	31	30	23,56	18,93	15,01	-0,60	-2,00	-1,21
10001 a 20000	56	61	61	17,34	15,63	14,16	0,68	-0,12	0,33
5001 a 10000	66	76	67	11,02	10,11	8,30	0,88	-1,51	-0,17
2001 a 5000	43	98	97	3,62	5,98	5,51	7,68	0,13	4,31



motivos, a dispersão migratória metropolitana, que refere-se a grande leva de migrantes provindos do movimento de retorno, e a interiorização migratória, que se refere ao deslocamento das metrópoles para cidades interioranas. Nos últimos 50 anos, “houve uma redistribuição da população para municípios menores e essas cidades só podem ser atendidas a partir de suas vocações dentro do contexto na região a que pertencem” (BAENINGER, 2010, p. 23).

Este é o caso de Santa Catarina, que desde a década de 1990, passou a receber diversos fluxos, principalmente pelos altos índices de desenvolvimento econômico e sociais. Cabe ressaltar que esses fluxos se referem tanto na migração inter-regional como na intrarregional. Segundo Deschamps e Delgado (2016, s.p),

Santa Catarina tem se destacado no cenário das migrações nacionais como um espaço bastante atrativo em termos populacionais, apresentando taxas de crescimento acima das médias nacional e regional, tanto que ao longo das últimas décadas, dos Estados do Sul do País, Santa Catarina foi o único que ganhou participação no total da população brasileira.

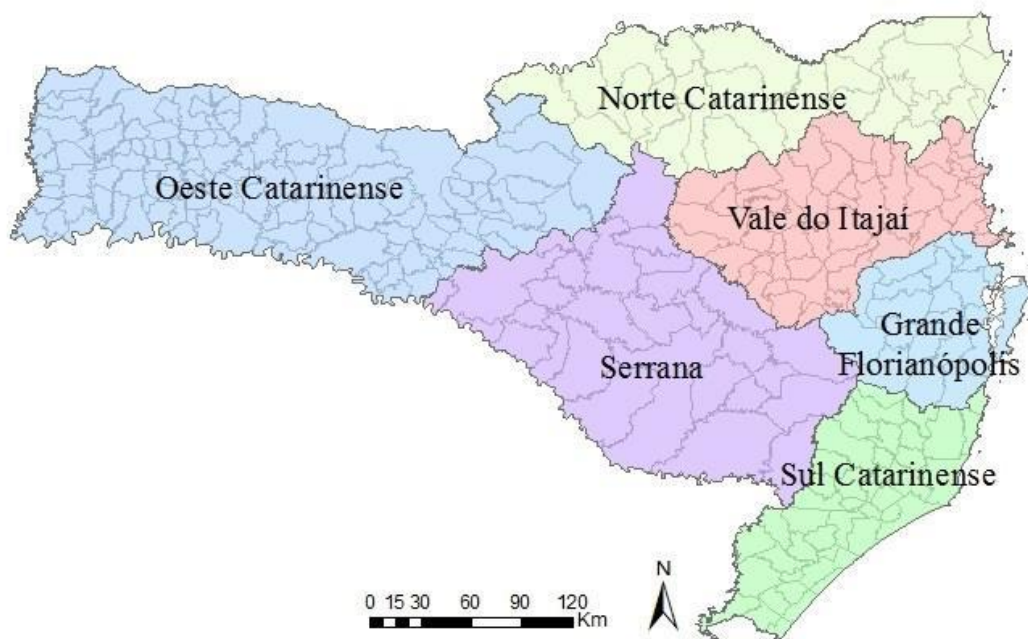
Desse modo, se faz fundamental interpretar e compreender a conjuntura de formação e evolução do país e a posteriori do estado, para que então, se possa interpretar quais as primaciais alicerçadas que condicionam o contemporâneo dinamismo demográfico que caracterizam os movimentos migratórios internos na mesorregião do oeste catarinense, uma vez que, é esta foi e é influenciada por todos esses processos, seja na hierarquia nacional ou estadual, uma vez que, é somente se dirigindo ao passado para se apreender qual a real natureza dos deslocamentos.

## CAPÍTULO 3 - OESTE DE SANTA CATARINA: BASES HISTÓRICO-GEOGRÁFICAS DA DINÂMICA MIGRATÓRIA

### 3.1 DOS PRIMÓRDIOS À COLONIZAÇÃO

O estado de Santa Catarina é um dos 26 estados da federação brasileira, com extensão total de 95.733,978 km<sup>2</sup>, e população estimada em 7.075.494 (IBGE, 2019). O estado está situado no núcleo central da região sul, sendo composto por 295 municípios, os quais podem ser classificados em seis mesorregiões geográficas, segundo a classificação antiga do IBGE (Figura 6): Grande Florianópolis, Norte Catarinense, Serrana, Sul Catarinense, Vale do Itajaí e – a que utilizaremos como recorte territorial da presente pesquisa – Oeste Catarinense.

**Figura 6-** Mesorregiões geográficas de Santa Catarina.



Fonte: CRAICE; PEZZO (2015)

Cada uma das mesorregiões tem sua quota no crescimento econômico do estado. Em toda a extensão do oeste catarinense a principal atividade econômica é a agroindústria e o aparato criado por ela e para ela. Ao Sul, cerâmica, minério químico e de confecções de artigos do vestuário. No Planalto catarinense setor madeireiro, papel e celulose, no Vale do Itajaí o complexo têxtil. Na região Norte o complexo eletro-

metalomecânico e moveleiro. Na área tecnológica 3 cidades polos se desatacam: Florianópolis, Blumenau e Joinville.

Em vista disso, nota-se que existe uma dinâmica econômica desigual, dinâmica esta que estimula os inúmeros fluxos que ocorrem no estado. Entretanto, o desenvolvimento econômico e social de Santa Catarina nem sempre foi dessa forma, logo, necessita-se, compreender a partir de uma base histórica que a antecede a formação do oeste catarinense.

Previamente à apropriação e colonização europeia, a extensão do atual território catarinense era habitada por indígenas, sendo no litoral as tribos Carijós e no interior os Xoclengues e Caingangues (SANTOS, 2004). Primeiramente, o processo de povoamento do estado de Santa Catarina estabeleceu-se nos séculos XVI e XVII, pelo litoral, por meio dos povoados de São Francisco do Sul, Florianópolis e Laguna (ANJOS, 2007). Á vista disso, “as povoações localizadas em São Francisco, Ilha de Santa Catarina e Laguna, foram as bases para a conquista portuguesa do Sul. [...] havia uma nítida preocupação de firmar posição no litoral sul para garantir o acesso ao rio da Prata” (SILVA, 2004, p. 40). Contudo, na primeira metade do século XVIII, o governo português instituiu uma intensificação na colonização litorânea, fomentando a vinda de açorianos, sobretudo, por defrontarem-se em grave crise referente à densidade demográfica (MIOTO, 2008).

Dessa forma, “os açorianos serviram de infraestrutura aos projetos expansionistas de Portugal” (SANTOS, 2004, p. 50). Todavia, no restante do estado a colonização foi realizada de diferentes formas desde a apropriação de terras até as companhias colonizadoras, como é caso do Planalto Serrano, que teve sua ocupação, para satisfazer o consumo pecuário do país, especialmente o estado de Minas Gerais, que nesse período mantinha-se no ápice do ciclo do ouro, e delongavam importantes demandas. Na tentativa de atender as exigências do mercado, os tropeiros percorriam a região que compreendia o estado do Rio Grande do Sul até os mercados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.

Consequentemente, para Pertile (2008), foi a partir do tropeirismo<sup>4</sup> que houve a ocupação e a colonização das terras catarinenses, propiciando a formação de pequenos e médios agricultores, que comercializavam seus excedentes aos tropeiros que havia pela

---

<sup>4</sup>O tropeirismo era atividade exercida pelos tropeiros. Os tropeiros eram indivíduos que durante o século XVII e XVIII transportavam diversos animais, como mulas e cavalos, além de mercadoria da colônia para as regiões Sul e Sudeste.

região, estabelecendo assim um crescimento regional pela relação econômica com o restante do país (MIOTO, 2008). Ao passo que a região do Planalto Serrano se articulava com as demais regiões, o Oeste era considerado meramente como coadjuvante na economia e desenvolvimento catarinense.

Cabe destacar que o oeste catarinense somente passou a ter importância efetiva, tanto na colonização como na economia catarinense, durante o século XVIII a XX, com a instalação do assentamento dos trilhos da ferrovia São Paulo-Rio Grande. Antes desse período, houve algumas tentativas de colonização, porém, a região era vista como de pouco potencial econômico e demográfico, uma vez que a maior parte da população que inicialmente ocupava a área correspondia a caboclos, negros e indígenas, segmentos que sempre foram excluídas, e marginalizadas. Outro fator que tornava a região coadjuvante no início da colonização catarinense era sua localização. A região não detinha estradas que a conectassem aos centros mais populosos, mas apenas os caminhos abertos pelos tropeiros (PEREIRA; FREDDO, 2007).

Pode-se interpretar que durante os séculos XV a XVII a organização econômica do estado era majoritariamente de subsistência, extremamente fragmentada e baseada, na faixa litorânea, no binômio pesca-produção de gêneros alimentícios básicos, e no planalto sul, na pecuária extensiva (LINS; MATTEI, 2001). Durante o século XVIII, a economia passou a fundamentar-se na estrutura de subsistência, com produção de artigos agrícolas para a própria alimentação, porém, no século XIX, houve uma modificação na dinâmica socioespacial do estado, singularmente, pela grande leva de migrantes europeus que chegaram ao país, especialmente, para a região sul. Logo,

A imigração europeia para Santa Catarina ditou o ritmo de crescimento demográfico do período, principalmente com a chegada dos alemães e italianos. [...] esses imigrantes foram responsáveis por diversificar a economia existente através do comércio e das atividades artesanais, tradicionais do seu lugar de origem. (MIOTO, 2008, p. 35)

Ainda de acordo com Miotto (2008, p. 34), “para Santa Catarina esse movimento deu início a uma nova etapa da colonização e, conseqüentemente, da ocupação do território”, acima de tudo, no oeste catarinense.

A Colonização da região oeste aconteceu durante o século XVIII e XIX. Na tabela 5, observamos que a população estimada para o estado em 1712 era de 500 habitantes e que em 1920 passou por 668.743 habitantes (PEREIRA, 2007). Porém, faz-se necessário ressaltar que a população considerada na Tabela 5 não leva em conta as

populações tradicionais, como caboclos, indígenas (Caingangue, Xoclengue e Guarani), posseiros, peões e refugiados de guerra. Logo, explica-se porque o número populacional é relativamente baixo nos primeiros anos. Ademais, cabe destacar que, o crescimento no ano 1748 vincula-se à migração açoriana, que em sua maioria estabeleceu-se em território catarinense (PEREIRA, 2007).

**Tabela 5** - Estimativas Demográfica do Estado de Santa Catarina 1712-1920

Ano	Livres	Escravos	Total	Crescimento %	Autor da estimativa
1712			500		
1749			4.197	20	
1774			9.058	4,6	Paulo J. M. de Brito
1788			16.177	5,6	Paulo J. M. de Brito
1796			33.543	13,4	
1796			23.865	5,9	Saint Hilaire
1800			21.068	-2,9	Paulo J. M. de Brito
1810	23.136	7.203	30.339	4,4	Paulo J. M. de Brito
1812	25.471	7.578	33.049	4,5	Robert Southey
1813			24.808	-24,9	Paulo J. M. de Brito
1813			23.949	-27,5	A. C. de Araújo Lima
1818			44.041	16,8	Mons. Pizarro e A. C. de Araújo Lima
1819	34.859	9.172	44.031	0	Pandiá Calógeras
1824			45.430	0,6	Saint Hilaire
1837			63.629	3,1	A. C. de Araújo Lima
1839	51.576	14.062	65.638	1,6	
1840	53.707	12.511	66.218	0,9	Antero J. F. de Brito
1841	54.632	12.586	67.218	1,5	Antero J. F. de Brito
1844	58.432	14.382	72.814	2,8	Antero J. F. de Brito
1848			80.000	2,5	A. C. de Araújo Lima
1851	72.391	15.546	87.937	3,3	A. C. de Araújo Lima
1853	71.165	15.025	86.190	-1	J. José Coutinho
1854		0	101.550	17,8	J. José Coutinho
1854			107.000	24,1	A. C. de Araújo Lima
1857	92.912	18.187	111.099	1,3	J. José Coutinho
1860	81.965	16.316	98.281	-3,8	J. José Coutinho
1860	98.281	16.316	114.597	1	Francisco C. A. Brusque e A. C. Lima
1864	117.418	16.320	133.738	4,2	Francisco J. Oliveira
1867	104.459	14.722	119.181	-3,6	A. B. C. Albuquerque Lacerda
1870			154.697	9,9	A. C. de Araújo Lima
1872			159.802	1,6	Censo Oficial
1874	144.818	14.984	159.802	0	João Tomé da Silva
1881		10.821	10.821	-13,3	Pandiá Calógeras
1890			283.769	280,3	Censo Oficial
1900			320.289	1,3	Censo Oficial
1920			668.743	5,4	Censo Oficial

Fonte: PEREIRA (2007)



Dessa forma, na política de colonização do Estado, as populações tradicionais que aqui residiam perderam a legitimidade de suas terras, principalmente, durante a Guerra do Contestado (1912-1916). Essa forma de organização deflagrou-se em meados do século XX, através da colonização do oeste catarinense, institucionalizado, com as companhias colonizadoras (Quadro 1) e a construção da ferrovia São Paulo – Rio Grande. Como estabelece Thomé (1980, p. 71-85 apud PEREIRA e FREDDO 2007, p. 41),

O marco da efetiva colonização se deu no começo do século XX, coincidindo com o assentamento dos trilhos da ferrovia São Paulo-Rio Grande, no período compreendido entre 1908-1910. Em solo catarinense a ferrovia cruza todo o vale do Rio do Peixe, tendo sido colocados trilhos entre as cidades de Porto União e Volta Grande,

A construção da ferrovia deu-se pela companhia Brazil Railway Company, que tinha como objetivo tirar proveito da riqueza da floresta nativa ali existente, principalmente pela grande concentração de madeira e erva mate. Aproveitando-se do pretexto da construção da ferrovia, a companhia expulsou as populações locais.

Em 1908, a empresa norte-americana Brazil Railway Company, pertencente ao multimilionário Percival Farquhar, ganhou do governo do presidente Afonso Pena (1906-1910) uma faixa de terra de 30 quilômetros de largura, ao longo de quatro estados, para a construção da estrada de ferro São Paulo Rio Grande. Farquhar pôs em ação também a Southern Brazil Lumber and Colonization Co. que tinha por objetivo extrair madeira da região e depois comercializá-la no Brasil e no exterior. (AFONSO, 1998, p. 7 apud CORREIA; GUEDES, 2014).

**Quadro 1** - Colonizadoras no oeste catarinense: sede e respectivas áreas de atuação

COLONIZADORA	SEDE	ÁREA DE ATUAÇÃO
Brazil Development and Colonization Company	Portland (EUA)	Cruzeiro/Joaçaba e Chapecó
Empresa Colonizadora Luce, Rosa e Cia	Rio Grande do Sul	Cruzeiro/Joaçaba e Concórdia
Empresa Colonizadora Ernesto F. Bertaso	Rio Grande do Sul e Santa Catarina	Chapecó- sede e outras áreas
Companhia Territorial Sul Brasil	Rio Grande do Sul	Chapecó (Extremo Oeste)
Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons & Cia. (H. Hacker e Cia)	Rio Grande do Sul	Cruzeiro/ Joaçaba
Empresa Chapecó - Peperi Ltda.	Rio Grande do Sul	Chapecó – Mondai
Volkverein für die deutschen Katholiken in Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul	Chapecó -Colônia Porto Novo/ Itapiranga
Barth, Beneti & Cia. Ltda. (Barth, Annoni & Cia Ltda.)	Rio Grande do Sul	Chapecó e região de São Miguel do Oeste
Angelodi Cali, Irmãos e Cia	Rio Grande do Sul	Chapecó e Cruzeiro/Joaçaba
Nardi, Bizzo, Simon & Cia	Rio Grande do Sul	Chapecó e Cruzeiro/Joaçaba

Fonte: NODARI (2009)

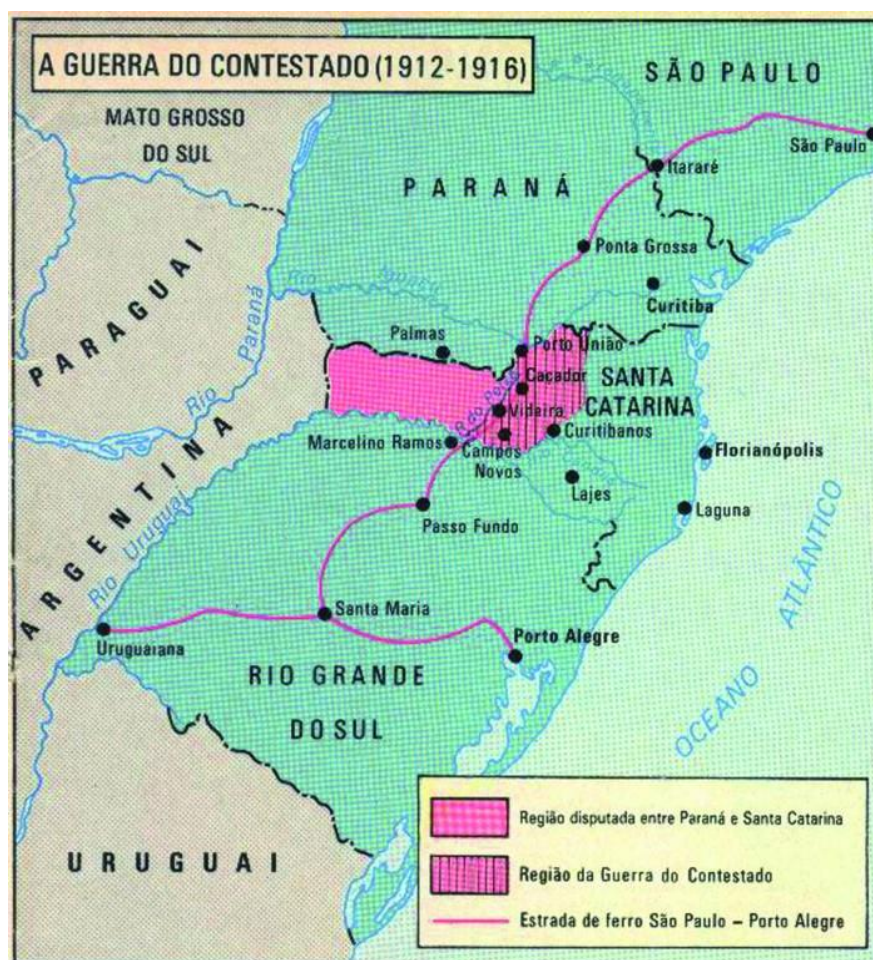
No quadro 1, verificamos a atuação das companhias colonizadoras. Ocorre dizer que, para a construção da ferrovia foi necessário um grande contingente de mão de obra, solicitados pelas companhias colonizadoras através de propagandas. Porém, ao término da obra, houve uma demissão em massa, gerando grandes desconfortos. De acordo com Correia e Guedes (2014, p. 71).

[Percival] Farquhar contratou funcionários de fora do Estado e, com o término da construção do trecho catarinense da estrada, em 1910, milhares de trabalhadores foram dispensados, e muitos, sem ter para onde ir, permaneceram na região e passaram a saquear casas e até mesmo a invadir algumas propriedades, o que fez aumentar as tensões na região.

Os desempregados da ferrovia e as populações expulsas resolveram unir-se e contra-atacar a companhia colonizadora e também o governo, que declarou suas terras como devolutas. Afinal, a companhia obteve como privilégio do governo uma faixa de 15 quilômetros de cada sentido para a exploração das terras (CORREIA; GUEDES, 2014). As populações expropriadas uniram-se na luta pela terra, com legitimação e domínio de vários messias, em particular, o monge João Maria, que espalhava palavras de paz, justiça e fraternidade, por meio da instituição de diferentes povoados. Comumente chamadas de contestado, as comunidades possuíam autoridade própria, igualdade social, bem-estar e prosperidade, tudo que não obtinham na república velha (PEREIRA; FREDDO, 2007). Porém, quando o governo federal e estadual, informou-se sobre as comunidades do contestado na região, resolveu enviar expedições que deveriam eliminar e combater essas populações, o que acabou resultando em um grande derramamento de sangue que matou milhares de pessoas inocentes, que apenas queriam ter seu direito à terra (CORREIA; GUEDES, 2014).

Na Figura 7, é possível verificar o local que em ocorreu conflito, bem como a área disputada pelos estados de Santa Catarina e Paraná – o atual Oeste Catarinense perfaz a maior parte desta área.

**Figura 7-** Mapa da Região da Guerra do Contestado.



Fonte: CUNHA (2016)

A guerra do contestado reforçou o poder das companhias colonizadoras, que obtiveram terras da região oeste como incentivos dos governos federal e estadual, e em troca tinham como missão estabelecer a ocupação e desenvolvimento da região. Cabe destacar, a criação dos municípios de Chapecó, Porto União, Cruzeiro e Mafra pelo governo catarinense através da Lei nº 1.147 em 1917, com objetivo de garantir seu território (BAVARESCO; FRANZEN; FRANZEN, 2013). A partir dos dados da tabela 6, podemos fazer uma comparação do aumento da população a partir da criação dos municípios citados acima. Em 1920, a mesorregião Oeste Catarinense tinha uma população somente de 24.650 habitantes ou 4% da população estadual (PEREIRA, 2007).

**Tabela 6** - Municípios criados em Santa Catarina até 1920 e habitantes em 1900 e 1920

Nº de ordem	Município	População-1900	População-1920	Evolução %
1	São Francisco do Sul	7.937	14.386	81,3
2	Laguna	16.451	27.573	67,6
3	Florianópolis	32.229	41.338	28,3
4	Lages	18.875	37.314	97,7
5	Porto Belo	4.728	6.852	44,9
6	Biguaçu	9.548	19.162	100,7
7	São José	10.450	18.688	78,8
8	Tijucas	13.466	20.908	55,3
9	Itajaí	15.817	33.327	110,7
10	Joinville	18.587	42.854	130,6
11	Tubarão	34.629	44.027	27,1
12	Curitibanos	6.319	12.673	100,6
13	Araquari	7.220	13.775	90,8
14	Campos Novos	6.636	16.938	155,2
15	Blumenau	35.421	72.213	103,9
16	Araranguá	16.291	40.108	146,2
17	Brusque	9.105	13.203	45
18	São Bento do Sul	5.721	8.062	40,9
19	Camboriú	5.222	8.289	58,7
20	São Joaquim	6.738	12.541	86,1
21	Imaruí	7.959	11.660	46,5
22	Nova Trento	4.696	6.453	37,4
23	Palhoça	23.575	40.456	71,6
24	Campo Alegre	2.669	4.575	71,4
25	Urussanga		11.158	
26	Canoinhas		20.801	
27	Orleans		15.178	
28	Mafra		10.845	
29	Porto União		12.068	
30	Joaçaba (*)		13.335	
31	Chapecó (*)		11.315	
32	Itaiópolis		6.668	
Soma do Estado		320.289	668.743	108,8
(*) Soma Oeste de SC			24.650	

**Fonte:** PEREIRA (2007)

Assim, as companhias adquiriam as terras da região e depois as comercializavam, sobretudo lançando grandes propagandas em jornais e revistas, que divulgavam os grandes lotes coloniais, providos de terras férteis a um preço relativamente baixo e com diferentes condições de pagamento, para as famílias migrantes do Rio Grande do Sul. De acordo com o IBGE (2000), a população que migrou do Rio Grande do Sul para Santa Catarina representou cerca de 26% da população oestina no período da década de 1970 e 1980. Mais de 98% da população gaúcha migrante provinha das microrregiões de Colonial de Erechim, Colonial de Iraí, Passo Fundo e Campos de Vacaria (PEREIRA, 2007).

Em sua grande maioria, tais migrantes eram pessoas de pele clara com acedência alemã, italiana ou polonesa, que buscavam na região melhor qualidade de vida e renda, principalmente, com o desenvolvimento do setor agropecuário, uma vez que, já exerciam alguma atividade em relação ao setor no seu local de origem (ALBA, 2002).

Além disso, outro fator que conduziu a vinda desses migrantes foi o esgotamento das fronteiras agrícolas no estado gaúcho, dificultando a reprodução de seu sistema produtivo colonial (SCHNEIDER, 2001). Outro fator de influência na migração interna para a região foi o contexto religioso, afinal, a religião era um fator importante para aquisição dos lotes de terra, uma vez que a venda somente era feita para pessoas que se declaravam cristãs.

As características dos migrantes para a região foram estrategicamente pensadas pelas companhias colonizadoras, uma vez que as companhias tinham como “[...] objetivo [...] garantir a formação de comunidades homogêneas e imprimir maior coesão social às novas colônias” (FERNANDES; ZANELLI, 2006, p. 57). Esses migrantes deveriam criar “Uma estrutura produtiva formada, baseada na policultura vegetal e na criação animal diversificada, interagia com as formas de solidariedade e coesão social decorrentes dessa opção (PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, 2010, p. 16).

Portanto, a vinda desses migrantes garantiu-se por dois importantes fatores, que auxiliaram no desenvolvimento e povoamento do estado, em especial na região Oeste, sendo as companhias colonizadoras e a infraestrutura criada por elas.

As companhias colonizadoras desempenharam um papel fundamental para fixar os imigrantes nas colônias catarinenses [...] Além das companhias colonizadoras, a construção de estradas carroçáveis e de ferrovias também foi de fundamental importância para fixar os imigrantes, desenvolver o mercado local e integrar a região ao mercado nacional (GOULARTI FILHO, 2007, p. 4).

Compete enfatizar que, em nome do desenvolvimento e da entrada dos migrantes riograndenses no ocidente catarinense, foram expulsas as populações que já ocupavam as terras comercializadas, dessa forma, àqueles contingentes restava-lhes habitar em aclives, margens de rios ou de aliar-se à companhia colonizadora (VICENZI, 2014). A companhia colonizadora com o consentimento do governo estadual, supunha a expropriação dessas terras como uma “limpeza” indispensável, uma vez que as

populações tradicionais detinham seus próprios costumes, como a criação de animais livres, sem cercas. Essa prática gerava uma desvalorização imobiliária das terras próximas a essas criações:

a limpeza da área obedeceu a uma hierarquia de terras: primeiro as melhores áreas, localização e proximidade de recursos; em segundo, aquelas não muito acidentadas, e com madeiras; terceiro, as áreas mais acidentadas, isto é, aquelas que extremamente eram qualificadas como “terras enguiçadas”. O “enguiço”, neste caso, por estarem ocupadas com intrusos (RENK, 2014, p. 49).

Além disso, o modo como as populações tradicionais conduziam a produção de maneira sustentável, produzindo apenas o necessário para a sobrevivência, era considerado inadequado para as companhias colonizadoras, que acreditavam em uma produção em grande escala, em safras (RENK, 2014). Outro elemento que justificava a “limpeza” feita pelas colonizadoras, era a visão dos indígenas ou caboclos como pessoas perigosas e vingativas.

Além disso, havia a estereotipia da população nativa ser perigosa. O perigo era sempre traduzido como uma população desconfiada, para a qual não adiantaria falar em prender os animais; ofendia-se facilmente e, além disso, era classificada de vingativa. Lógico, sempre há um espaço para as exceções e, esporadicamente, um nativo é lembrado ‘como negro que até parecia gente branca’ (RENK, 2014, p. 44).

Logo, “a estratégia era expropriar das suas terras aqueles que representassem um entrave à nova política colonizadora, assentada na venda de títulos de propriedade de pequenas e médias propriedades agrícolas” (VICENZI, 2014, p. 306). Os caboclos e indígenas eram vistos como intrusos que precisavam ser detidos.

A ocupação das áreas, anterior à colonização, pelos brasileiros, no sistema de posse, do ponto de vista do Estado e dos colonizadores (aqui tomadas as Companhias territoriais e os compradores) passou a ser vista como um intrusamento, isto é, uma ocupação ilegítima, uma invasão à área devoluta ou titulada (RENK, 2014, p. 41)

Além da ideia de “limpeza”, a colonização tinha como objetivo até mais importante a integração econômica do Oeste ao restante do estado. Ou seja, os usos econômicos que se faziam do território eram “desprezíveis” pelo governo do estado e da federação, pois não geravam “progresso” (no caso, impostos e enriquecimento empresarial). É mais por isso que se via como necessário “limpar” esse território. Logo,

essas populações eram vistas como uma barreira para o desenvolvimento e estruturação da região. Assim,

A forma como foi deflagrado o processo de colonização da região (em sua maioria em pequenos lotes) e a evolução da ocupação com a chegada de um número cada vez maior de migrantes resultaram numa estrutura fundiária tendo por base pequenas propriedades trabalhadas pelos membros da família. A predominância da agricultura familiar, portanto, é o que foi se fortalecendo e criando a estrutura fundiária da região, o que caracteriza hoje o atual Oeste catarinense (PERTILE, 2008, p. 63).

A atividade econômica desenvolvida nesse período era basicamente, a extração madeireira escoada pelo Rio Uruguai em balsas para a Europa. No entanto, com a “infraestrutura” criada pelas companhias colonizadoras houve uma diversificação da economia na província, com o surgimento de novas atividades comerciais e artesanais (pequena produção) sendo assim, “O movimento migratório observado no Oeste catarinense está diretamente relacionado às transformações na estrutura produtiva regional” (ALVES; MATTEI, 2006, p. 2), uma vez que, a colonização dessa região está intrinsecamente ligado ao movimento de expansão das fronteiras agrícolas do país.

De acordo com Mira (2000, p. 12), a presença de um modelo recorrente de comportamento migratório nas populações colonizadoras do ocidente catarinense foi de extrema importância, visto que, conforme este modelo, cada descendente dos agricultores geralmente herdaria ou adquiria uma área de terra adequada ao que a família possuía. Este procedimento migratório foi considerado como um dos mais relevantes da colonização do Oeste catarinense.

### 3.2 O PERÍODO PÓS-1960: AGROINDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO

O modelo de desenvolvimento e colonização adotado no oeste catarinense performou grandes e elevados índices de fluxos migratórios internos, em especial, no século XX, particularmente, pelo aumento do processo de modernização e mecanização agrícola, que propiciou o desenvolvimento do êxodo rural. Na segunda metade do século XX, o oeste catarinense viveu uma intensificação do processo de agroindustrialização, especialmente, aquele vinculado ao complexo da carne (MIOTO, 2008). A agroindustrialização ligada pelos matadouros como a Perdigão, o Comércio e Indústria Saule Pagnoncelli e a Sadia, instituiu uma nova dinâmica produtiva, em um

sistema de “parceria” entre o pequeno agricultor e os grandes frigoríficos (CAMPOS, 1987; ESPÍNDOLA, 2002).

Ao decorrer dos anos, “O sistema de parceria passou por contínuos aperfeiçoamentos, o que resultou num sistema de integração mais articulado e rígido entre produtor e agroindústria, onde o primeiro vendia suas mercadorias e, comprava do segundo os insumos para a produção” (KONRAD; SILVA, 2012, p. 10). Desse modo, a propriedade rural sofreu diversas transformações para satisfazer a demanda da nova dinâmica capitalista. Consequentemente, os colonos procuravam por meio de financiamentos a compra de novos hectares de terra e aperfeiçoamento do maquinário.

Mas, com a crise da década de 1980, decorreu uma redução na oferta dos financiamentos e dos juros subsidiados (ESPÍNDOLA, 2002). Diante dessa situação, as agroindústrias atribuíram novos padrões que aperfeiçoavam o processo e a matéria prima, por meio de uma produção de larga escala e de alta produtividade com o menor custo possível. Esses novos padrões segregaram pequenas propriedades rurais, afinal, o pequeno produtor não detinha recursos financeiros para se adaptar aos padrões agroindustriais (ESPÍNDOLA, 2002).

Esse processo amplificou as diferenças socioeconômicas, sintetizando renda e limitando o número de pessoas envolvidas na produção (KONRAD; SILVA, 2012). Dessa forma, realizou-se uma aceleração do êxodo rural na região, logo, “os agricultores que não se inserem nessa produção ou não conseguem manter as pequenas propriedades têm, frequentemente, migrado em direção aos centros urbanos – tanto aos que se encontram em sua própria região, quanto aos que se configuram como polos de atração estadual” (MIOTO, 2008, p. 38).

O processo de êxodo rural da região oeste intensificou-se à medida que o campo se modernizou, e a agroindústria tornou-se a principal atividade econômica da região, assim, ocorreu uma intensificação no grau de urbanização refletindo as desigualdades regionais, em especial, entre o campo e a cidade, como pode ser observado na tabela 7 em relação a escala nacional e escala estadual. Dessa forma, notamos, que a migração campo-cidade, em grande medida condicionada pelo processo de industrialização do estado, demonstrou a falta de perspectiva dos habitantes da pequena propriedade agrícola que buscavam nos grandes centros bem-estar econômico e social (MIOTO, 2008).



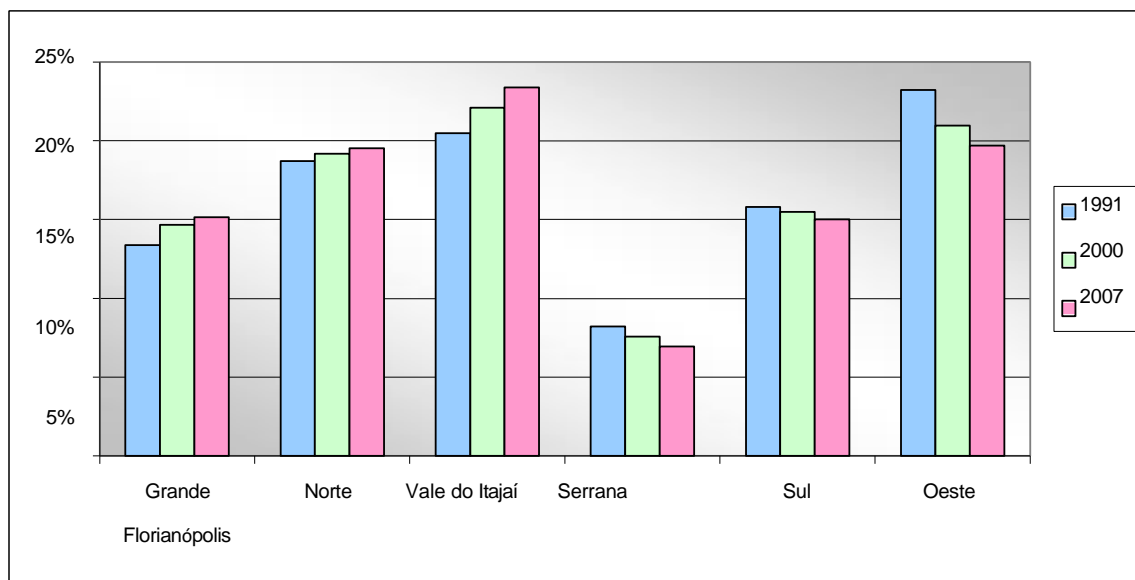
**Tabela 7-** Grau de Urbanização e Taxa Anual de Crescimento (%): Brasil e Santa Catarina - 1960/2000

	1970	1980	1991	2000
<b>Grau de urbanização BR</b>	55,98	67,70	75,47	81,23
<b>Grau de urbanização SC</b>	43,23	59,70	70,64	78,73
<b>Taxas de crescimento BR</b>	-	1970/1980	1980/1991	1991/2000
<b>Urbana</b>	-	4,48	3,06	2,19
<b>Rural</b>	-	-0,61	-0,82	-1,23
<b>Total</b>	-	2,51	1,95	1,45
<b>Taxas de crescimento SC</b>	-	1970/1980	1980/1991	1991/2000
<b>Urbana</b>	-	5,68	3,48	3,08
<b>Rural</b>	-	-1,12	-0,99	-1,74
<b>Total</b>	-	2,33	1,90	1,84

Fonte: Mioto (2008)

Através do gráfico 4, observamos a participação das mesorregiões catarinenses na população residente em Santa Catarina. Notamos que a mesorregião do oeste catarinense ao longo das décadas obteve um aumento gradativo da população, demonstrando um movimento reverso a décadas anteriores.

**Gráfico 4** – Participação das Grandes Regiões na População Total de SC (1991-2000-2001)



Fonte: MIOTO (2008)

Entretanto, cabe destacar que, essa população está concentrada em algumas áreas das mesorregiões. O estado de Santa Catarina é formado por 234 municípios,

porém, 81% da população encontra-se residindo em municípios com menos de 20.000 habitantes, enquanto cerca de 10 municípios concentram uma população superior a 100 mil habitantes (TURNES, 2008), como se verifica na tabela a seguir:

**Tabela 8 - População sobre os Municípios**

Intervalo	Nº demunicípios			% habitantes			tx.cresc.geom.%		
	1991	2000	2007	1991	2000	2007	91/00	00/07	91/07
<b>300001a500000</b>	1	2	2	7,64	14,41	15,06	9,29	1,95	<b>6,01</b>
<b>100001a300000</b>	7	8	8	25,26	23,69	24,16	1,13	1,59	<b>1,33</b>
<b>50001a100000</b>	8	9	16	11,47	10,97	17,44	1,35	8,24	<b>4,31</b>
<b>20001a50000</b>	34	31	30	23,56	18,93	15,01	-0,60	-2,00	<b>-1,21</b>
<b>10001a20000</b>	56	61	61	17,34	15,63	14,16	0,68	-0,12	<b>0,33</b>
<b>5001a10000</b>	66	76	67	11,02	10,11	8,30	0,88	-1,51	<b>-0,17</b>
<b>2001a5000</b>	43	98	97	3,62	5,98	5,51	7,68	0,13	<b>4,31</b>
<b>1a2mil</b>	<b>2</b>	<b>8</b>	<b>12</b>	<b>0,04</b>	<b>0,27</b>	<b>0,36</b>	<b>26,05</b>	<b>5,62</b>	<b>16,67</b>

Fonte: Miotto (2008)

Dos municípios que formam Santa Catarina, 118 pertencem à mesorregião oeste, estando divididos em 5 microrregiões: São Miguel do Oeste, Chapecó, Xanxerê, Concórdia e Joaçaba (vide Quadro 2).

**Quadro 2 - Microrregiões geográficas da mesorregião Oeste Catarinense e respectivos municípios**

Microrregiões	Municípios
São Miguel do Oeste	Anchieta, Bandeirante, Barra Bonita, Belmonte Descanso, Dionísio Cerqueira, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Iporã do Oeste, Itapiranga, Mondaí, Palma Sola, Paraíso, Princesa, Riqueza, Romelândia, Santa Helena, São João do Oeste, São José do Cedro, São Miguel do Oeste e Tunápolis
Chapecó	Águas de Chapecó, Águas Frias, Bom Jesus do Oeste, Caibi, Campo Erê, Caxambu do Sul, Chapecó, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Cunha Porã, Cunhataí, Flor do Sertão, Formosa do Sul, Guatambu, Iraceminha, Iratí, Jardinópolis, Maravilha, Modelo, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Novo Horizonte, Palmitos, Pinhalzinho, Planalto Alegre, Quilombo Saltinho, Santa Terezinha do Progresso, Santiago do Sul, São Bernardino, São Carlos, São Lourenço do Oeste, São Miguel da Boa Vista, Saudades, Serra Alta, Sul Brasil, Tigrinhos, União do Oeste
Xanxerê	Abelardo Luz, Bom Jesus, Coronel Martins, Entre Rios, Faxinal dos Guedes, Galvão, Ipuaçú, Jupiá, Lajeado Grande, Marema, Ouro Verde, Passos Maia, Ponte Serrada, São Domingos, Vargeão, Xanxerê, Xaxim
Concórdia	Alto Bela Vista, Arabutã, Arvoredo, Concórdia, Ipira, Ipumirim, Irani, Itá, Lindóia do Sul, Paial, Peritiba, Piratuba, Presidente Castello Branco, Seara, Xavantina
Joaçaba	Água Doce, Arroio Trinta, Caçador, Calmon, Capinzal, Catanduvras, Erval Velho, Fraiburgo, Herval do Oeste, Ibiã, Ibicaré, Iomerê, Jaborá, Joaçaba, Lacerdópolis, Lebon Régis, Luzerna, Macieira, Matos Costa, Ouro, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Treze Tílias, Vargem Bonita, Videira

Fonte: IBGE (2001)

Em cada uma dessas cinco microrregiões encontram-se características específicas de desenvolvimento econômico e populacional, que permitem um fluxo de migrantes interno, seja de atração ou repulsão. Dessa forma, em 1940 a população da mesorregião Oeste era de 24.650 habitantes, sendo 11% habitantes da zona urbana e 89% zona rural. Em 1970 essa população chega a 745.638 habitantes, sendo que 23% encontravam-se na zona urbana e 77% na zona rural. Dessa forma, percebe-se que houve um aumento gradativo da população, demonstrando o processo de urbanização e do desenvolvimento econômico da região, principalmente, pelo desenvolvimento da dinâmica agroindustrial, chegando nos anos 2000 com um aumento de 50% (PEREIRA, 2007). Como observa-se na Tabela 9, o aumento populacional da mesorregião do oeste catarinense, que, em 1920 sobe em 4% e chega nos anos 2000 com um aumento de cerca de 21%, alcançando uma população de 1.116.766 habitantes.

**Tabela 9** - População residente no Oeste Catarinense e no estado de Santa Catarina - 1920-2000

Ano	Oeste Catarinense	Santa Catarina	OC/SC
1920	24.650	668.743	3,69%
1940	138.466	1.178.340	11,75%
1950	280.199	1.560.502	17,96%
1960	473.272	2.146.409	22,05%
1970	745.638	2.901.660	25,70%
1980	931.330	3.628.292	25,67%
1991	1.051.083	4.541.994	23,14%
2000	1.116.766	5.356.360	20,85%

Fonte: PEREIRA (2007)

Entretanto, ocorre destacar que, a população se concentra em determinadas áreas na mesorregião oeste, como se nota na Tabela 10. De acordo com Pereira (2007),

O período que vai de 1970 a 2000, que enquanto Santa Catarina manteve sua participação no total da população brasileira, a região do Oeste Catarinense perdeu participação dentro do contexto estadual, por um lado. Por outro, concentrou população ao crescer mais do que a média estadual e nacional em alguns municípios em detrimento de outros.

**Tabela 10** - Os dez municípios mais populosos do Oeste Catarinense – 1970-2000

nº	Território	Censo de 1970	Censo de 1980	Censo de 1991	Censo de 2000			
	Brasil	93.134.846	119.011.052	27,8	146.825.475	23,4	169.799.170	15,6
	Santa Catarina	2.901.660	3.628.292	25,0	4.541.994	25,2	5.356.360	17,9
	Oeste Catarinense	745.638	931.330	24,9	1.051.083	12,9	1.116.766	6,2
	SC/Brasil %	3,1	3,0		3,1		3,2	
	OC/SC %	25,7	25,7		23,1		20,8	
	10 mais/SC %	9,0	9,8		9,9		9,0	
	10 mais/OC %	35,1	38,2		42,8		43,4	
1	Chapecó	49.865	83.772	68,0	123.050	46,9	146.967	19,4
2	Caçador	32.892	39.278	19,4	52.684	34,1	63.322	20,2
3	Concórdia	45.465	59.426	30,7	64.338	8,3	63.058	(2,0)
4	Videira	21.864	28.152	28,8	35.922	27,6	41.589	15,8
5	Xanxerê	24.859	30.004	20,7	37.638	25,4	37.429	(0,6)
6	Fraiburgo	10.148	15.031	48,1	26.649	77,3	32.948	23,6
7	S.M. do Oeste	22.355	35.772	60,0	42.242	18,1	32.324	(23,5)
8	Joaçaba	20.794	24.725	18,9	28.139	13,8	24.066	(14,5)
9	Xaxim	20.075	24.504	22,1	21.298	(13,1)	22.857	7,3

Fonte: Pereira (2007)

Ademais, cabe destacar o crescimento populacional de alguns municípios, como Chapecó, chegando a mais de 45% entre 1980-1991. Enquanto que a mesorregião do oeste catarinense, chegou a 12,9%, o Estado 25,2% e o Brasil 23,4%. No período pós-2000 a mesorregião cresceu acima de 6 %, enquanto o Estado e o Brasil cresceram 17,9% e 15,6% respectivamente (PEREIRA, 2007). O crescimento em alguns municípios vincula-se a atividades industriais voltadas ao setor agroindustrial, como cultivo de milho, soja, trigo, suínos, aves e carnes industrializadas, uma vez que, esses municípios atraíram os migrantes pela possibilidade de emprego e renda nestas atividades.

Dessa forma, a população migrante do Oeste em meados de 1970 representava cerca de 46% da região enquanto, a população de Santa Catarina detinha 26% de migrantes. Assim, percebe-se a importância dos migrantes na formação e desenvolvimento nesta década em que as agroindústrias se expandiam e desenvolviam na região.

Assim, no século XX desenvolveu-se, portanto, não apenas um processo de desruralização/urbanização, mas também uma concentração espacial da população em determinados estruturas urbanas, transformando o modelo agrário de pequenas propriedades agrícolas, para enormes áreas agrícolas voltadas à alta produção (MIOTO,

2008). Os princípios que apresentam essa organização, de acordo com Alves (2006, p. 164) são os seguintes

[...] a) os novos parâmetros da relação de integração entre as agroindústrias e pequenos agricultores; b) a restrição existente na política de crédito agrícola; c) a diminuição da rentabilidade dos produtos tipicamente cultivados pela agricultura familiar; e d) a ocorrência de atividades em outras localidades que exercem efeitos de atração sobre a população de trabalhadores rurais.

Consequentemente, compreende-se que a dinâmica migratória concebida no Oeste catarinense está relacionada às transformações na estrutura de produção regional ou seja, apreender e analisar o território e o espaço geográfico é indispensável, visto que “o território não é um dado neutro nem um ator passivo. Produz-se uma verdadeira esquizofrenia, já que os lugares escolhidos acolhem e beneficiam os vetores da racionalidade dominante, mas também permitem a emergência de outras formas de vida” (SANTOS, 2001, p. 80).

Portanto, compreende-se que ao longo da sua história, a região do oeste catarinense foi marcada por intensos deslocamentos internos e conflitos territoriais que influenciaram na dinâmica econômica, política e social dentro da mesorregião, sobretudo, pela construção, ao longo do século XX da autoimagem de uma terra de oportunidades para imigrantes. Afinal, o governo federal e estadual detinha como “[...] necessidade “civilizar” a região, numa clara alusão a necessidade de se colonizar o espaço de forma sistematizada, para sobre por concepções até então presentes como terras devolutas ou habitadas por posseiros não alinhados aos interesses do Estado” (BAVARESCO; FRANZEN; FRANZEN, 2013, p. 87).

O cenário econômico presente da região, é extremamente sujeito às atividades agrícolas e agroindustriais, com pequeno número de chances de ofícios em outras esferas, sendo que, no setor agroindustrial, a ênfase está no setor de carnes suínas e de aves com considerados índices de exportações, tanto a nível regional, estadual, nacional e internacional. Cabe lembrar que, o município de Chapecó caracteriza-se como centro econômico regional, por apresentar múltiplos negócios e serviços para toda a região, sendo associada, como a capital do oeste catarinense. Logo, para considerar os fluxos migratórios internos da mesorregião oeste catarinense no período pós 2000 fez-se importante compreender e contextualizar o processo de ocupação da região, que aliás, está correlacionado com a produção da sociedade regional e os fluxos migratórios que constituíram e constituem a região.

## **CAPÍTULO 4 - CARACTERIZAÇÃO DAS MIGRAÇÕES INTERNAS NO OESTE CATARINENSE: O PERÍODO PÓS-2000**

A modificação, estruturação territorial e populacional brasileira está excepcionalmente subordinada à dinâmica e à formação do espaço, singularmente, se ponderamos a industrialização e urbanização das zonas regionais, o qual incessantemente comportam intensos fluxos migratórios internos. Segundo Miotto (2008, p. 23),

A industrialização e a modernização são, portanto, pontos extremamente importantes para entender as migrações através do olhar histórico, pois elas pressupõem, além da atividade industrial, uma concentração de pessoas e serviços em um mesmo espaço. Esta concentração foi responsável também por encadear um processo de urbanização, criando novas relações entre as áreas urbanas e rurais. Mais do que isso, a industrialização causa uma alteração na divisão social do trabalho, a qual está atrelada a uma maior especialização das atividades, isto é, de uma efetiva divisão entre as atividades do campo e da cidade.

Santa Catarina nas últimas décadas tem apresentado um papel de protagonista em relação às migrações no Brasil, em particular, nos fluxos migratórios internos. Desse modo, a industrialização produziu um modelo de domínio e concentração das atividades econômicas no território, seguida também pela acumulação de habitantes em áreas com maiores dinâmicas e desenvolvimento no país. Para Santos (2004, p. 306 apud MIOTTO, 2008, s.p),

O fenômeno das migrações aparece, portanto, estreitamente ligado ao da organização da economia e do espaço, vistos de um ponto de vista dinâmico. Essas migrações são uma resposta a situações de desequilíbrio permanente e contribuem para agravar esses desequilíbrios econômicos e espaciais, geralmente em favor de zonas já evoluídas.

Portanto, na mesorregião do oeste catarinense denota-se que este fenômeno se fez presente desde a composição, conjuntura e construção da região, seja no contexto estadual ou nacional, uma vez que esse processo está profundamente no pautado ao processo de mecanização e modernização do campo, concomitante ao desenvolvimento e complexificação da urbanização e industrialização brasileira, findando altos fluxos migratórios internos oestinos, sobretudo no período pós 2000. As migrações se constroem como importantes termômetros demográficos, influenciando na composição cultural e étnica, além de ser uma mostra das condições políticas, econômicas e sociais,

auxiliando no entendimento da dinâmica e configuração territorial regional e nacional. Assim, para a compreensão e entendimento da configuração regional da mesorregião oeste catarinense se faz necessária uma pesquisa quantitativa exploratória explicativa, com uso de documentos e dados para visualização da distribuição espacial dos componentes migratórios no território, uma vez que, as migrações nessa região se fizeram como uma válvula de escape para abundantes dificuldades sociais decorrentes da concentração fundiária das desigualdades regionais e da intensa urbanização.

O desenvolvimento geográfico desigual é, portanto, uma associação entre a mudança das escalas e a produção das diferenças geográficas. Isso nos remete a pensar que o estabelecimento de processos, tanto socioeconômicos como espaciais, advém de relações interescares e intra-escares de espaços com diferenças geográficas (MIOTO, 2008, p. 18).

Dessa forma, as migrações internas na mesorregião do oeste catarinense fundamentam-se no contexto econômico e produtivo, em uma perspectiva regional, estadual e nacional, vinculadas à divisão social, territorial do trabalho e no aperfeiçoamento entre campo e cidade, assumindo também uma distribuição entre os núcleos urbanos, transformando-se em uma condição superior na produção/reprodução das relações no tempo e no espaço (MIOTO, 2008).

Pode-se observar diferenças marcantes no perfil populacional e no componente migratório em cada uma das cinco microrregiões que integram a mesorregião de estudo.

A microrregião de São Miguel do Oeste constitui-se com cerca de 20% (21) dos municípios da mesorregião, dentre os quais o que mais se destaca é o município que carrega o nome da microrregião, São Miguel do Oeste. A economia de seus municípios é voltada especialmente para a agropecuária, com destaque para produção de milho, feijão, trigo, fumo e soja, gado de corte, leite e comércio em geral (MARQUES, 2007). Nos últimos anos tem apresentado um aumento na população urbana e um esvaziamento demográfico do espaço, com crescimento no nível de urbanização de alguns municípios, com destaque para São Miguel do Oeste e Maravilha.

A microrregião de Chapecó contém cerca de 35% (38) dos municípios da mesorregião, com destaque para Chapecó, que é um importante polo de atração, seja para emprego e renda, seja para saúde e educação. Entretanto, nem todos os municípios desta microrregião possuem alto grau de desenvolvimento socioeconômico, como é o caso de São Bernardino e Saltinho. Outro aspecto importante é o complexo agroindustrial, porém, as propriedades rurais dos municípios são de característica

familiar com plantação de milho, a soja, o fumo e trigo, além da criação de suínos, aves e gado leiteiro, além do comércio de bens e serviços (BEGNINI; ALMEIDA, 2016).

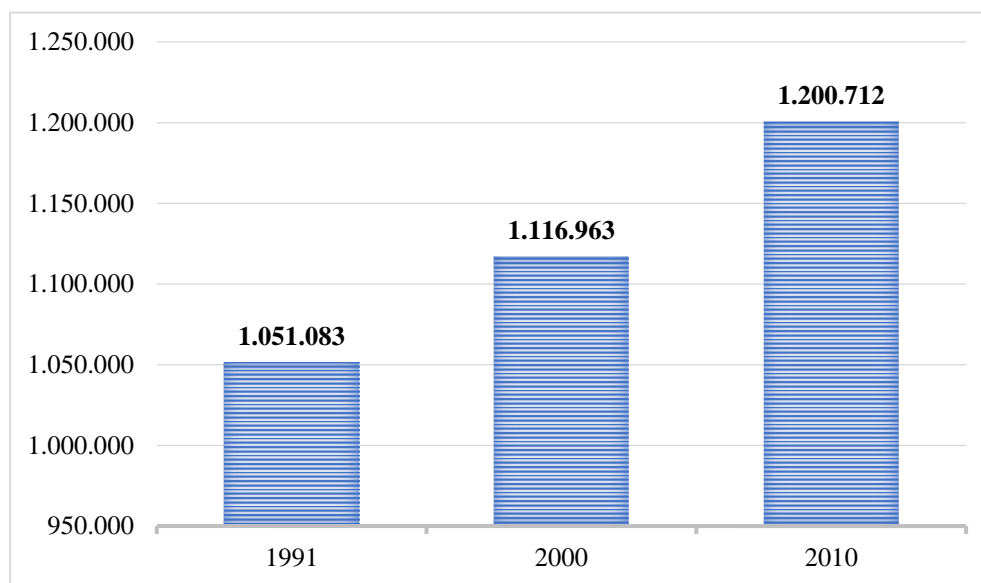
A microrregião de Xanxerê é formada por cerca de 17% (17) dos municípios que formam a mesorregião. É formada por pequenas propriedades agrícolas com produção leiteira. A região também é uma das maiores produtoras de soja e milho do estado. Além do setor econômico, o setor da saúde também se destaca, principalmente, pelos investimentos feitos para o tratamento de várias doenças, com as cardíacas (BEGNINI; ALMEIDA, 2016).

A microrregião de Concórdia é formada por cerca de 14% (15) dos municípios da mesorregião Oeste catarinense. Sua economia é pautada na produção de milho, da uva, da mandioca, do trigo, do feijão e do fumo, além da criação de suínos, aves, bovinos e a produção de leiteira. Os municípios destaque da microrregião são Concórdia e Seara, com importantes agroindústrias (BRF e JBS Seara). A microrregião também apresenta um aumento da população urbana e um esvaziamento na área rural. Além disso, a região apresenta produção familiar na criação de gado de leite e de corte, além da produção de grãos, como o milho. Outro aspecto importante da região são os níveis educacionais, com pequenos índices de analfabetismo e evasão escolar (BEGNINI; ALMEIDA 2016).

Por fim, a microrregião de Joaçaba reúne 14% (15) dos municípios do Oeste. Os municípios destaque são Joaçaba e Treze Tílias. A economia da microrregião é voltada para a agricultura, principalmente, produção de maçã em Fraiburgo, uva e vinho em Videira, enquanto, Caçador e Matos Costa destacam-se na indústria madeireira (BEGNINI; ALMEIDA, 2016; SCHERMA; NASCIMENTO; BRANDT, 2016).

De modo geral, os fluxos de migrações internas na mesorregião do oeste catarinense continuamente estiveram e estão condicionados a condições econômicas, uma vez que, no início da colonização estiveram ligadas à extração da madeira (Araucária), da erva-mate e da agricultura de subsistência (PADIS, 1981; COLODEL, 2003). Na atualidade o princípio econômico ainda é dominante, entretanto, passa a ser motivada pelo desenvolvimento da urbanização dos municípios que constituem a região, particularmente pelo diferencial de trabalho e renda que se consolida de forma desigual em cada microrregião. Desse modo, a mesorregião oeste catarinense apresenta uma dinâmica de deslocamentos constantes, seja pelos deslocamentos entre os estados que formam a região Sul, seja entre os municípios que formam as cinco microrregiões (Chapecó, Xanxerê, Joaçaba, Concórdia e São Miguel do Oeste).

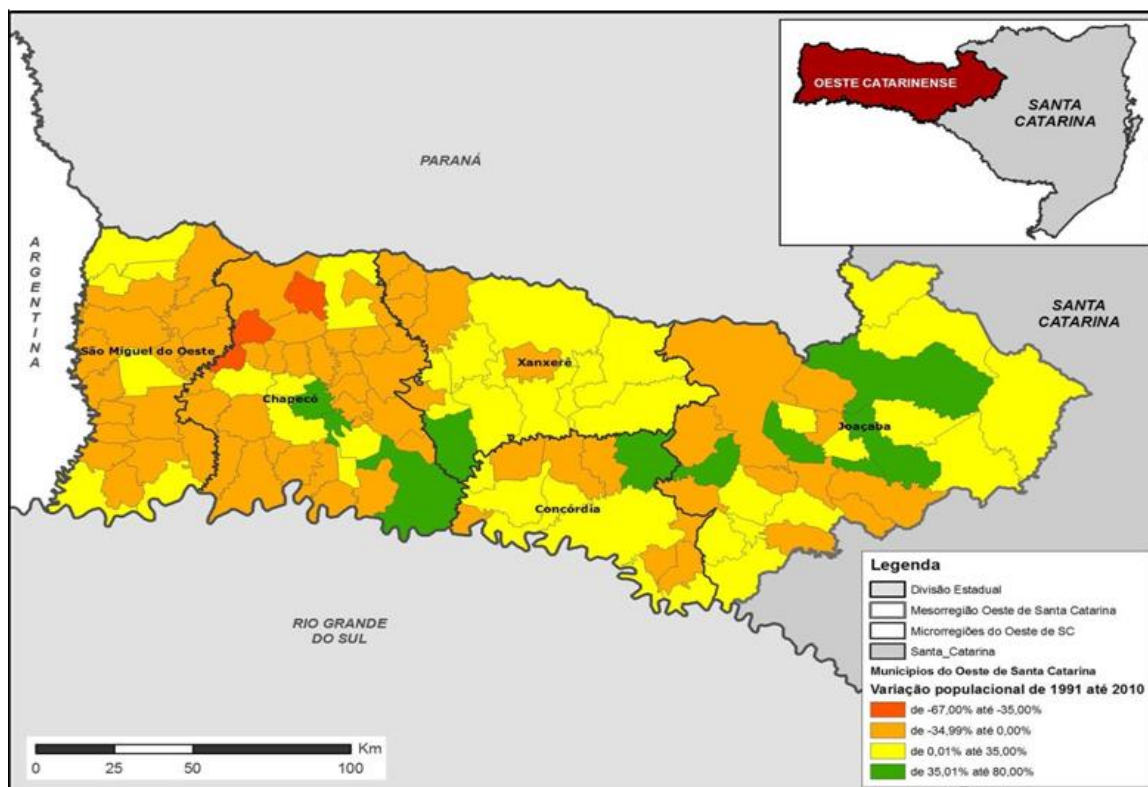


**Gráfico 5** - Evolução Populacional no Oeste Catarinense de 1991 até 2010

**Fonte:** IBGE (1991;2000;2010)

Da mesma forma, verificam-se importantes movimentos populacionais internos entre os municípios e os estados, ao mesmo tempo unidos, a mudança na distribuição dos conjuntos populacionais sobre o território. Possibilita-se assim, uma relevante evolução populacional, como se constata por meio de dados censitários do IBGE de 1991 até 2010. Na década de 90 a população da mesorregião do oeste catarinense totalizava 1.051.083 habitantes, ampliando para 1.116.963 em 2000 e 1.200.712 em 2010, um crescimento de mais de 30% em quase 20 anos. Contudo, ocorre ressaltar que à medida que alguns municípios alcançaram crescimento em sua população, em específico, a urbana, outras apresentaram perda, como, Santa Terezinha do Progresso, São Bernardino e São Miguel da Boa Vista, que participam da microrregião de Chapecó. Todavia, a microrregião de Chapecó foi a região que mais recebeu população, especialmente, para o município de Chapecó, considerado como o mais importante polo da região pelo seu nível de desenvolvimento econômico e social, como se percebe na Figura 8.

**Figura 8** - Variação percentual da população nos municípios do Oeste Catarinense de 1991 a 2010

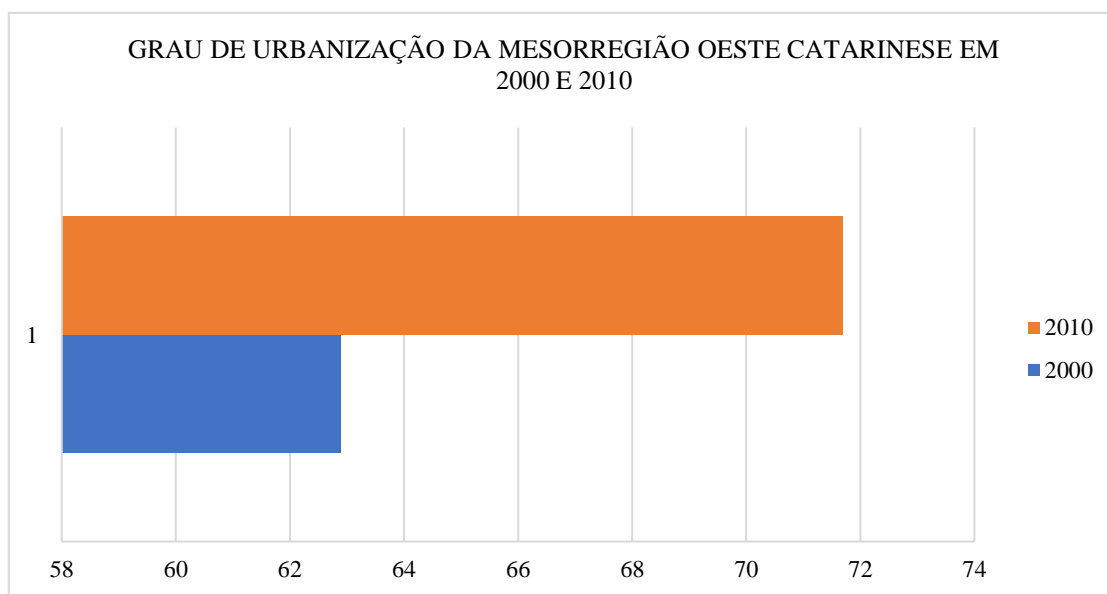


Fonte: BERNARDY; RAMMÉ; ZUANAZZI; PEREIRA, (2011)

Também, identifica-se que mais de sessenta municípios apresentaram uma redução de mais de 50% em sua população no período, em especial a microrregião de São Miguel do Oeste, enquanto que as microrregiões de Xanxerê, Concórdia e Joaçaba obtiveram um aumento de mais de 35% em sua população. Ademais, nota-se que a distribuição populacional da mesorregião é disposta de forma desigual, uma vez que Caçador e Chapecó acumulam mais de 8% da população total da região.

Ainda assim, convém evidenciar que a redução está associada à mudança do espaço rural para urbano, entre as próprias cidades das microrregiões e para além delas (BERNARDY et al, 2011). Dessa forma, o desequilíbrio da população está conectado a inerentes fatores, sobretudo, pelo grau de urbanização que se evidencia como determinante, uma vez que a dinâmica do fluxo migratório está relacionada pela ocupação do espaço, desenvolvimento das cidades, infraestrutura social urbana, basicamente pelo aumento da população urbana em relação à população rural (Gráfico 6).

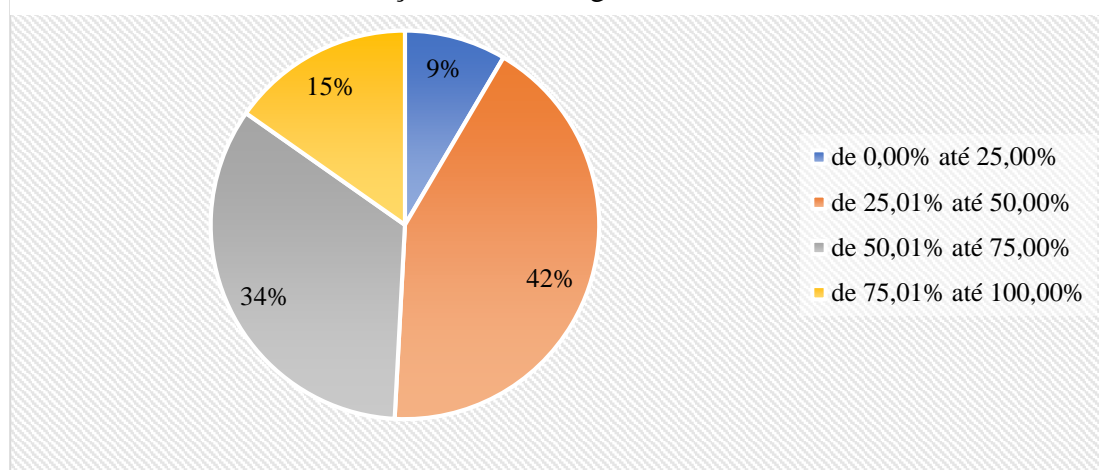
**Gráfico 6** - Grau de Urbanização da Mesorregião oeste catarinense em 2000 e 2010



**Fonte:** IBGE (2000; 2010)

O grau de urbanização da mesorregião oeste fez com que houvesse uma grande intensificação da população das áreas rurais para as urbanas, principalmente, por estarem diretamente influenciados pela reestruturação e modernização produtiva das atividades no meio rural (MIOTO, 2012). No gráfico 7 é possível notar que a maior parte da mesorregião possui uma urbanização de 50%, entretanto, se comparamos essa realidade de outra maneira percebemos que dos 118 municípios da mesorregião 9% possui uma taxa de urbanização de 0 a 25%, isso representa cerca de 10 municípios da região. Apenas, 42% possuem taxa de urbanização de 25 a 50% e 34% entre 50 a 75%. Ademais, ocorre dizer que, 18 municípios da região possuem taxas de 75 a 100%, e destes a maior parte está correlacionada de algum aspecto com o município de Chapecó (Gráfico 7).

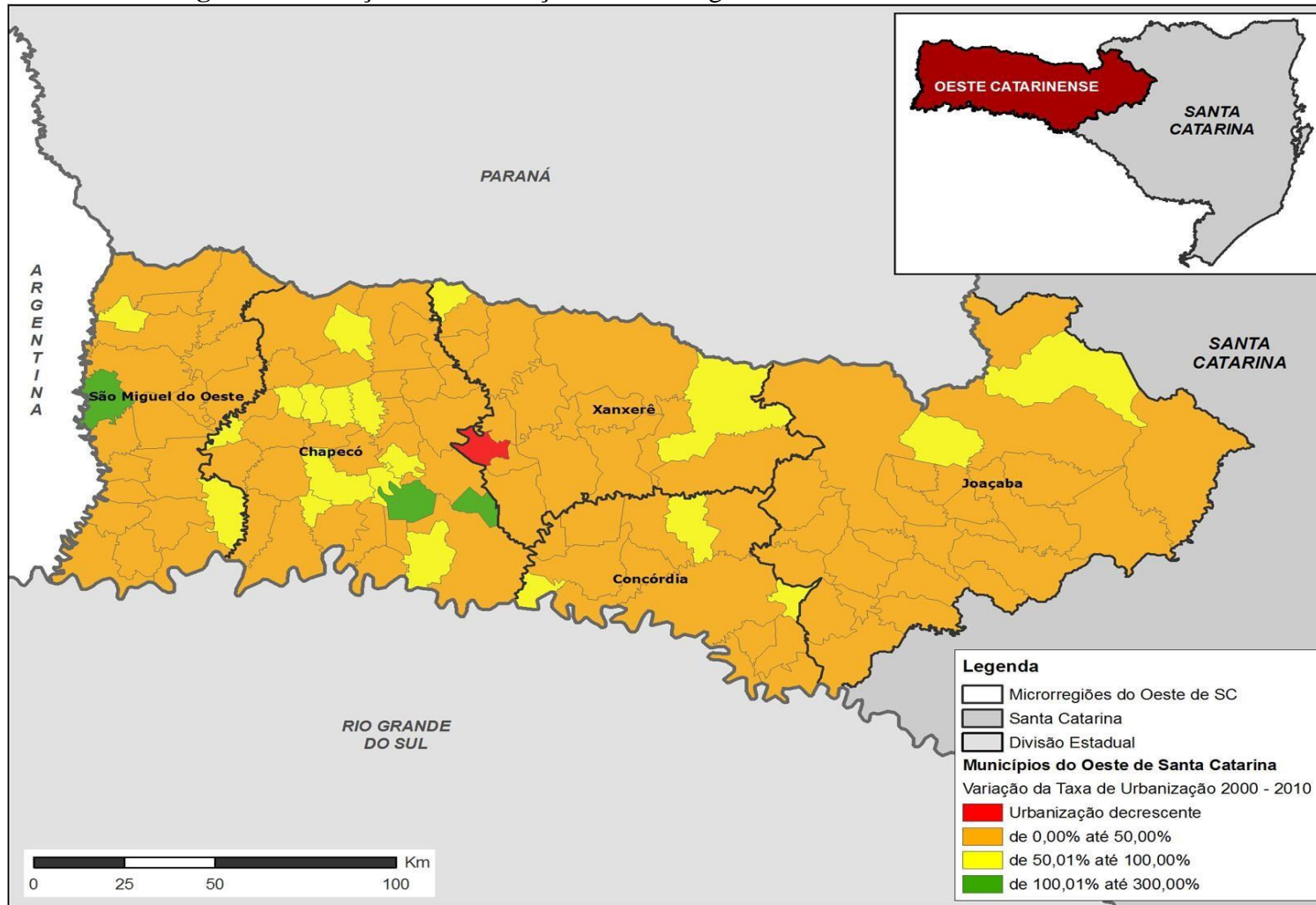
**Gráfico 7 - Taxa de Urbanização da Mesorregião do Oeste Catarinense em 2010**



**Fonte:** IBGE (2010)

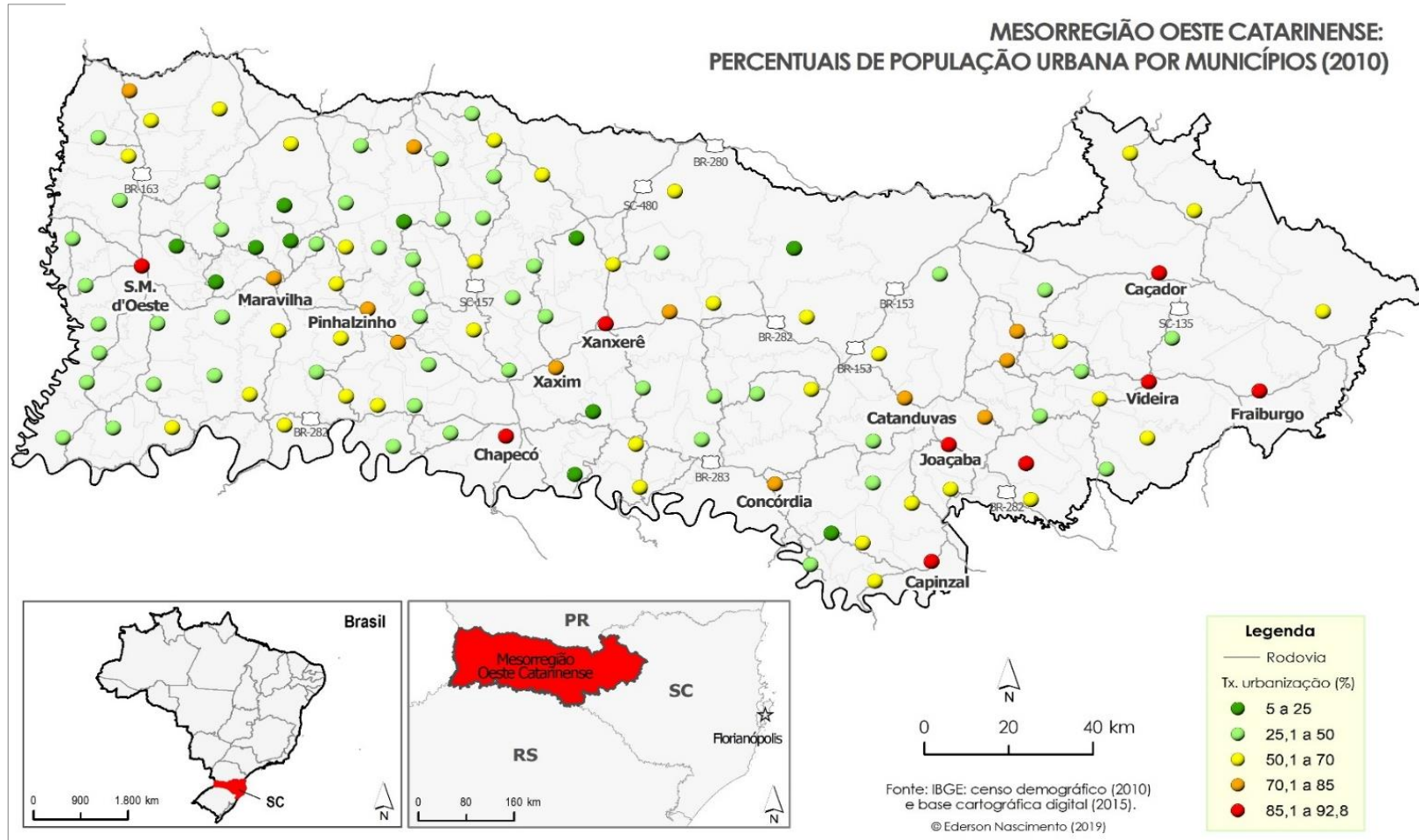
Dessa forma, o grau de urbanização é um importante termômetro para indicar o desenvolvimento de uma região seja populacional ou econômico, capaz de demonstrar qual a estrutura que se encontra no município, desde acesso aos serviços básicos como saúde e educação, além de permitir uma qualidade de vida adequada. O fenômeno migratório cidade-campo pode ser explicado pelo acesso a condições e recursos básicos de bem-estar social e econômico que essa população não encontra na área rural. Dessa forma, verifica-se que nas áreas rurais ocorre um grande esvaziamento, por outro lado, verificou-se a concentração da população nas áreas urbanas, principalmente, aquelas que tem atividades econômicas industriais, como os municípios de São Miguel do Oeste, Chapecó, Xanxerê, Joaçaba, Capinzal, Campos Novos, Caçador, Videira e Fraiburgo. Como se nota nos mapas abaixo (Figura 9 e 10):

**Figura 9** - Variação da urbanização da mesorregião do oeste catarinense de 2000 a 2010



Fonte: BERNARDY; RAMMÉ; ZUANAZZI; PEREIRA, (2011)

**Figura 10** - Percentuais de população urbana na Mesorregião Oeste Catarinense em 2010.

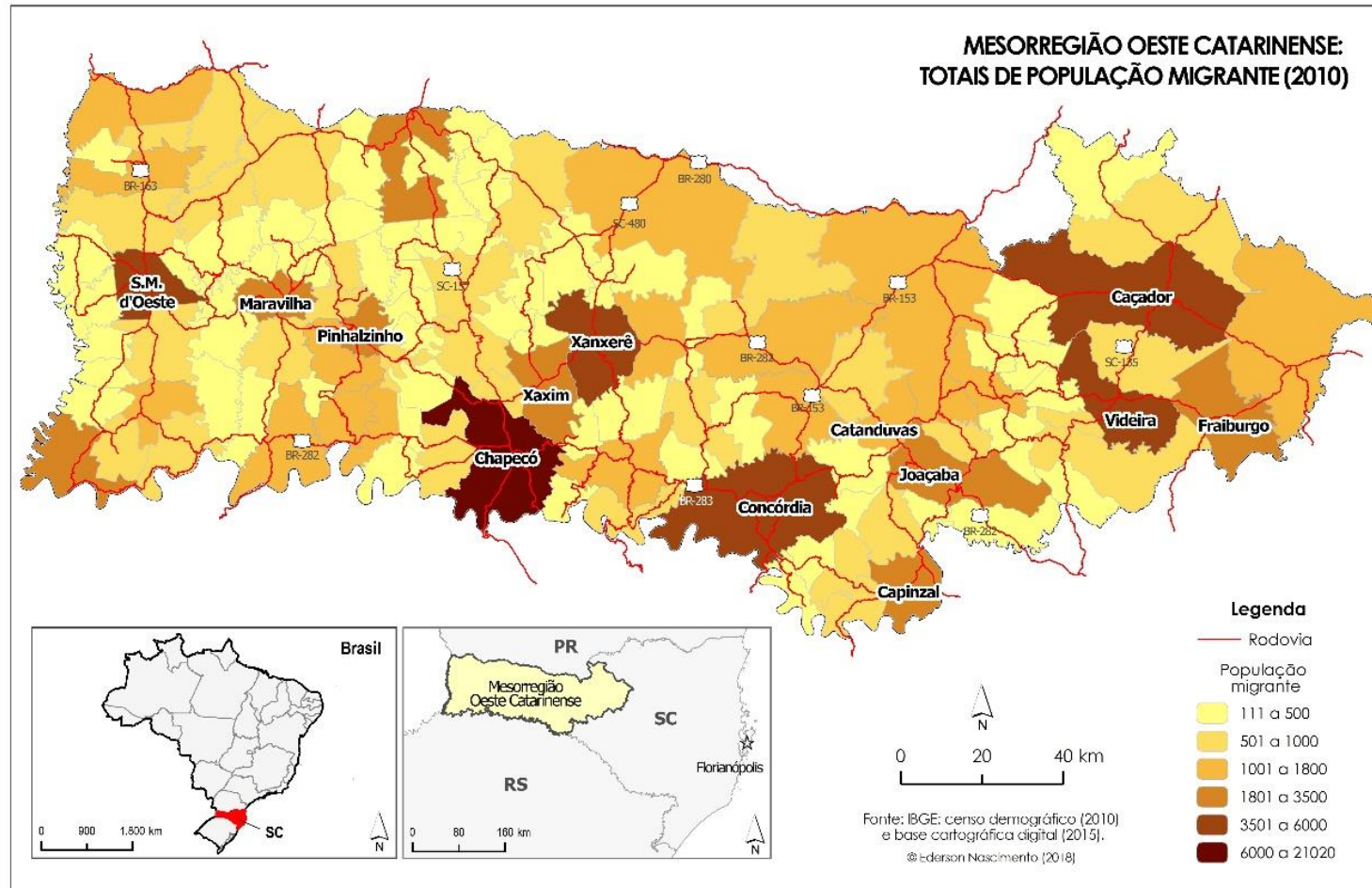


Fonte: Nascimento et al. (2019).

Ademais, esses municípios possuem grandes contingentes populacionais urbanos, em vista do seu potencial econômico e social, passando a ser fonte de atração populacional nos fluxos migratórios internos, seja de municípios vizinhos, mais distantes, outros estados e regiões, como é o caso, por exemplo, do município de Chapecó, que possui um importante contingente populacional derivado das migrações internas, sobretudo, pela sua infraestrutura, econômica e social, seja pela oportunidade de trabalho e renda até a infraestrutura em relação à saúde, educação e lazer que o município apresenta (Figura 11)



**Figura 11. Mesorregião Oeste Catarinense: Totais de População Migrante (2010)**

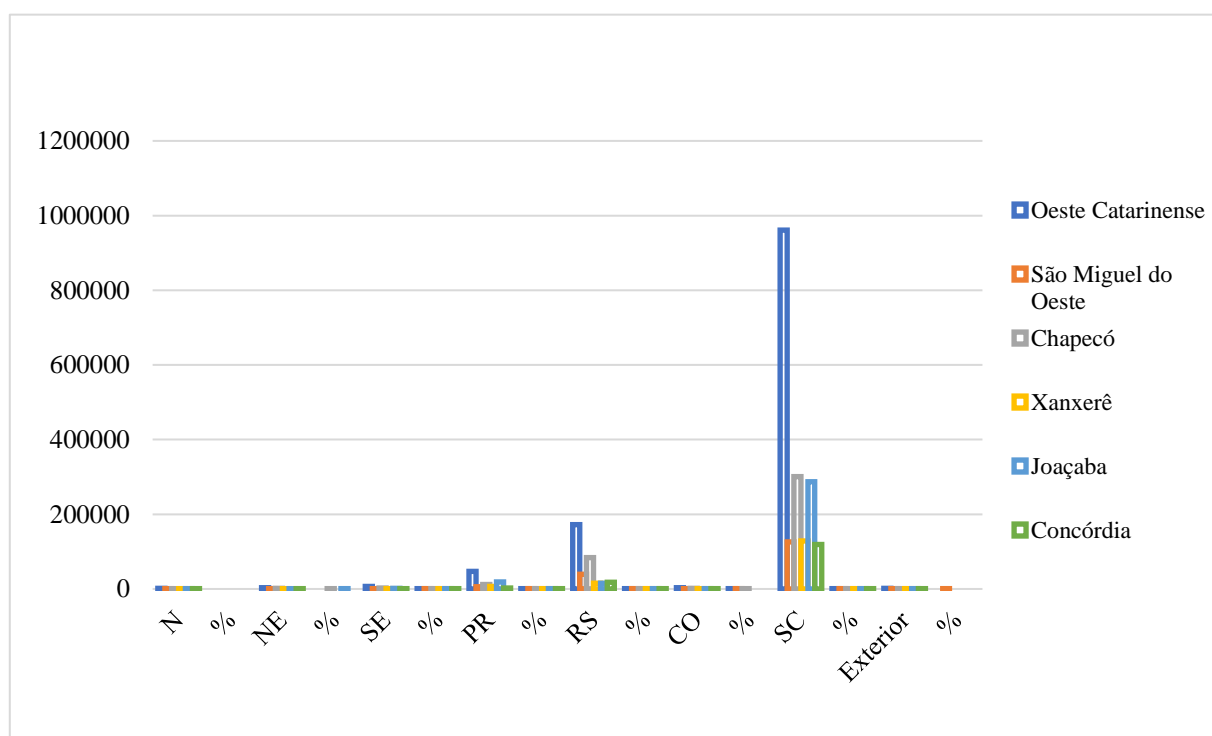


Fonte: Nascimento et al. (2019)



Esse contingente migratório interno advém de diversas regiões do país, como é possível notar no gráfico 8. Logo, entende-se que os fluxos migratórios que moldaram a população das microrregiões do oeste catarinense no período pós 2000 são os movimentos inter-regionais e intrarregionais. Em relação aos movimentos inter-regionais verificamos que na mesorregião do oeste catarinense esse fluxo se faz intenso, principalmente, pelas migrações internas provindas dos estados do Paraná e do Rio Grande do Sul, estados vizinhos da região. Em relação às migrações inter-regiões percebe-se que as migrações são provindas dos municípios ao entorno dos municípios com grande grau de urbanização e de oferta de emprego e renda.

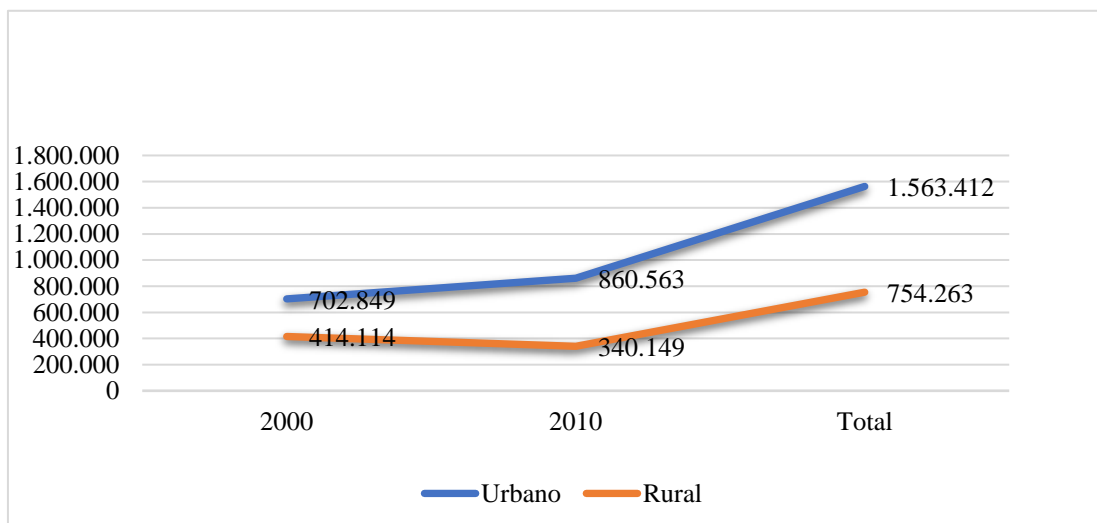
**Gráfico 8 - População Residente da Mesorregião do Oeste Catarinense por Local de Nascimento em 2010**



Fonte: IBGE (2010)

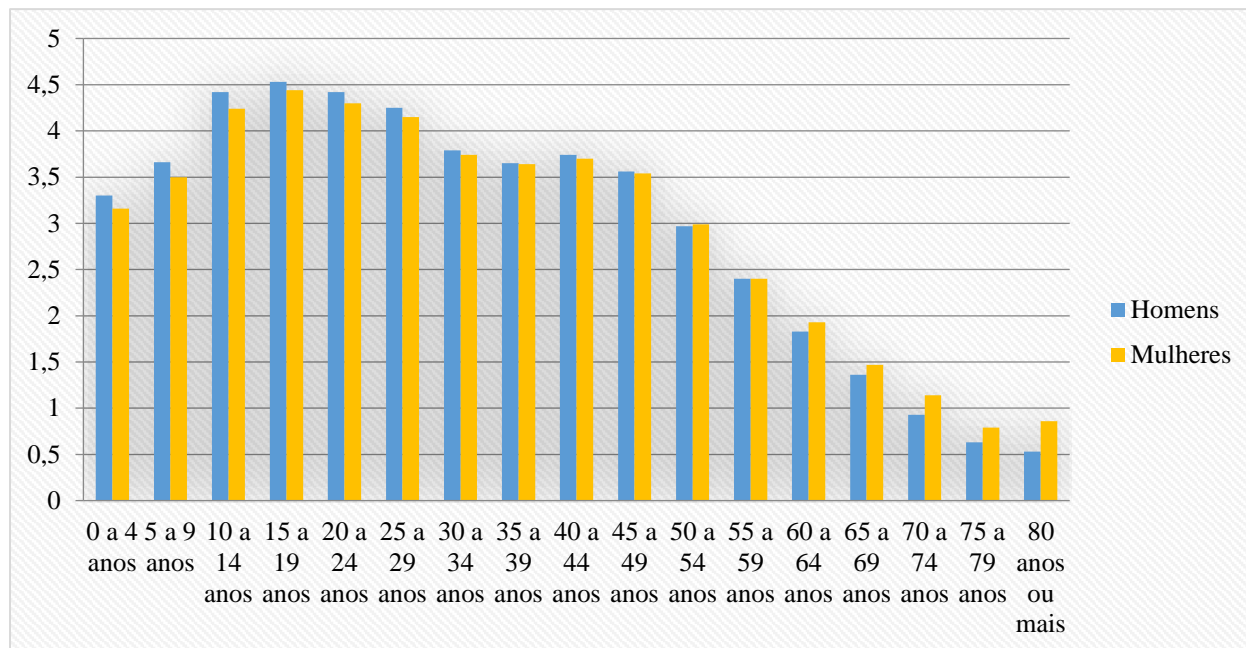
Outro aspecto importante é a diferenciação entre a população rural e urbana nos municípios da mesorregião oeste catarinense, principalmente, se tomasse o extremo oeste da microrregião de São Miguel do Oeste como referência. Essa afirmação também é possível ser observada através do Gráfico (9)

**Gráfico 9 - População Urbana e Rural na mesorregião Oeste Catarinense em 2000 e 2010**



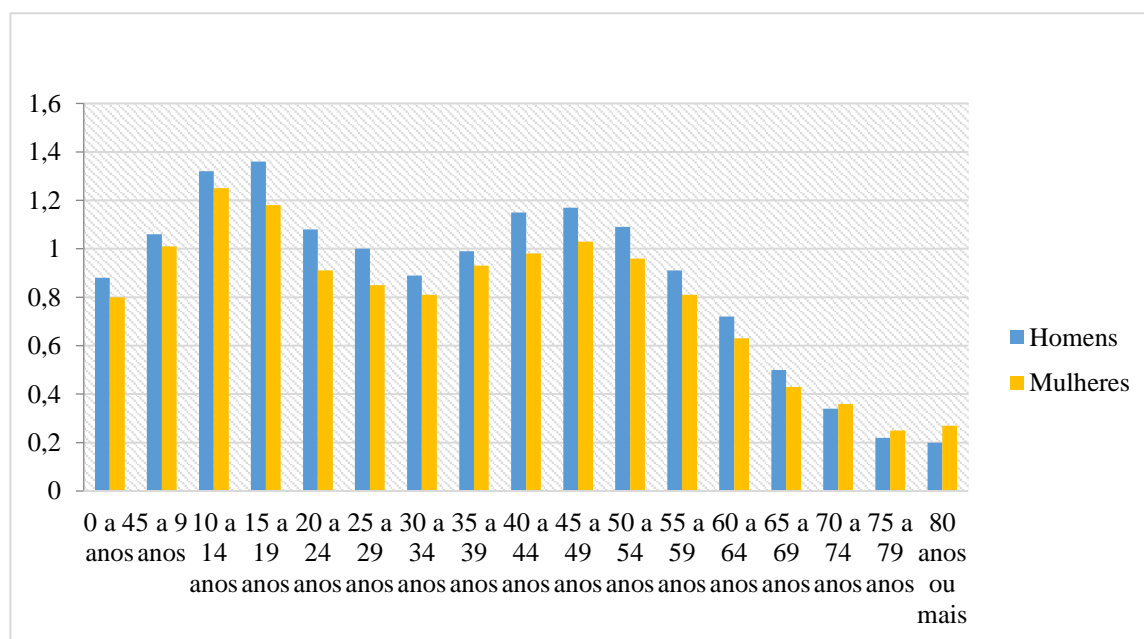
**Fonte:** IBGE (1991;2000;2010)

No Gráfico 9 percebe-se que, no ano de 2010 a população que vivia na área urbana na Mesorregião do Oeste Catarinense era maior que 70% representando um aumento de cerca de 9% em relação aos anos 2000. Enquanto isso, a população rural obteve uma perda de cerca de 9% passando de 37% em 2000 para 28% em 2010. Ademais, ocorre destacar que a região passou por uma intensificação do grau de urbanização de 2000 para 2010 auxiliando no aumento da população urbana e por consequência diminuindo a população rural, entretanto, se faz necessário dizer que o urbano e o rural é compreendido de maneira diferente por cada município, embora, exista uma definição por parte da legislação brasileira. Outra característica da população das microrregiões é a idade, a maior parte da população residente na mesorregião são pessoas de 15 a 45 anos, com uma equidade entre homens e mulheres, como se observa no gráfico abaixo.

**Gráfico 10 - População Urbana e Rural por Idade na Mesorregião Oeste Catarinense em 2010**

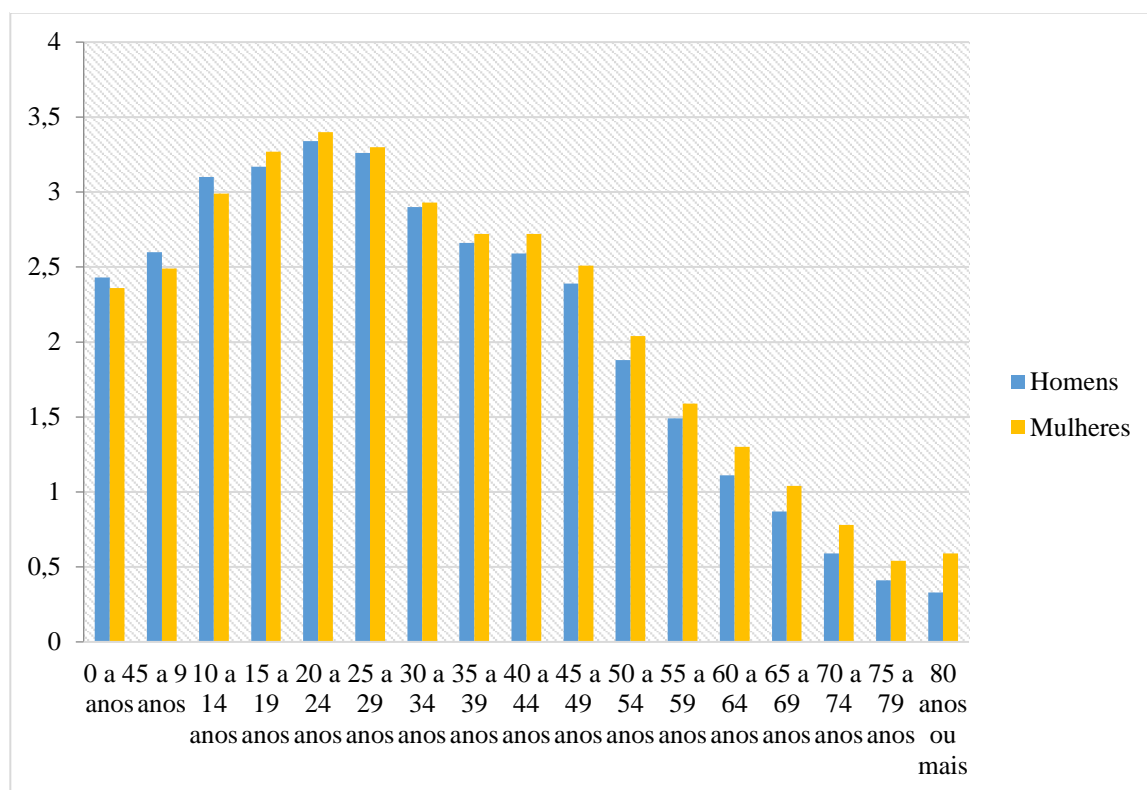
Fonte: IBGE (2010)

Entretanto, denota-se que nos municípios ocorre um desequilíbrio de idade e gênero entre as áreas urbanas e rurais como pode ser visto nos Gráficos 11 e 12.

**Gráfico 11 - População Residente Rural Masculina por idade na mesorregião oeste catarinense em 2010**

Fonte: IBGE (2010)

**Gráfico 12** - População Urbana Feminina e Masculina por idade na mesorregião oeste catarinense em 2010



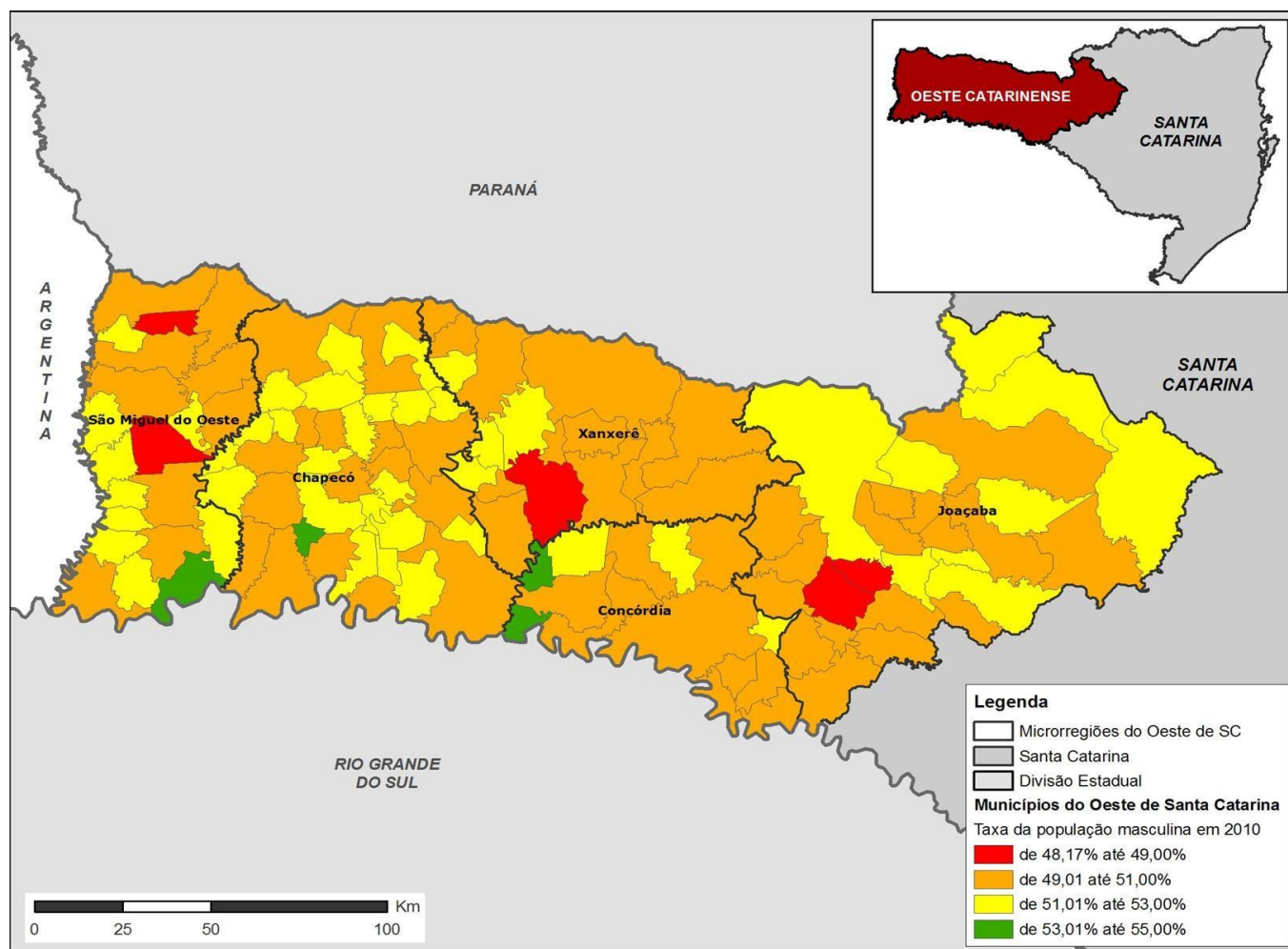
Fonte: IBGE (2010)

Nos gráficos 11 e 12 observa-se que nos municípios considerados como de pequeno porte ocorre um desequilíbrio entre a população masculina e feminina, ocorrendo uma tendência ao gênero masculino e com idades de 40 a 60 anos. Porém, nos municípios considerados de maior porte e com grandes níveis de urbanização ocorre um predomínio do gênero feminino de 15 a 30 anos. Essa relação entre os dois gêneros acontece por diversos motivos, mas, o gênero feminino encontra certas dificuldades em áreas rurais. Essas dificuldades estão relacionadas à busca de melhor qualidade de vida, emprego, renda, emancipação econômica e social, além da fuga das dificuldades da vida no meio rural, como uma carga de trabalho pesada que na maioria das vezes, somente pode ser executada pelos homens (FARINACIO; MOURA, 2014).

Depreende-se que as mulheres que vivem no meio rural são frequentemente colocadas na condição de inferioridade e invisibilidade, sustentando uma ideologia de serem “frágeis” e “incapazes”, reforçando uma desvalorização do seu papel social enquanto mulher e trabalhadora na propriedade, essencialmente, se estiverem na fase juvenil. Dessa forma, ocorre uma predominância masculina que se explica pela oferta de

emprego e renda disponível para esse gênero, reforçando a ideologia do patriarcado (MORGANTE; NADER, 2014). Assim, a “masculinização do campo” gerou uma reconfiguração da população rural, derivados do processo da modernização conservadora da agricultura (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999).

**Figura 11** -Taxas de população do gênero masculino, nos municípios do Oeste de Santa Catarina em 2010



Fonte: BERNARDY; RAMMÉ; ZUANAZZI; PEREIRA, (2011)

Na figura 11, chama atenção que nos municípios de São Miguel do Oeste, Luzerna, Joaçaba, Guarujá do Sul e Xanxerê ocorre um predomínio da população feminina, mesmo que não muito acentuado. Ademais, ocorre destacar que dos 118 municípios que formam a mesorregião do oeste catarinense somente 23 municípios possuem proporção equivalente entre homens e mulheres, ou seja, apenas 20% da população total, que se encontram principalmente nas microrregiões de Xanxerê e Concórdia (BERNARDY et al., 2011). Porém, em 80 municípios das regiões ocorre um predomínio da população masculina, ou seja mais de 70% da população distribuindo principalmente nas microrregiões de Joaçaba, Chapecó, e posteriormente São Miguel do Oeste, sendo que nos municípios de Paial, Cunhataí, Mondai e Arvoredo que esse fenômeno mais se repete (BERNARDY et al., 2011). Cabe destacar que esses municípios possuem menores graus de urbanização e são considerados de pequeno porte.

Primeiramente ocorre ressaltar que são poucos estudos sobre a Mesorregião Catarinense. Porém, a redistribuição da população no estado e as mudanças em termos de concentração das mesorregiões também podem ser compreendidas por meio dos fluxos migratórios internos das microrregiões, uma vez que, nos municípios de pequenos portes ocorre um esvaziamento populacional, com predomínio de grandes contingentes masculinos com idades de 30 a 60 anos, causando um alto índice de envelhecimento populacional, principalmente, no extremo da microrregião de São Miguel do Oeste e Chapecó.

Enquanto isso, em municípios considerados com portes maiores ocorre uma maior equidade dos dois gêneros. Portanto, ocorre uma concentração populacional em alguns municípios, em essencial, aqueles com alto índice de urbanização, como Chapecó, Concórdia, São Miguel do Oeste, Joaçaba. Logo, essa concentração populacional está condicionada ao fator econômico, sobretudo, quando se refere aos fluxos migratórios internos. Nesses municípios os migrantes buscam qualidade de vida, geração de emprego e renda, lazer, saúde e educação de qualidade, sendo que a maioria desses migrantes são pessoas oriundas do estado do Paraná e do Rio Grande do Sul, além dos municípios vizinhos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta desse trabalho foi buscar conhecer e explorar sobre os deslocamentos ocorridos na mesorregião oeste catarinense no período pós 2000, uma vez que, as migrações internas brasileiras se refletiram no oeste catarinense e influenciaram nas bases históricas demográficas da região, nos saldos migratórios municipais e nos condicionantes dos fluxos. Assim, os deslocamentos migratórios na mesorregião oeste catarinense tornam-se significativos, na medida que os fluxos migratórios influenciam na composição cultural, étnica e social das populações municipais, sendo, por sua vez, um importante indicador da desigual dinâmica das atividades econômicas e estrutura de oportunidades no território regional, mostrando uma forte concentração populacional em alguns municípios e diminuição da população em outros.

Percebeu-se durante a análise dos dados uma grande diferença populacional entre os municípios, principalmente, pelos atrativos econômicos e sociais. Esses atrativos se mostram de forma desigual sobre o território e influenciam de forma direta e indireta nos fluxos migratórios. Assim, os deslocamentos internos na mesorregião oeste são importantes determinantes na forma de relações socioespaciais sobre a dinâmica dos municípios oestinos. Porém, ocorre ressaltar que, existe uma densa e complexa literatura sobre migrações de modo geral. Entretanto, quando se faz uma pesquisa referente às migrações no oeste catarinense no período pós 2000 existe uma limitada bibliografia, principalmente dentro de um viés geográfico, entretanto, o censo demográfico de 2010 trouxe importantes contribuições populacionais, sobretudo, em relação aos fluxos migratórios.

Todavia, as migrações internas nessa região estão tradicionalmente relacionadas às mudanças decorrentes da dinâmica econômica e das políticas públicas, com reflexos tanto nos espaços rurais (como a modernização da atividade agropecuária e correspondente inviabilização da subsistência em pequenas propriedades, por exemplo) como em cidades (como a agroindustrialização e o crescimento do setor terciário urbano). Assim, analisar estes e outros processos de natureza socioeconômica e política e correlacioná-los a dados e informações sobre migrações nos municípios é de suma importância para ajudar a entender a dinâmica territorial regional, podendo caracterizar, como propõe Singer (1998), os principais subespaços de estagnação/repulsão e de atração populacional na região.

Logo, se faz necessário mais trabalhos que busquem compreender e refletir sobre essas dinâmicas na mesorregião oeste catarinense, principalmente, quando se refere ao estudo das causas destas migrações, nas mais diversas esperas e classificações, uma vez que, nesse trabalho ficou a evidente que não se conseguiu chegar em uma resposta conclusiva sobre as

principais causas. Uma grande possibilidade de encontrar essa resposta será no mestrado, que pretendo cursar. Nele quero buscar algumas respostas que agora se tornaram limitadas, em razão dos dados e também pelo período para concluir essa pesquisa.



## REFERÊNCIAS

- AB'SABER, A. **Anos domínios da natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê, 2003.
- ALBA, R. S. **Espaço urbano: os agentes da produção em Chapecó**. Chapecó: Argos, 2002.
- ALVES, A.P. **O Movimento Demográfico do Oeste Catarinense: um estudo sobre os determinantes econômicos da migração**. Florianópolis, 2006. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina.
- ALVES, P. A.; MATTEI, L.F. **Migrações no Oeste Catarinense: história e elementos explicativos**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15, Caxambu, 2006. Anais eletrônicos do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Campinas: ABEP, 2006. v. I. p. 176-198.
- ANJOS, F. **O sistema urbano multipolarizado de Santa Catarina**. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.) *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 23-34.
- ASSIS, G. O. **De Criciúma para o mundo: gênero, família e migração**. Repositório Digital Institucional da UFPR. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/1586>. Acesso em: 02 abr. 2018
- AUGUSTO, H. A.; RIBEIRO, E. M. **O envelhecimento e as aposentadorias no ambiente rural: um enfoque bibliográfico**. Organ. ruraisagroind., Lavras, v. 7, n. 2, p. 199-208, 2005.
- BAENINGER, R (Org.). **População e cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais**. UNICAMP, 2010. Disponível em: [https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/pop\\_e\\_cidades/pop\\_e\\_cidades.pdf](https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/pop_e_cidades/pop_e_cidades.pdf). Acesso em: 18 maio. 2019
- BAENINGER, R. A. **O Brasil no Contexto das Migrações Internacionais na América Latina**. In: BAENINGER, R. A.; BRITO, F. (Orgs.). *População e políticas sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais*. 1ª edição. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), v. 1, p. 248-265. 2008.
- BAENINGER, R. **Migrações internas no Brasil século 21: evidências empíricas e desafios conceituais**. In.: CUNHA, José Marcos Pinto da (Org.). *Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo*. Campinas: NEPO/UNICAM, 2011. Disponível em: [https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mobilidade/Mobilidade\\_Espacial\\_da\\_Populacao.pdf](https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mobilidade/Mobilidade_Espacial_da_Populacao.pdf). Acesso em: 25 jan. 2019
- BAENINGER, R. **Novos espaços da migração no Brasil: anos 80 e 90**. 2016. Disponível em: [http://www.faed.udesc.br/arquivos/id\\_submenu/1416/novosbrasilanos80e90.pdf](http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1416/novosbrasilanos80e90.pdf). Acesso em: 24 jun. 2018

BAENINGER, R. **Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações no século XXI.** Anais, p. 1-21, 2016. Disponível em:  
<http://www.abep.org.br/~abeporgb/publicacoes/index.php/anais/article/download/1700/1660>.  
 Acesso em: 05 abr. 2019

BAENINGER, R.; PEREIRA, G. **Seminário Mobilidades, Trabalho e Agronegócio-Observatório das Migrações em São Paulo.** 2012.

BALLAN, J. **Migrações e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórico comparativa.** Estudos CEBRAP, São Paulo: 5, jul./set. 1973.

BARBOSA, M. P.; SANTOS M. J. **SIG e os desastres naturais: uma experiência na região de Sumé, Estado da Paraíba, Brasil.** LA RED/ITDG, 1998.

BARCELLOS, C. **A geografia social da AIDS no Brasil.** Revista de Saúde Pública, 1995.

BAVARESCO, P. R; FRANZEN, D. O.; FRANZEN, T.E. **Políticas de colonização no extremo Oeste Catarinense e seus reflexos na formação da sociedade regional.** Revista Trilhas da História, v. 3, n. 5, p. 86-104, 2013. Disponível em:  
<http://seer.ufms.br/index.php/RevTH/article/view/445>. Acesso em: 17 fev. 2019

BEGNINI, S; ALMEIDA, L. E; Defante F. **Grau de desenvolvimento regional dos municípios da mesorregião oeste catarinense: caracterização e classificação.** Interações (Campo Grande) [online]. 2016, vol. 17, n.4, pp.547-560. ISSN 1518-7012. Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1518-70122016000400547&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1518-70122016000400547&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 27 jan. 2019

BERGAMASCO, S. M., NORDER, L.A.C. **O que são assentamentos rurais.** São Paulo: Brasiliense, 1996. 88p. Coleção Primeiros Passos.

BIAGINI, J. **Revisitando momentos da história do ensino técnico.** In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES, 5., 2001, Ouro Preto. Anais... Ouro Preto: UFOP, 2001. Disponível em:  
<http://revista91.hospedagemdesites.ws/index.php/rdtps/article/view/13>. Acesso em: 10 fev. 2018.

BITOUN, J. **O que revelam os índices de desenvolvimento humano.** Recife, 2005. Disponível em:  
[https://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/pnud2006/doc/analiticos/O%20que%20revelam%20os%20%C3%8Dndices%20de%20Desenvolvimento%20Humano%20\(IDH\).pdf](https://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/pnud2006/doc/analiticos/O%20que%20revelam%20os%20%C3%8Dndices%20de%20Desenvolvimento%20Humano%20(IDH).pdf).  
 Acesso em: 10 jan. 2019

BORDIGNON, G.A. **Municípios Catarinenses.** [S.I.: s.n.] 1968. 58p.

BRAGA, R. **O espaço geográfico: um esforço de definição.** GEOUSP Espaço e Tempo (Online), n. 22, p. 65-72, 30 dez. 2007. Disponível em:  
<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74066>. Acesso em: 28 jan. 2019

BRANDT, Grazielle Betina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. Migração e região: análise do perfil dos migrantes no corede do Vale do Rio Pardo (RS). **Anais do VII**

**Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional (2015).** Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/13389>. Acesso em: 12 jun. 2019

BRESSER-PEREIRA, L. C. **O processo histórico do desenvolvimento econômico.** 2007. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2007/07.21.ProcessoHistoricoDoDesenvolvEconomico-Agosto23.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2019

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Uma crise financeira global e depois: um novo capitalismo.** Novos estud. - CEBRAP [online]. 2010, n.86, pp.51-72. ISSN 0101-3300. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002010000100003>. Acesso em: 18 jan. 2019

BRITO, F. **As migrações internas no Brasil:** um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, v. 20, 2009. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/6227031.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2019

BRUMES, K. R. **Redes em espaços migratórios:** Uberlândia – MG. Tese (doutorado). Presidente Prudente: [s.n], 2010. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/105093>. Acesso em: 12 maio. 2019

CALLAI, H. C. **O estudo do município ou a geografia nas séries iniciais.** In: CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos et al. (orgs.) Geografia em sala de aula: práticas e reflexões. 4ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 2003. p. 77-82.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil:** panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: Ipea, 1999. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_0621.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0621.pdf). Acesso em: 15 jun. 2018

CAMPOS, Í. **Os Colonos do Rio Uruguai - Relações entre Pequena Produção e Agroindústria no Oeste Catarinense.** Dissertação de Mestrado. Campina Grande: UFPB, 1987.

CAMPOS, M. B. BARBIERI, A. F. **Considerações teóricas sobre as migrações de idosos.** Revista bras. Est. Pop., Rio de Janeiro, v. 30, Sup., p. S69-S84, 2013.

CAMPOS, M. B. Características demográficas e voluntariedade da migração. REMHU, **Rev. Interdiscip. Mobil.** Cantarolar. [conectados]. 2015, v.23, n.45, pp.273-290. ISSN 1980-8585. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1980-8585250319880004514>. Acesso em: 01 jul. 2018

CANAL FUTURA. **Imigração no Brasil - Conexão Futura - Canal Futura.** 2015. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PAm8HlChUVg>. Acesso em: 14 fev. 2019

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. **Pesquisa qualitativa:** análise de discurso versus análise de conteúdo. Texto Contexto Enferm, Florianópolis, v. 15, n. 4, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17>. Acesso em: 12 jun. 2018

CASAGRANDE, A. E. SOUZA, E. B. C. **O espaço e a demografia: o planejamento regional em perspectiva nas margens paranaenses do Lago de Itaipu.** Sociedade e Território, Natal, v. 24, n. 1, p. 2- 27, 2012.

CASTIGLIONI, A. **Aproximação ao estudo da migração internacional no Pan-Amazônia.** In: ARAGÓN, L. E. (Org.). Migração Internacional no Pan-Amazônia. Belém: NAEA/UFPA, 2009. p. 11-38.

CASTIGLIONI, A. **Migrações: abordagens teóricas.** In: ARAGÓN, L. (org.) Migração internacional no Pan-Amazônia. Belém: NAEA/UFPA, 2009. p. 39- 57.

CHUEIRI, V. K; CÂMARA, H. F. **Direitos humanos em movimento: migração, refúgio, saúde e hospitalidade.** Direito, Estado e Sociedade, São Paulo, n. 36, p. 158-177, 2010. Disponível em: [http://direitoestadosociedade.jur.puc-rio.br/media/7chueiri\\_camara36.pdf](http://direitoestadosociedade.jur.puc-rio.br/media/7chueiri_camara36.pdf). Acesso em: 25 jan. 2019

COLODEL, J. A. **Cinco séculos de história.** In: PERIS, A. F. (Org.). Estratégias de desenvolvimento regional: Região Oeste do Paraná. Cascavel: Ed. Unioeste, 2003. p.29-75.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE AS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS. **As Migrações num Mundo Interligado: Novas Linhas de Acção.** Relatório da Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais. Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

CORREA, M. B.; ALENCAR, M. T. **Implicações socioeconômicas decorrentes do movimento migratório sazonal dos trabalhadores de Timbiras-MA para São Paulo-SP.** Campo-Território: Revista de geografia agrária, v. 8, n. 15, 2013. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/14986>. Acesso em: 25 jan. 2019

CORREIA, M. A. **A região do contestado no ensino de geografia.** Revista de Ensino de Geografia, v. 5, p. 67, 2014.

CRAICE, C. PEZZO, T. A dinâmica demográfica de Santa Catarina no período pós-1991. **Revista NECAT.** V. 4, N. 7 (2015). Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/necat1/article/view/56776>. Acesso em: 25 jan. 2019

CUNHA, C. **Guerra do Contestado.** Disponível em: [https://medium.com/@\\_Contestado/especial-100-anos-do-fim-da-guerra-do-contestado-9f1e0c2fec97](https://medium.com/@_Contestado/especial-100-anos-do-fim-da-guerra-do-contestado-9f1e0c2fec97). Acesso em: 09 jun. 2019.

DAMIANI, A. L. **População e Geografia.** 5. ed – São Paulo: Contexto, 2001.

DESCHAMPS, M. V; DELGADO, Paulo Roberto. **Santa Catarina no contexto migratório nacional: um estudo dos fluxos e das características de quem migra.** 2016.

DEZAN, M. D. de S. **Impactos da imigração japonesa sobre a diversidade cultural na organização do espaço geográfico Piracicabano-SP.** Rio Claro-SP: Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2007.

ESPÍNDOLA, C. J. **As agroindústrias de carne do sul do Brasil.** (tese) Universidade de São Paulo. São Paulo. 2002. 261p.

EVANGELISTA, F. R.; CARVALHO, J. M. M. **Algumas considerações sobre o êxodo rural no Nordeste.** Banco do Nordeste-BNB/ Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste-ETENE, 2001.

EVANGELISTA, F. R.; CARVALHO, J. M. M. **Algumas considerações sobre o êxodo rural no Nordeste.** 2001. Disponível em:  
[http://www.bnb.gov.br/content/Aplicacao/ETENE/Rede\\_Irrigacao/Docs/Algumas%20Consideracoes%20sobre%20o%20Exodo%20Rural%20no%20Nordeste.PDF](http://www.bnb.gov.br/content/Aplicacao/ETENE/Rede_Irrigacao/Docs/Algumas%20Consideracoes%20sobre%20o%20Exodo%20Rural%20no%20Nordeste.PDF). Acesso em: 22 jun. 2019.

FAIRCHILD, H. P. **Immigration: a world movement and its American significance.** New York: Macmillan. 1925.

FERREIRA, M. C. **O Mapa das Cortes e o Tratado de Madrid a cartografia a serviço da diplomacia.** Varia História, v. 23, n. 37, p. 51-69, 2007.

FERNANDES, K. R; ZANELLI, J. C. O processo de construção e reconstrução das identidades dos indivíduos nas organizações. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 10, n. 1, p. 55-72, 2006.

FRANCISCO, W. C. **Êxodo rural.** Disponível em:  
<http://www.brasilecola.com/geografia/exodorural.htm>. Acesso em: 04 dez. 2018.

FREDDO, A. C. M; PEREIRA, C. J. **Oeste Catarinense: história dos seus empreendedores.** eGesta (UNISANTOS), v. 3, p. 32-76, 2007.

FURTADO, C; IGLÉSIAS, F. **Formação econômica do Brasil.** Editora Universidade de Brasília, 1963.

GEORGE, P. **Geografia da População.** São Paulo: Difusão Européia do Livro – Difel, 1969.

GIRARDI, E. P.; FERNANDES, B. M. **A luta pela terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: a reforma agrária conservadora.** Agrária, São Paulo, n. 8, p. 73-98, 2008.

GONÇALVES, A. J. **O fenômeno migratório no mundo na conjuntura atual.** Seminário sobre Direitos Humanos e Migração. Canoas, 2004.

GOULART FILHO, A. **A formação econômica de Santa Catarina.** Ensaios FEE. V.23, n.2, 2002. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/2049>. Acesso em: 25 jan. 2019

HARVEY, D. **A condição pós-moderna: uma pesquisa das origens das mudanças culturais.** São Paulo: Loyola, 1992.

HEINSFELD, A; et al. **A região em perspectiva: Diferentes faces da história catarinense.** Joaçaba: Edições Unoesc, 2001.

HENRIQUES, F. MATTEI, L. F. **O processo migratório em Santa Catarina: evidências a partir da microrregião de Joaçaba.** Geosul, Florianópolis, v. 28, n. 56, p. 65-88, jul./dez. 2013.

HERMES, C. L. W.; VALENTE, V. **Análise do crescimento populacional do município de Agudo-RS, no período de 1970 a 2000.** Série: Ciências Humanas, Santa Maria, v. 7, n. 1, p. 91-107, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico de 1991.** Brasília, 2010. Disponível: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso: 23 de jun. de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo da população.** 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 28 dez. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010: dados preliminares.** Brasília, 2010. Disponível: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso: 04 de janeiro de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Divisão regional.** Brasília, 2000. Disponível: [www.ibge.gov.br/home/geociencias](http://www.ibge.gov.br/home/geociencias). Acesso: 17 de jun. de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico de 2000.** Brasília, 2010. Disponível: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso: 23 de jun. de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000: Características da População e dos Domicílios: Resultados do universo.** s/d. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/>. Acesso em: 25 jan. 2019

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil:** Brasília: IPEA, 2000. v. 6. IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR, IPARDES.

JOHNSTON, R.J.; GREGORY, D; SMITH, D. **Diccionario Akal de Geografía Humana.** Akal. Madrid. Traducción de Rosa Mecha López. 2000.

KLEIN, M. R; MASSUQUETTI, A; SPRICIGO, G. **Migrações internas: um estudo do município de Novo Hamburgo (RS).** Ensaios FEE, v. 33, n. 2, 2010. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/download/2465/3112>. Acesso em: 26 jan. 2019

KONRAD, J; SILVA, C. A. **Agricultura familiar no Oeste Catarinense: da colônia à integração.** XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária “Territórios em disputa: os desafios da geografia agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro”. Uberlândia-MG, v. 15, 2012.

LEE, E. S. **Uma teoria sobre a migração.** In: MOURA, H. A. (org.) Migração interna, textos selecionados. Fortaleza, BNB/ENTENE, 1980, p. 89-114, 722 p.

LIRA, J. R. O. **A espacialização da migração internacional na Amazônia brasileira:** diferentes processos, diferentes significados. In: VII Congresso da Associação Latino-Americana de População (ALAP) e XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP), 2016, Foz do Iguaçu. Disponível em: <http://abep.org.br/xxencontro/files/paper/714-130.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2019

LIRA, J. R. O. **Estudo da migração internacional na Amazônia brasileira a partir da análise dos dados de espacialidade e seletividade dos censos de 2000 e 2010.** 2012. 90 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2012.

MAIA, C. M.; RANDOLPH, R.; BIGATON, I. C. **As múltiplas divisões territoriais da região do Alto Uruguai catarinense e sua (des)articulação.** Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 14, n. 2, 2018.

MARINUCCI, R. MILESI, R. **O fenômeno migratório no Brasil.** 2002. Disponível em: [www.migrante.org.br/ofenomenomigratorioparaobrasil.doc](http://www.migrante.org.br/ofenomenomigratorioparaobrasil.doc). Acesso em: 26 jun. 2019.

MARQUES, A. F. **Paralelo de desenvolvimento socioeconômico das microrregiões de Criciúma, Canoinhas e de São Miguel d'Oeste.** 2007. 161f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Departamento de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

MARTINE, G. **As migrações de origem rural no Brasil:** uma perspectiva histórica. In: Fundação Seade. História e população: estudos sobre a América Latina. São Paulo: Fundação Seade, 1990.

MARTINE, G., GARCIA, R. C. (Orgs.). **Os impactos sociais da modernização agrícola.** São Paulo: Caetés, 1987. p. 19-39.

MARTINS, J. S. **A imigração e a crise do Brasil agrário.** São Paulo: Pioneira, 1973.

MATTEI, L. F.; LINS, H. N. **A Economia Catarinense Rumo ao Século XXI.** Centro Socioeconômico. Departamento de Economia. Florianópolis, 2001.

MESQUITA, G. R. I. **Aspectos de gênero no meio rural.** Revisão da literatura. Goiânia: 2012. Disponível em: [http://ppgca.evz.ufg.br/up/67/o/Gabriela\\_Riad\\_1c.pdf?1349116526](http://ppgca.evz.ufg.br/up/67/o/Gabriela_Riad_1c.pdf?1349116526). Acesso em: 11 jul. 2019.

MIOTO, B. T. **As migrações internas em Santa Catarina no período 2000-2007.** III Encontro de Economia Catarinense. Economia Solidária. Blumenau, 2009.

MIOTO, B. T. Aspectos gerais da demografia catarinense na primeira década do século XXI. **Revista NECAT.** n.1, v.1, 2012. Disponível em: <http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/necat/article/view/2223>. Acesso em: 22 jan. 2019

MIOTO, Beatriz Tamasso. **Movimentos Migratórios em Santa Catarina no Limiar do Século XXI.** Florianópolis, 2008. 85 p. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina.

MIRA, M. A. F. B. **A Sócio-demografia de Santa Catarina no Século XX**. In MELLO, O. F.; LINS, H. G.; PEREIRA, N. V. *A Realidade Catarinense no século XX*. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2000.

MIRANDA, J. **Tratado de Madri**. s/d. Grupo escolar. Disponível em: <https://www.grupoescolar.com/pesquisa/tratado-de-madri.html>. Acesso 08 jun. 2019

MORGANTE, M. M; NADER, M. B. O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico. **Anais do XVI Encontro Regional de História da ANPUH**, 2014.

MOTTER, C; RIBEIRO F, V. **A formação do espaço urbano de Chapecó: uma análise espaço-temporal**. Revista Espaço e Geografia (UnB), v. 20, p. 201-225, 2017.

NAHORNY, A. **Influência da atividade açucareira no período colonial da região nordeste**. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Centro Universitário da Cidade de União da Vitória.

NASCIMENTO, E. et al. **Atlas socioespacial do Oeste Catarinense**. Chapecó: UFFS, FAPESC, 2019 (Relatório de Pesquisa).

NOLASCO, C. **Migrações internacionais: conceitos, tipologia e teorias**. Oficina do CES, v. 434, p. 1-29, 2016.

NORADI, A. “[...] o Brasil é um grilo de seis milhões de quilômetros talhado em Tordesilhas”: notas sobre o Direito Antropofágico. *Prisma Jurídico*, v.8, n.1, p. 121-141, 2009.

OLIVEIRA, J. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana [online]**. 1998, vol. 4, n.1, pp. 47-77. ISSN 0104-9313. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93131998000100003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131998000100003). Acesso em: 20 jan. 2019

OLIVEIRA, E.; FLECK, L.; BECKER, M. **Êxodo rural e sua problemática em relação ao meio ambiente e sociedade civil**. I seminário internacional dos espaços de fronteiras. III Seminário regional sobre território, fronteira e cultura. VII Expedição Geográfica da Uniãoeste, Espaços de Fronteira, Território e Ambiente. Marechal Cândido Rondon, 2011.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). **Glossário sobre Migração**. Editora Organização Internacional para as Migrações. nº 22, p. 62.

PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: HUCITEC, 1981.

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento humano**. Artmed Editora, 2013.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. **Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE: Produção Didático-pedagógica**, 2014. Curitiba: SEED/PR., 2016. V.2. (Cadernos PDE). ISBN 978-85-8015-079-7.



PATARRA, N. L. **Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas.** São Paulo em perspectiva, v. 19, n. 3, p. 23-33, 2003.  
Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v19n3/v19n3a02.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2019

PEIXOTO, J. **As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macrosociológicas.** Universidade Técnica de Lisboa, SOCIUS workingpapers. Lisboa, 2000.

PEIXOTO, J (1998) **Fluxos migratórios inter-regionais e internacionais e mobilidade intra-organizacional.** Tese de Doutorado apresentada ao Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, Portugal.

PEREIRA, A. G.; Antônio F. **O Fenômeno Migratório Brasileiro no Contexto Capitalista.** In: VII Encontro Nacional Sobre Migrações, 2011, Curitiba. Revista Informe GEPEC - Anais do VII Encontro Nacional Sobre Migrações. Cascavel: Ed. unioeste, 2011. v. 15. p. 279-287.

PEREIRA, A. G; TUMA F, Fadel D. A. **O fenômeno migratório brasileiro no contexto capitalista.** Informe GEPEC, v. 15, n. 3, p. 279-287, 2012.

PERTILE, N. **Formação do espaço agroindustrial em Santa Catarina: o processo de produção de carnes no Oeste Catarinense.** 2008. 322f. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

PETERSEN, W. **A General Typology of Migration.** American Sociological Review, 23(3), 256-266. 1958.

PETERSEN, W. **Migration.Social Aspects.** In.: David L. Sills (org.), International Encyclopedia of the Social Sciences. New York: The Macmillan Company &The Free Press, 10, 286-292. 1968.

PIAZZA, W. F. **A Colonização de Santa Catarina.** 205 p. 1982. Santa Catarina em Dados. Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina - FIESC. Florianópolis: FIESC, 2015. 196 p.

PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL. **Oeste Catarinense.** 2010. Disponível em:[http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs\\_qua\\_territorio066.pdf](http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio066.pdf). Acesso em: 10 jan. 2019

RAVENSTEIN, E. G. **As leis da migração.**In MOURA, H.A (org.) Migração Interna: textos selecionados. BNB. Fortaleza, 1980.

RAVENSTEIN, Ernest G. **The laws of migration.** Journal of the Royal Statistical Society, Vol. 48, Part II, pp. 167-227. 1885.

RAVENSTEIN, Ernest G. **The laws of migration.** Journal of the Royal Statistical Society, Vol. 52, Part II, pp. 241-301. 1889.

RENK, A. **A colonização do Oeste Catarinense: as representações dos brasileiros.** Revista Cadernos do Ceom, v. 19, n. 23, p. 37-72, 2014.

RESENDE, D. A. **Reflexões sobre os sistemas de migração internacional**: proposta para uma análise estrutural dos mecanismos intermediários. Tese (doutorado). UFMG. Belo Horizonte, 2005. Disponível em:

[http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/MCCR-739RWN/dimitri\\_fazito.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/MCCR-739RWN/dimitri_fazito.pdf?sequence=1). Acesso em: 03 jan. 2019

RIBEIRO, P. J. M. **Êxodo urbano, gentrificação rural e o futuro da paisagem**. Tese de Doutorado. 2013.

SALIM, C. A. **Migração**: o fato e a controvérsia teórica. In: Anais do VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Campinas, 1992.

SANTOS, M. **A natureza do espaço** – Técnica e tempo. Razão e emoção. Edusp, 2000.

SANTOS, M. **Economia espacial**: críticas e alternativas. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2003. 208 p.

SANTOS, M. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M. **O retorno do território**. In.: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura. Território: globalização e fragmentação. Editora Hucitec. São Paulo, 1998.

SCHERMA, R.; NASCIMENTO, E.; BRANDT, M. **Uso do território e especializado regional**: o circuito produtivo de base florestal na região do Contestado em Santa Catarina. Chapecó: UFFS, CNPq, 2016 (Relatório de pesquisa).

SCHMITZ, G. O. **A migração e o desenvolvimento global**: propostas para a organização do debate teórico e construção de uma agenda unificada de pesquisa. 2015.

SCHNEIDER, I. E.; SCHALLENBERGER, E. **Fronteiras agrícolas e desenvolvimento territorial – ações do governo e dinâmica do capital**. Sociologias (UFRGS. Impreso), v.25, p. 202-22, 2011.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Santa Catarina em Números**: Macrorregião Meio Oeste. Florianópolis: 2013. 139 p.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Santa Catarina em Números**: Relatório Estadual. Florianópolis: 2013. 151p.

SILVA, A. **A ilha de Santa Catarina e sua terra firme**. Estudo sobre o governo de uma capitania subalterna (1738-1807). Tese (doutorado). São Paulo, 2008. Disponível em: [http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-20052008-140703/publico/TESE\\_AUGUSTO\\_DA\\_SILVA.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-20052008-140703/publico/TESE_AUGUSTO_DA_SILVA.pdf). Acesso em: 04 jan. 2019

SILVA, S. C.; ASARI, A. Y.. **Estudando o lugar**: reflexões e propostas para o ensino da urbanização de Londrina. In: ASARI, A.Y; MOURA, J. D. P.; LIMA, R. M. Múltiplas geografias: ensino, pesquisa, reflexão. v. VII, Londrina: UEL, 2012.

SINGER, P. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Contexto, 1998.

SINGER, P. **Migrações internas**: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, H. A. (Org.). Migração interna, textos selecionados: teorias e métodos de análise. Fortaleza: BNB, tomo 1, 1980, p. 211-244.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social. São Paulo: Hucitec, 1996.

SOUZA, M. L. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

SOUZA, M. B. C. A de et al. **A Nova moradia do trabalhador urbano da construção civil no município de João Pessoa**. 2014.

TURNES, V. A. Reflexões sobre fluxos migratórios internos de populações no estado de Santa Catarina. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 4, n. 1 (2008). Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/119>. Acesso em: 08 jan. 2019

VALE, A. L.F. **Migração e Territorialização**: as dimensões territoriais dos Nordestinos em Boa Vista/RR. 2007.

VALE, A. L. F; LIMA, Luís Cruz; BONFIM, Maria Geovaní. **Século XX**: 70 anos de migração interna no Brasil. *Textos & Debates*, n. 07. 2012. Disponível em: <https://revista.ufr.br/textosedebates/article/download/1027/841>. Acesso em: 05 jan. 2019

VICENZI, R. Colonizadora Bertaso e a (des) ocupação no Oeste Catarinense. **Revista Cadernos do Ceom**, v. 19, n. 25, p. 301-318, 2014.

WELTER, L. **O espaço geográfico do Oeste Catarinense e sua cartografia ambiental**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.